



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Relações entre a Delinquência Juvenil e a Vinculação

Vanessa Isabel Ramos Baptista

Orientação: Prof. Doutora Constança Biscaia

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação

Évora, 2013



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS

DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA

Relações entre a Delinquência Juvenil e a Vinculação

Vanessa Isabel Ramos Baptista

Orientação: Prof. Doutora Constança Biscaia

Mestrado em Psicologia

Área de especialização: Psicologia Clínica e da Saúde

Dissertação

Évora, 2013

Agradecimentos

À Professora Doutora Constança Biscaia, orientadora deste trabalho.

À minha família, em particular à minha mãe, pelo seu incondicional apoio e compreensão, por sempre ter acreditado em mim e nas minhas capacidades, por estar sempre ao meu lado, principalmente nos momentos mais difíceis e desesperantes, com palavras sábias, palavras de força, palavras de amor. Aos meus avós que me abriram portas para o futuro que sempre sonhei e ambicionei, sem eles nada disto seria possível!

Ao meu querido irmão que, com apenas 10 anos tem uma sensibilidade e bondade que não lhe cabem no tamanho que tem! Obrigada pelos abraços e beijinhos, obrigada pela preocupação – *“quantos capítulos te faltam mana?”*, obrigada por existires!

À minha irmã, que apesar de não estar sempre presente, sei o quanto acredita em mim, o quanto torce por mim e o quanto me ama. Obrigada por seres a minha melhor amiga!

Ao Gonçalo, pelo teu amor, amizade, carinho, compreensão, apoio e companheirismo!

À Maria por tudo! Obrigada pelo apoio, compreensão, pela força, por confiares nas minhas capacidades, mais do que eu própria! Obrigada pela tua amizade e pelo teu carinho! Tens sido, desde que nos conhecemos, um grande pilar na minha vida em todos os sentidos! Obrigada.

Ao Hélio pela sua amizade e apoio! Por me ouvir em alturas sombrias e desesperantes, pela paciência e compreensão!

À Inês Simão, amiga de longa data, mas que a vida afastou durante alguns anos e voltou a reaproximar na altura crucial de seguir em frente com este trabalho. Obrigada pela força e pelo “empurrão” que me deste quando tudo parecia não fazer sentido!

Ao António, à Marta, à Susana, ao Ronny, à Sílvia, aos amigos de sempre, àqueles que de alguma forma contribuíram para o meu percurso académico e pessoal. Obrigada pelo vosso apoio e amizade!

Por fim, obrigada à Reinserção Social, em especial ao Dr. João Agante pelo empenho e simpatia que demonstrou; aos Centros Educativos que aceitaram este trabalho e aos seus técnicos pela colaboração e disponibilidade na concretização da recolha de dados; e aos adolescentes que participaram neste estudo.

Relações entre a Delinquência Juvenil e a Vinculação

Resumo

A adolescência é uma fase de mudanças, crises e conflitos, propicia à ocorrência de comportamentos delinquentes. A prática destes comportamentos tem vindo a ser associada à qualidade da vinculação estabelecida entre os pais e a criança/adolescente. Assim, a vinculação descreve as relações significativas que nos unem aos outros e a delinquência juvenil caracteriza-se pelo número de transgressões cometidas por jovens.

O objetivo geral do presente trabalho foi aprofundar o conhecimento das relações entre a vinculação e os comportamentos delinquentes dos jovens institucionalizados. Participaram 41 adolescentes institucionalizados em Centros Educativos, pertencentes ao Instituto de Reinserção Social, da área de Lisboa. Utilizaram-se dois questionários de recolha de dados – *Questionário de Caracterização e Escala dos Comportamentos* e o *Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência*.

Os resultados deste estudo corroboram estudos anteriores no sentido em que mostram relações entre comportamentos delinquentes e comportamentos de risco por parte dos pais, ou ainda, entre vinculação e perceção do número de amigos na escola. No entanto, os resultados obtidos são contraditórios, em certa medida, com a literatura ao evidenciarem uma relação entre vinculação segura e delinquência. Mostram, ainda, que a vinculação evitante parece indicar um menor envolvimento em comportamentos delinquentes, em especial relacionados com a propriedade.

Palavras-Chave: Adolescência, Delinquência Juvenil e Vinculação.

Relationships between juvenile delinquency and attachment

Abstract

Adolescence is a time of changes, crisis, and conflicts, that is favorable to the delinquent behavior. The practice of these behaviors has been associated with the quality of attachment established between the parents and the child / adolescent. Thus, the attachment describes the significant relationships that bind us to others and juvenile delinquency is characterized by the number of offenses committed by young people.

The overall goal of this current study was to increase the knowledge of the relationship between attachment and delinquent behavior in institutionalized teenagers. In this study participated 41 institutionalized teenagers in educational centers of the Lisbon Social Reintegration Institute. Two questionnaires were used to collect data – a Characterization Questionnaire and Behaviors Scale *and Attachment for Children and Adolescents Inventory*.

The results of this study corroborate previous studies in the sense that shows the relationships between delinquent behavior and risk behaviors by parents, and shows too the relationship between attachment and number of friends' perception at school. However, the results are inconsistent with current literature in the sense that shows a relation between secure attachment and delinquency. They show as well that avoidant attachment seems to show a lesser involvement to delinquent behavior, particularly behaviors related to property.

Keywords: Adolescence, Juvenile Delinquency, and attachment.

Índice

Agradecimentos.....	i
Resumo.....	ii
Abstract.....	iii
Índice.....	iv
Introdução.....	1
Parte I – Enquadramento Teórico.....	3
Capítulo 1 A Adolescência.....	3
1.1. Definição e Caracterização da Adolescência.....	3
1.2. A passagem ao ato na Adolescência.....	7
Capítulo 2 Vinculação.....	11
2.1. Teoria da Vinculação: notas históricas.....	11
2.2. Vinculação na Infância.....	14
2.3. Vinculação na Adolescência.....	20
Capítulo 3 Delinquência Juvenil.....	25
3.1. O conceito de Delinquência Juvenil.....	26
3.2. O Adolescente Delinquente.....	27
3.3. Abordagens Explicativas da Delinquência.....	30
3.4. Delinquência Juvenil à luz da Psicanálise.....	33
Parte II – Estudo Empírico.....	39
Capítulo 4 Colocação do problema e Metodologia.....	39
4.1. Colocação do problema – Objetivos do estudo.....	39
4.2. Amostra.....	40
4.3. Instrumentos utilizados.....	41
4.4. Procedimentos.....	43
Capítulo 5 Apresentação e Análise dos Resultados.....	47

5.1.	Análise dos resultados do Questionário de Caracterização e Escala dos Comportamentos.....	47
5.2.	Análise dos resultados do Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência – IVIA.....	63
5.3.	Análise da Relação entre Delinquência Juvenil e Padrões de Vinculação..	71
Capítulo 6	Discussão dos Resultados e Conclusões Gerais.....	73
6.1.	Resultados Globais.....	73
6.2.	Comportamentos Delinquentes.....	73
6.3.	Padrões de Vinculação.....	74
6.4.	Relação entre Comportamentos Delinquentes e Padrões de Vinculação...	77
6.5.	Conclusões.....	77
	Referências Bibliográficas.....	79
	Anexos.....	91

Introdução

A adolescência caracteriza-se, essencialmente, por ser um tempo de mudanças intra e inter-individuais e de múltiplos desafios impostos ao adolescente (Machado, 2002; Simões, 2007). Enquanto alguns jovens adolescentes se sentem preparados para lidar com estas mudanças e ultrapassá-las, outros sentem que este é um período de mudanças dramáticas, sendo que um determinado grau de “mau comportamento”, experimentação e procura de independência fazem parte do desenvolvimento normal (Kelly, Loeber, Keenan & DeLamatre, 1997). No entanto, alguns jovens persistem em envolver-se, progressivamente, em problemas de comportamento com consequências mais graves, sendo, então, nesta fase do ciclo de vida que pode surgir o fenómeno da Delinquência.

A génese da delinquência está relacionada com a questão da privação, entre outros fatores. Dai ser essencial, introduzir o tema da vinculação que estuda as relações estabelecidas pela criança com as respetivas figuras de vinculação (habitualmente os pais) e, simultaneamente, a forma como essas relações se transformam ao longo do desenvolvimento, as quais servem como base para o desenvolvimento de outras relações extrafamiliares, sobretudo com os pares (Soares, 2009).

Assim, a família corresponde às necessidades fundamentais dos indivíduos e permanece como principal agente de socialização, mesmo mais tarde, quando os adolescentes se aproximam dos pares, da escola, da televisão, de outros agentes de socialização que vêm completar a ação educativa empreendida pela família (Fonseca, 2002). É por isto que a família e a conduta delinquente formam “um par” inseparável, que desde finais do século XIX despertam interesse nos investigadores. Ou seja, de entre os elementos que podem explicar o fenómeno da delinquência juvenil, a família ocupa um lugar de eleição (Born, 2005).

A investigação tem sistematicamente demonstrado uma relação entre a delinquência juvenil e a vinculação, ou seja, evidências empíricas sugerem que existe uma relação entre a qualidade da vinculação estabelecida entre a criança e a família, particularmente os seus pais, e a prática de comportamentos delinquentes (Rankin & Kern, 1994; Wright & Cullen, 2001; Follan & Minnis, 2010; Sarracino, Presaghi, Degni & Innamorati 2011; Gualt-Sherman, 2012). Desta forma, o estabelecimento de uma vinculação pobre, insegura entre o adolescente e os seus pais pode influenciar um maior envolvimento na delinquência juvenil.

Deste modo, através deste trabalho pretendeu-se aprofundar o conhecimento das relações entre a vinculação e os comportamentos delinquentes dos jovens institucionalizados, numa amostra com diagnóstico de Delinquência Juvenil. Neste estudo, participaram 41 adolescentes internados em Centros Educativos, pertencentes ao Instituto de Reinserção Social, da área de Lisboa, sendo eles, 30 jovens do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Foram utilizados dois questionários de recolha de dados, o *Questionário de Caracterização e a Escala dos Comportamentos e o Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência (IVIA)*.

Este trabalho está organizado em duas partes distintas, sendo que na primeira parte encontra-se o enquadramento teórico relativo aos temas em estudo (Adolescência, Vinculação e Delinquência Juvenil). A segunda parte traduz-se no estudo empírico, nomeadamente na justificação do estudo e os seus objetivos, o método, os resultados, a discussão dos mesmos e as conclusões.

No que diz respeito à primeira parte, está dividida em três capítulos. O primeiro capítulo apresenta a temática da Adolescência, através da sua caracterização e descrição e da importância da passagem ao ato nesta fase de desenvolvimento do ciclo de vida.

O segundo capítulo refere-se à temática da Vinculação. Em primeiro lugar, é feito um enquadramento histórico do surgimento da Teoria da Vinculação. Na segunda secção são abordadas as especificidades da vinculação na infância, e por último, na terceira secção, as especificidades da vinculação na adolescência.

O terceiro capítulo reporta-se à temática da Delinquência Juvenil, por meio da definição deste conceito, de seguida é realizada uma caracterização do adolescente delinquente. Na terceira secção são abordadas diferentes perspetivas explicativas desta problemática, bem como algumas das suas causas. Na quarta, e última secção deste capítulo, descreve-se a delinquência à luz da perspetiva psicanalítica.

Na segunda parte deste trabalho, apresentamos os objetivos do estudo num primeiro momento (quarto capítulo). De seguida, no quinto capítulo é descrita a metodologia através da caracterização da amostra recolhida, dos instrumentos de medida aplicados e os procedimentos de recolha de dados e de análise de dados. A análise dos resultados do estudo levado a cabo é apresentada no sexto capítulo, sendo no sétimo capítulo que estão discutidos esses resultados, com base numa revisão da literatura, bem como a respetiva conclusão.

Por fim, temos a apresentação das referências bibliográficas e dos anexos inerentes a este trabalho.

Parte I – Enquadramento Teórico

Capítulo 1

A Adolescência

“A juventude não é um capítulo isolado da vida, nem o prefácio dum livro, independente do que vem a seguir. É a promessa de tudo o resto, é a semente da qual tudo cresce, é o fundamento sobre o qual deve erguer-se o edifício da vida.”

Tiago Alberione.

O termo adolescência tem origem na palavra latina *adolescere*, que significa crescer para adulto (Simões, 2007). Para enquadrarmos este crescimento é essencial ter em conta que a adolescência apresenta características particulares em função das épocas, do ambiente cultural, social e económico.

1.1. Definição e Caracterização da Adolescência

A adolescência, entendida como um período de crises e desafios, é caracterizada por conflitos internos, onde o adolescente procura a sua identidade e o seu espaço na sociedade. Este é o período de transição entre a idade infantil e a idade adulta (Marcelli & Braconnier, 2005), sendo nesta fase que costumam ocorrer condutas antissociais e atos de delinquência juvenil (Braconnier & Marcelli, 2000; Simões, 2007). Neste sentido, esta transição é responsável por um duplo movimento, que se caracteriza pela negação da infância, por um lado, e a procura de um estatuto adulto estável, por outro, o qual constitui a própria essência da crise, e compreende todo o processo psíquico, todo desenvolvimento do EU, que todo o adolescente atravessa (Marcelli & Braconnier, 2005; Sanches & Gouveia-Pereira, 2010).

Devemos ter presente que, os fenómenos complexos da adolescência não surgem em terreno virgem. Estes são edificados sobre vivências da infância, sendo que a criança da infância cresceu e já construiu uma certa personalidade, a qual é reformulada no decorrer do processo adolescente (Blos, 1985; Braconnier & Marcelli, 2000).

O início da adolescência é marcado primordialmente pelo desenvolvimento pubertário, que se reflete em mudanças físicas, as quais vão influenciar todas as facetas do comportamento. Os adolescentes, de ambos os sexos, são profundamente afetados por estas mudanças que ocorrem no seu corpo, de tal modo que, num plano mais inconsciente, o processo de pubescência afeta o desenvolvimento dos seus interesses, do seu comportamento social e a qualidade da sua vida afetiva. Deste modo, as mudanças fisiológicas do adolescente são acompanhadas de mudanças psicológicas e sociais também – as primeiras menstruações nas raparigas, as primeiras ejaculações nos rapazes, a masturbação em ambos (Braconnier & Marcelli, 2000).

Note-se que, as modificações fisiológicas ocorrem em diferentes ritmos nos diferentes adolescentes, sendo que a idade cronologia não constitui um critério válido de maturação física.

Nesta linha de pensamento, falemos da maturação sexual, a qual foi interrompida pelo período de latência e retoma o seu desenvolvimento na adolescência, encontrando-se o adolescente na etapa final da quarta fase do desenvolvimento psicosssexual, a fase genital. Este estado de maturação sexual vai influenciar a ascensão e queda de determinados interesses e atitudes, e conseqüentemente, vai influenciar a vida mental do adolescente (Blos, 1985). Segundo o grande contributo de Freud (1962), através da sua obra *“Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade”*, com o início da puberdade surgem transformações que levarão a sexualidade infantil à sua forma definitiva e normal. Para este as zonas erógenas ditas parciais - oral, anal, uretral - cingem-se ao primado da zona genital – órgão sexual. O prazer sexual associado à emissão de produtos genitais possibilita aceder ao prazer terminal oposto nesse aspeto aos prazeres preliminares ligados às zonas erógenas supracitadas.

Sendo assim, a puberdade inicia uma nova fase de crescimento e de desenvolvimento psicológico, em que o corpo infantil dá lugar a um novo corpo, um corpo sexuado e com um desejo inabalável de se apropriar da vida e começar a vivê-la à sua maneira (Fleming, 2005).

Confrontado com um corpo que se transforma, com o aumento pulsional e com a necessidade de abandonar o mundo da infância, o adolescente é conduzido a reorganizar as suas identificações. Como por exemplo, o desenvolvimento da atração para com os outros (especialmente com a pessoa do sexo oposto), bem como a necessidade de deixar os laços demasiado próximos com os pais, o que o leva a

construir uma nova identidade e conseqüentemente, a reorganizar as suas identificações (Braconnier & Marcelli, 2000).

Assim, a *formação da identidade* é o processo pelo qual os adolescentes mais velhos e os jovens adultos alcançam uma compreensão bastante clara e estável a cerca do tipo de pessoas que são, daquilo em que acreditam e do que querem fazer das suas vidas (Erikson, 1956). Este processo implica que o adolescente passe por episódios de crise de identidade, que o levam a comportar-se, por vezes, de forma menos consciente e desajustada, de modo que os distúrbios e a aparente psicopatologia se tornem características normativas do desenvolvimento adolescente. O adolescente vive numa procura da *identidade social*, onde alcança o reconhecimento e aceitação dos valores e normas da sociedade, comprometendo-se com esta, assume um papel e sente-se como parte significativa da mesma, a par da procura da *identidade individual*, na qual modifica os padrões de identificação patentes na infância, e onde o adolescente se depara com um campo extenso de escolhas que tem de realizar, o que conseqüentemente o conduz à *difusão da identidade* – perda de identidade momentânea. Erikson (1963) designou esta exploração de diversas possibilidades de *moratória psicossocial*.

De acordo com Blos (1979), a plasticidade do funcionamento psíquico do adolescente constitui uma condição preponderante para a sua dependência face ao meio e à influência que este tem no adolescente.

Na infância a presença dos pais para a criança é sentida como uma fonte de conforto, de calma e de segurança. Pelo contrário, na adolescência esta mesma presença pode-se tornar fonte de tensão, excitação e de mal-estar. Isto deve-se ao facto do adolescente sentir uma necessidade de reorganizar as relações com os pais e a necessidade de se separar destes. Esta reorganização das relações conduz o adolescente a apoiar-se, cada vez mais, em modelos extrafamiliares integrando, talvez ainda mais profundamente do que antes, uma parte de identificação com os dois progenitores e em particular com o do mesmo sexo (Braconnier & Marcelli, 2000). Isto é, o adolescente precisa de se diferenciar dos pais, e simultaneamente, sentir-se inscrito na sua linhagem familiar, de modo a dar um sentido existencial duradouro às suas identificações como futuro adulto.

O papel que os pais assumem na adolescência é crucial para que o adolescente consiga ultrapassar as inúmeras tarefas impostas por esta fase, com sucesso. Os pais assumem uma função mais positiva aqui, pelo menos para eles, que é a de ser uma segurança e proteção, uma vez que o adolescente começa a experimentar os seus

próprios limites, dos quais não tem consciência, o que o pode colocar em situações extremamente perigosas. Desta forma, os pais vão reagir às diversas mudanças observadas no adolescente e é esta reação que poderá facilmente, impedir ou complicar os problemas vividos por este último.

Podemos ver, por exemplo que, uma mãe sentida como hostil, mas nunca como indiferente, pode despoletar no jovem problemas de comportamento. E um pai sentido como hostil representa um limite para o adolescente, enquanto um pai indiferente provoca no filho um sentimento de solidão, como se estivesse por conta própria, e uma falta de contenção (Braconnier & Marcelli, 2000).

Todas estas mudanças nas suas relações de infância constituem uma verdadeira perda dos «objetos infantis», uma perda do refúgio materno ou até do refúgio parental, perda esta não desejada mas imposta e sentida pelo adolescente como difícil mas necessária.

Neste *processo de separação-individuação*, é essencial introduzirmos a questão da autonomia, a qual é importante ao longo de todo o ciclo de vida mas que é na adolescência que ganha contornos peculiares. É também considerada por vários autores e investigadores como a tarefa de desenvolvimento psicológico fundamental da adolescência (Fleming, 2005).

O processo de autonomia desenrola-se progressivamente na sua tripla dimensão – emocional, comportamental e de valores – sendo com base neste que o adolescente assegura a sua identidade e afirma a sua diferença face aos que o rodeiam. Como já supracitado, nesta fase o sujeito vai procurar modelos fora do seu meio familiar, ao mesmo tempo que desvaloriza a relação com os pais, e começa a idealizar um modelo exterior.

Consequentemente surge o grupo de pares, como novo modelo de identificação (Braconnier & Marcelli, 2000). Esta mudança de modelos de identificação é normativa, sendo que qualquer adolescente vive dentro de um grupo de pares que relativamente à idade pode variar bastante no que se refere ao desenvolvimento físico e aos seus interesses. Esta situação é a condição responsável pelas muitas maneiras de comportamento imitativo e de “como se”, a que os adolescentes recorrem a fim de se manterem dentro do padrão esperado de comportamento e de modo a protegerem a compatibilidade social do grupo a que pertencem (Blos, 1985). Tal afirmação conduz-nos ao referido por Marcelli e Braconnier (2005) no seu livro, nomeadamente que o aparecimento e prevalência de muitos comportamentos patológicos estão fortemente

correlacionados com a existência e, principalmente, com a qualidade das relações com os pares.

Assim, a adolescência caracteriza-se, essencialmente, por ser um tempo de mudanças intra e inter-individuais, um processo de transição entre a dependência e a autonomia, que permitirá ao sujeito deixar a infância para entrar na vida adulta. Esta fase do ciclo da vida é marcada por um conjunto de profundas transformações – é o corpo que se modifica com a puberdade, o pensamento que sofre mudanças qualitativas, o espaço das relações com os outros e consigo próprio que se altera. Estas transformações têm início com os acontecimentos psicológicos que caracterizam a puberdade, as quais implicam um conjunto de tarefas desenvolvimentais cuja realização marca este período da vida, tais como a necessidade de reconstruir uma nova imagem corporal e o acesso progressivo à sexualidade genital que se torna adulta, quando é reflexo de maturidade afetiva, o acesso a novas formas de pensar a realidade, a transformação da relação da infância com os pais e o investimento em novas relações extrafamiliares e, ainda a construção de uma identidade, sendo esta última uma tarefa que decorre ao longo de todo o ciclo de vida e que ganha na adolescência uma nova dimensão (Hurlock, 1979; Machado, 2002).

Após esta descrição e caracterização da adolescência, é perceptível que são múltiplos os desafios que o adolescente tem de superar para se conseguir tornar um adulto saudável e produtivo, sendo esses desafios a sua adaptação a toda uma nova condição biológica, a conquista de uma nova autonomia, o estabelecimento de novas relações interpessoais próximas e duradouras, a progressão académica, entre outros. Não bastasse tudo isto, o adolescente precisa de se sentir valorizado como pessoa, marcar um lugar num grupo produtivo, de se sentir útil para os outros, dispor de sistemas de suporte e saber usá-los, fazer escolhas informadas e acreditar num futuro com oportunidades reais (Simões, 2007).

1.2. A passagem ao ato na Adolescência

No entanto, nem todos os jovens encaram a adolescência de igual forma. Sendo que, a forma de ultrapassar e enfrentar as mudanças biológicas, cognitivas, sociais e económicas, as transições, desafios, crises e necessidades varia de adolescente para adolescente. Para uns adolescentes é um período de mudanças dramáticas a nível familiar, escolar, das amizades, profissional; é um período de confusão, de sentimentos paradoxais, excitação e ansiedade, felicidade e tristeza, certezas e

incertezas, que acabam por se alargar aos que se relacionam com os adolescentes (Lerner & Galambos, 1998). Por outro lado, a maioria dos jovens está preparada para lidar com estas mudanças e ultrapassá-las com sucesso (Steinberg, 1998 cit. in Simões, 2007).

Neste âmbito, parte dos problemas que surgem na adolescência devem ser percecionados como fazendo parte do desenvolvimento normal, como formas exploratórias necessárias ao desenvolvimento, ou como reflexo de um desfasamento entre maturidade biológica e a maturidade social (Moffit & Caspi, 2000). Sendo que “*a cura para a adolescência pertence ao tempo e ao processo de amadurecimento gradual*” (Winnicott, 1971 cit. in Weiner, 1995).

Conforme referido, a adolescência é para alguns jovens uma fase de inquietação e de incertezas, pelo que um determinado grau de “mau comportamento”, experimentação ou procura de independência é considerado como normal (Kelly, Loeber, Keenan & DeLamatre, 1997). Todavia, alguns jovens persistem em envolver-se, progressivamente, em mais problemas de comportamento com consequências mais graves para os alvos desse comportamento, bem como para o desenvolvimento social, académico e vocacional dos jovens que os apresentam.

Durante a puberdade, de acordo com a teoria psicanalítica, assiste-se a um reativar de uma conflitualidade pré-genital arcaica, bem como ao reativar da tendência para o agir, presente ao longo da adolescência, com maior ou menor intensidade. O adolescente manifesta dificuldades em controlar e em exprimir verbalmente as suas emoções. A externalização pelo agir, ou seja, a transposição para o comportamento, das dificuldades e conflitos internos, possibilita ao adolescente não só lidar de uma forma defensiva com as suas pulsões, que nesta altura atingem uma grande intensidade, como também experimentar um sentimento de onipotência que normalmente acompanha as condutas agidas, face a um ego fragilizado e, por vezes até, ameaçado de fragmentação (Fleming, 2005). Abre-se, então, um espaço para um aumento do *acting-out*, como principal forma do adolescente expressar o conflito interno (Malpique & Queirós, 1984), visto que o jovem tem de lidar com o duplo desafio que se impõe na adolescência, a necessidade de separação face às figuras parentais e a procura e conquista da autonomia, o que impulsiona o adolescente para uma procura de limites, durante a qual ocorrem comportamentos de transgressão, não sendo estes forçosamente de cariz patológico, sendo, inclusive, muitas vezes adaptativos (Kammerer, 1992; Blos, 1979; Bracconier & Marcelli, 2000).

Em conformidade com isto, diversos autores (Pingeon, 1982; Moita, 1991; Aguiar, Sroufe, Egeland & Carlson, 2000; Marques, 2001), defendem a existência de uma relação entre adolescência e transgressão, a qual é necessária e inevitável no desenvolvimento e para o processo de aquisição de novas formas de socialização. Isto é, nesta perspectiva a *transgressão* é considerada uma forma adaptativa, resultante de um processo criativo, podendo constituir-se como solução, ou parte desta, de um conflito interno, sendo denominado este tipo de comportamento como normativo e uma tentativa do adolescente expressar autonomia. É, então, neste momento de mudança intrapsíquica, que requer novas relações, novos objetos e uma diferente ligação com os objetos de infância que pode culminar no desvio.

Assim, as transgressões cometidas são muitas vezes estratégias para organizar as tensões internas, para coordenar a desorganização psíquica, temporária, em que o jovem adolescente se encontra, sendo diversas vezes projetado o perigo interno em objetos externos, representantes de autoridade (Benavente, 2002). Tudo isto dá lugar ao que chamamos de *passagem ao ato*, a qual está presente nas perturbações de comportamento mais comuns na adolescência, como é o caso da Delinquência Juvenil. A *passagem ao ato* é então entendida como uma incapacidade de elaboração mental, onde há um desconhecimento sobre a fantasia que está subjacente ao ato, estando os limites afetados, nomeadamente entre aquilo que é presente e aquilo que é passado, entre o que é interno e externo (Matos, 1991).

Em suma, a delinquência juvenil pode ser considerada como uma *saída – mais ou menos frequente – para a difícil ultrapassagem, sem acidentes, da etapa maturativa da adolescência* (Coimbra de Matos, 1977, p. 74).

Capítulo 2

Vinculação

“É um amor pobre aquele que se pode medir.”

William Shakespeare

Falar de vinculação é descrever as relações afetivas significativas que nos unem aos outros e, em última instância, a nós próprios. O facto de nascermos suficientemente imaturos permite vincular-nos de forma adequada (Soares, 2009).

2.1. Teoria da Vinculação: notas históricas

O interesse de Bowlby pela relação entre a ocorrência de situações de privação de cuidados maternos e a manifestação futura de perturbações duradouras na relação mãe-criança surge por volta dos anos 20, quando este decide compreender os efeitos das experiências familiares no desenvolvimento humano (Soares, 1996). É, então, através das suas experiências como psicoterapeuta e das observações de James Robertson que surgem duas importantes ideias – a primeira remete-nos para a influência que a perda da figura materna representa no desenvolvimento de processos psicopatológicos; a segunda ideia conduz-nos a uma certa continuidade ao nível das respostas e dos mecanismos defensivos do indivíduo entre a experiência precoce da separação da mãe e determinadas perturbações do funcionamento da personalidade (Robertson & Bowlby, 1952; Bowlby, 1953; Robertson, 1953 cit. in Soares, 1996).

Contudo, é na década de 50 que o problema da privação materna ganha contornos, quando Bowlby decide desafiar alguns dos pressupostos da psicanálise, por não se sentir completamente satisfeito com esta abordagem como referência para a compreensão e explicação da problemática da privação do afeto materno, tendo ficado sensível aos potenciais contributos teóricos de outros modelos. Deste modo, avança-se na edificação de um quadro teórico alternativo sobre esta temática da natureza e função da relação mãe-filho assente noutras contribuições como a etologia, as ciências cognitivas e a cibernética, a noção de plano aplicada ao comportamento humano e a teoria de Darwin (Bowlby, 1969/1982).

O artigo de Bowlby, *“The nature of the child’s tie to this mother”*, fica para a história da Psicologia do Desenvolvimento como a primeira formulação impressa da teoria da vinculação (Bowlby, 1958).

Os contributos fornecidos por estas áreas permitiram a Bowlby enquadrar a problemática da privação materna no âmbito do estabelecimento de uma relação de proximidade com uma figura adulta da mesma espécie – relação de vinculação – que servirá de natureza filogenética e que era possível devido à utilização de sistemas comportamentais biologicamente determinados de promoção da proximidade (Bowlby, 1969/1982). Isto é, Bowlby passa a perspetivar a vinculação como um sistema primário específico, que está presente a partir do nascimento com características próprias da espécie.

Assim sendo, Bowlby (1973) desenvolve a Teoria da Vinculação com o objetivo de explicar a natureza dos laços que unem a criança às figuras de referência no âmbito da função biológica e das respostas comportamentais observadas em crianças sujeitas a separações das figuras significativas de vinculação. Neste seguimento, importa referir que é em 1944 que Bowlby sistematiza melhor as suas ideias num artigo intitulado *Forty-four juveniles thieves: Their characters and home life* onde analisa 44 histórias clínicas e onde utiliza a expressão “*psicopata vazio de afeto*” (affectionless psychopath). Neste seu estudo, comparou 44 jovens com histórias de roubos com um outro grupo de jovens perturbados mas sem esse comportamento, o qual não foi conclusivo sobre a etiologia dessa perturbação baseada no comportamento parental. Contudo, Bowlby verificou que a separação prolongada da mãe ocorrida durante a infância caracterizava a vida dos jovens que integravam a categoria “*psicopatas vazios de afeto*”: dos 44 jovens do seu grupo clínico, 14 foram inseridos nessa categoria e 12 destes tinham sofrido, desde muito cedo, separações prolongadas da figura materna. Dos restantes 30, não incluídos nessa categoria, apenas 5 tinham sofrido tais separações e apenas 2 casos no grupo de controlo (de 44) (Soares, 2009).

Segundo Soares (2009), em vários estudos e em distintos países, Bowlby verificou que as crianças privadas de cuidados maternos tendiam a desenvolver os mesmos sintomas que ele próprio tinha identificado nos jovens “vazios de afeto”: estas crianças institucionalizadas tornavam-se adultos emocionalmente frios, superficiais nos seus relacionamentos, com níveis elevados de hostilidade e tendências hostis ou antissociais.

Deste modo, as observações que Bowlby realizou com crianças institucionalizadas conduziram-no à conclusão de que grandes disfunções na relação mãe - criança são precursoras de psicopatologia, sendo esta relação não apenas importante para o desenvolvimento futuro da criança, mas também no imediato (Cassidy, 1999).

Para além de Bowlby, um dos autores que mais contribuiu para edificar a Teoria da Vinculação foi Mary Ainsworth. É durante a década de 70 e na sequência dos contributos de Bowlby que Ainsworth e os seus colaboradores surgem com estudos focados na observação de bebés e das suas mães em contextos naturalistas e laboratoriais, utilizando uma abordagem multi: multi-momentos, multi-contextos, multi-métodos e multi-observadores (Soares, 2000). É com base nestes estudos que Ainsworth introduz uma nova fase na Teoria da Vinculação dando especial ênfase à figura de vinculação (Soares, 2009).

Os seus estudos de observação naturalista realizados no Uganda (Ainsworth, 1967) e em Baltimore (Ainsworth, Blehar, Water & Wall, 1978) e a criação do procedimento laboratorial de avaliação da interação mãe-bebé, designado de Situação Estranha, permitiram o estudo das diferenças individuais na organização comportamental da vinculação e, posteriormente abriram caminho à multiplicação de estudos relativos à estabilidade e mudança dos padrões de vinculação, acompanhamento de trajetórias de desenvolvimento e estudo da psicopatologia (Soares, 2009). Neste sentido, as descobertas de Ainsworth impulsionaram, na década de 70 e 80, o aumento das investigações nesta área, com o objetivo de se compreender as implicações dos processos de vinculação precoce no desenvolvimento ao longo da infância e da adolescência nos domínios do *self* e das relações interpessoais, relativos ao funcionamento sócio emocional e cognitivo e à adaptação a diferentes contextos da vida.

Note-se que, a Teoria da Vinculação não se resume ao estudo da criança. Os estudos de Bowlby e Ainsworth abriram portas para o aprofundamento do estudo da vinculação, tendo surgido a partir dos anos 80 uma multiplicação dos estudos sobre esta temática, estudos estes não limitados à criança, mas também com o foco de investigação em adolescentes e adultos, para a avaliação das representações da vinculação, reconcetualizando a vinculação em termos de modelos internos dinâmicos (Main, Kaplan & Cassidy, 1985). Estes autores desenvolveram o *Adult Attachment Interview* (AAI), um instrumento baseado no discurso de adultos acerca da história da sua relação com as figuras de prestação de cuidados, da infância até à idade adulta. A criação da AAI veio permitir estudar o modo como as experiências precoces influenciam o desenvolvimento de perturbações psicopatológicas, das relações amorosas e íntimas e da relação terapêutica, que constituem algumas das questões que Bowlby tinha formulado a partir da sua experiência clínica, especialmente relevantes para a compreensão da psicopatologia e da psicoterapia (Soares, 2009).

2.2. Vinculação na Infância

A necessidade de estabelecer relações afetivas com os outros é uma necessidade básica do ser humano. Deste modo, a vinculação é um fenómeno que ocorre ao longo de todo o ciclo de vida, sendo parte integral do comportamento humano desde o berço até à sepultura, sem esquecer o período de gestação em que a mãe cria o primeiro vínculo ao seu bebé imaginário, ainda antes do vínculo ao bebé real que se consuma após o nascimento deste (Bowlby, 1979; Fonagy, Steele & Steele, 1991).

A importância deste vínculo inicial está patente na observação realizada por Regoli, Hewitt e DeLisi (2008) ao referirem que a vida do feto no útero pode ter um efeito de deletério sobre a criança ao longo da sua vida.

A teoria da vinculação formulada por Bowlby (1958) tem como principal premissa que a vinculação do bebé à figura de vinculação (habitualmente a mãe) tem como princípio básico um equipamento comportamental ou padrões de comportamento característicos da espécie humana constituídos por respostas instintivas que inicialmente são relativamente independentes umas das outras, surgindo em tempos distintos, e que, se organizam e orientam, ao longo do desenvolvimento, em relação à figura de vinculação e servem para ligar a criança a esta. Estas respostas ou *comportamentos de vinculação* como denominados têm a finalidade de apelar à proximidade do bebé com o adulto ou respetivo cuidador, sendo eles o comportamento *de mamar, agarrar, seguir, sorrir e chorar* (Bowlby, 1958). Vários comportamentos de vinculação organizados e mais complexos constituem *sistemas de vinculação* que têm como objetivo proteger a criança dos estímulos percecionados como geradores de *stress* ou angústia.

No primeiro ano de vida, o bebé estabelece uma relação com uma figura que lhe presta cuidados básicos de modo a esta assegurar a sua sobrevivência, que habitualmente é a figura materna. Esta figura torna-se, assim, uma *figura de vinculação* para o bebé, pois terá a capacidade de lhe proporcionar uma experiência de segurança e conforto quando este está em perigo, em *stress* ou quando se sente ameaçado (Bowlby, 1969/1982).

Bowlby, na sua Teoria da Vinculação, surge também com o conceito de modelos internos dinâmicos na vinculação, constructo central da sua teoria, os quais são constituídos por conhecimentos e expectativas relativos à figura de vinculação (em termos da sua acessibilidade e responsividade, especialmente em situações em que o sistema de vinculação está ativado), e sobre o *self* (em termos do reconhecimento do

seu valor pessoal e da sua capacidade de afetar a figura de vinculação) (Bowlby, 1969; Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978).

Estes modelos resultam a partir de experiências repetidas de cuidados prestados pela figura de vinculação à criança (Bowlby, 1969/1973), bem como da interpretação destas experiências, visto que é no contexto dessas interações repetidas com as figuras de vinculação que o indivíduo organiza essas experiências sob a forma de representações generalizadas sobre o *self*, sobre as figuras de vinculação e sobre as relações. Os modelos vão-se desenvolvendo sob formas cada vez mais complexas e sofisticadas através da integração de novas informações e experiências, e ao mesmo tempo, constituem-se como guias para a interpretação das experiências e para a orientação dos comportamentos de vinculação (Soares, 2000).

Neste sentido, os modelos internos dinâmicos integram o sistema de vinculação que é ativado em dadas circunstâncias de *stress* emocional, sendo a qualidade das trocas emocionais entre a criança e a figura de vinculação, quando o sistema está ativado, que distingue a qualidade da relação de vinculação – promotora de segurança ou geradora de insegurança (Bowlby, 1969). Consequentemente, a figura de vinculação funciona como base segura para a criança quando lhe proporciona o alívio do seu medo/ansiedade, e simultaneamente como segurança necessária, de modo a que a criança se sinta capaz de explorar o meio (Bowlby, 1973). É este tipo de relação que permite que a vinculação promova uma vinculação segura que se traduz numa organização interna constituída por conhecimentos e expectativas positivas relativas à disponibilidade e responsividade da figura de vinculação e ao *self* como merecedor de atenção, de afeto e como competente para se confrontar com o mundo (Erikson, 1959; Bowlby, 1973).

Validando esta ideia, Ainsworth, Blehar, Waters e Wall (1978) explicam a importância dos pais responderem com sensibilidade às necessidades do bebé e de lhe proporcionarem um meio seguro, para que esta possa progredir na sua capacidade de explorar o meio em que está inserida de forma cada vez mais complexa e de maior distância, sentindo que pode sempre regressar para perto dos seus pais ou pelo contrário, consiga tolerar a ausência temporária da mãe ao acreditar que ela vai voltar. Isto remete-nos para a ideia de Bowlby (1969), que refere não ser apenas importante a presença física do cuidador, mas também ou mais ainda a crença da criança que esta figura de vinculação estaria presente quando fosse necessário.

Por outro lado, se a figura de vinculação não valoriza a tentativa de procura de conforto, proteção e segurança por parte da criança ou a considera uma exigência

excessiva ou ainda, restringe o desejo de exploração autônoma, as necessidades de autonomia e de vinculação não estão a ser adequadamente promovidas e atendidas, o que resulta numa vinculação insegura. Como consequência disto, a criança sente-se impedida de alcançar os seus objetivos imediatos, bem como recebe constantemente mensagens implícitas de incompreensão ou de rejeição, edificando um modelo interno de *self* sem valor ou incompetente (Bowlby, 1973).

As funções maternas de *contenção* – capacidade de conter/integrar mentalmente as experiências emocionais do filho – e de *rêverie* – capacidade de transformar as experiências emocionais em representações e atribuir-lhes significado – assumem um papel decisivo na qualidade da relação precoce mãe-bebé (Bion, 1962). Também outros autores (Sroufe, 1990; Fonagy & Target, 1996) indagaram a importância destas funções maternas, concluindo-se que a capacidade materna de contenção dos estados mentais do bebé aumenta a confiança desta capacidade materna de cuidar com afeto, fazendo com que o bebé sinta que pode recorrer à mãe nos estados de sofrimento e de sobreexcitação, bem como fortalece o vínculo emocional da criança com a mãe ou o seu cuidador substituto.

Sumariamente, o ser humano procura desde cedo estabelecer um vínculo com um adulto, normalmente estabelecido com a figura materna como anteriormente referido, sendo que a qualidade deste vínculo terá repercussões ao nível da construção das estruturas basais da personalidade da criança (Bowlby, 1969). É, então, imprescindível para a saúde mental da criança uma experiência calorosa, íntima e contínua na relação com a sua figura de vinculação, em que ambas encontrem satisfação e alegria, caso contrário, esta relação poderá ser precursora de uma posterior psicopatológica.

Assim, a vinculação pode ser definida como a relação privilegiada que a criança constrói com a sua figura de referência, desenvolvendo-se de acordo com uma capacidade de procura de relação pela criança e da capacidade de resposta emocional adequada por parte do cuidador (Matos, 2005), não esquecendo que essa relação é influenciada pelas características peculiares do desenvolvimento e pelas diferenças individuais de cada um (Ainsworth, 1989).

A partir dos trabalhos teóricos de Bowlby, surgem outros estudos na área da vinculação por parte de Ainsworth que se torna uma referência obrigatória na investigação empírica da vinculação. Foi com base nas observações naturalistas que Ainsworth et al. (1978) realizaram, que concluíram a necessidade de estudar o sistema comportamental de vinculação na relação com os outros sistemas, nomeadamente o

exploratório, resultando isto na descoberta de dois polos extremos que estão na base da qualidade da relação de vinculação – polo de segurança e polo de insegurança/ansiedade.

Foi criado um procedimento laboratorial no âmbito de um estudo longitudinal denominado de *Situação Estranha*, o qual tinha como objetivo avaliar as diferenças inter-individuais da vinculação, nomeadamente no que diz respeito à qualidade da vinculação na primeira infância (em média, dos 12 aos 18 meses de idade). Este procedimento traduziu-se na avaliação de 26 díades mãe-bebé, em Baltimore (EUA), onde foram observados bebés entre os 2 e os 52 meses, de forma sistemática e regular no lar familiar (em sessões de 3/4 horas, de 3 em 3 semanas) e, às 52 semanas avaliadas em contexto laboratorial não-familiar. Enquanto procedimento laboratorial standardizado é constituído por uma sequência fixa de episódios, com o objetivo de ativar e/ou intensificar o sistema comportamental de vinculação do bebé com 1 ano de idade através de uma aproximação a situações em que a maior parte dos bebés encontra no seu quotidiano (Ainsworth et al., 1978). O respetivo procedimento abrange ainda duas separações e duas reuniões entre o bebé e a figura de vinculação, que permitiram observar: o comportamento de exploração do bebé e a sua reação a uma figura estranha (na presença ou na ausência da figura de vinculação); a resposta à ausência da figura de vinculação (quando o bebé está só, ou quando está na presença da figura estranha); e a resposta do bebé à reunião com a figura de vinculação depois da sua ausência (que pode ser comparada com a resposta ao regresso da figura estranha).

O procedimento laboratorial *Situação Estranha* foi o principal contributo de identificação de *três padrões de vinculação*, através da análise da forma como a criança utiliza a figura de vinculação como base segura e refúgio de segurança. O paradigma da *Situação Estranha* foi largamente estudado e replicado em diversas amostras de contextos culturais diferentes e com características semelhantes, assegurando a sua validade (Solomon & George, 1999).

Deste modo, Ainsworth et al. (1978) defendem a existência de três tipos de organização comportamental, designadamente *Padrão A – Inseguro-Evitante*, *Padrão B - Seguro* e *Padrão C – Inseguro-Ambivalente/Resistente*, sendo que cada um deles promove a proximidade à figura de vinculação, de formas distintas, bem como favorecem a resposta desta em situações de perigo. O primeiro tipo denominado ***Padrão A – Inseguro-Evitante*** caracteriza-se pelo predomínio do comportamento exploratório sobre o comportamento de vinculação. Existe um afastamento físico e/ou

evitamento ou uma tendência para ignorar a figura de vinculação (em especial nos momentos de união), ao invés de se aproximar dela o bebê parece resistir ativamente ao contacto e também não protesta na ausência da figura de vinculação; não há grandes diferenças na forma como o bebê reage à figura de vinculação e à figura estranha, a qual, por vezes, é menos evitada. Ainsworth et al. (1978) referem que estas crianças tinham vivenciado respostas rejeitantes, pouco afetuosas e insensíveis da figura de vinculação como resposta aos seus comportamentos de vinculação, principalmente quando o sistema de vinculação estava ativado. Verificando-se que o comportamento de vinculação não consegue atingir o seu objetivo e, por isso, desencadeia sentimentos de raiva, exasperação e frustração que são, geralmente dirigidos para os objetos do meio. É de sublinhar a existência de dois subgrupos - A1, no qual dominam os comportamentos de evitamento; e o A2 onde é revelada uma intenção moderada de proximidade à figura de vinculação.

Contrariamente ao padrão A, o **Padrão de Vinculação - Seguro (B)** caracteriza-se por uma alternância equilibrada entre os comportamentos de exploração e de vinculação, em que comportamentos de afastamento e evitamento pouco ou nada acontecem. Este padrão está marcado por uma procura ativa de proximidade, contato físico e interação com a figura de vinculação por parte do bebê, particularmente em momentos de reunião. Neste seguimento, quando esta figura está presente o bebê manifesta interesse em explorar o meio, pelo contrário quando esta não está presente este interesse diminui e o bebê protesta, podendo ou não procurar conforto na figura estranha. Nos momentos de reunião, após o restabelecimento do contacto, o bebê volta à exploração do meio. Este tipo de comportamento está associado a bebês que tinham mães afetuosas, atentas aos seus sinais emocionais e que respondiam de forma a minimizar os seus sentimentos de insegurança e desconforto, sendo a figura de vinculação considerada uma base segura na qual o bebê pode encontrar segurança, proteção e conforto e a partir desta pode retomar à exploração do meio. Também neste tipo de organização comportamental existem quatro subgrupos: B1 é quando o bebê mantém a interação por meio de vocalizações e sorrisos, acompanhados de reduzida procura de contacto físico e ligeiros comportamentos de evitamento; B2 assemelha-se ao bebê do subgrupo anterior mas agora com acentuada e frequente vontade de procura de proximidade; B3 é aquele padrão em que os bebês se sentem verdadeiramente seguros, manifestam elevada procura de proximidade, e por último, B4 considera que a criança revela alguns comportamentos de resistência, apesar de predominar a procura de interação ou proximidade.

Por fim, temos o **Padrão C – Inseguro-Ambivalente/Resistente** que é caracterizado pela prevalência do comportamento de vinculação sobre o comportamento exploratório e pelo comportamento antagónico do bebé. Os bebés que desenvolveram este tipo de organização comportamental são híper-vigilantes face à figura de vinculação e a sua localização, o que dificulta a sua exploração do meio. O comportamento antagónico baseia-se no sentimento de ambivalência perante a figura de vinculação, principalmente nos momentos de união, sendo que procuram contacto com esta e ao mesmo tempo resistem-lhe ativamente. Isto deve-se aos comportamentos de inconsistência e imprevisibilidade manifestados pela figura de vinculação nos momentos em que o sistema de vinculação se encontrava ativo. Sujeitos a uma menor responsividade ao choro, falta de afeto e menor sensibilidade aos sinais emocionais da dita figura, manifestam uma excessiva ativação do sistema de vinculação através da preocupação com a acessibilidade da figura de vinculação, ao contrário dos bebés ansiosos-evitantes há uma desativação do sistema de vinculação por medo de rejeição (Ainsworth et al., 1978). Subjacentes a este padrão estão dois subgrupos: C1 engloba aquelas crianças que procuram contato ativo e ao mesmo tempo resistem à figura de vinculação; e C2 onde existe uma necessidade de contacto, mas o comportamento da criança mostra-se mais enfraquecido.

Não menos importante, são as crianças que não se incluem em nenhum dos padrões anteriores devido aos seus comportamentos desorganizados/desorientados, o que deu lugar ao **Padrão D - “Desorientado/Desorganizado”**, assente em estudos recentes sobre a vinculação (Main & Solomon, 1986/1990). São crianças que manifestam medo face à figura de vinculação; que revelam comportamentos de evitamento intenso imediatamente seguido ou coexistindo com uma forte procura de proximidade; movimentos e expressões de estupefação, de imobilização ou de apreensão quando a figura de vinculação se aproxima; movimentos desiguais, incompletos ou não dirigidos; estereotípias e posturas anómalas; índices diretos de desorganização e desorientação, como por exemplo, vaguear desorientadamente, expressões confusas ou múltiplas mudanças súbitas de afeto. Estes casos estão relacionados com quadros psicopatológicos na adolescência e na vida adulta, frequentes em amostras de risco, constituídas por mães deprimidas ou bebés maltratados.

Segundo Sroufe, Egeland, Carlson e Collins (2005), a qualidade da relação de vinculação influencia o desenvolvimento de psicopatologias, sendo que os padrões de insegurança organizada são mais propensos a futuras perturbações psicopatológicas.

Semelhante a isto, o padrão desorganizado evidência uma elevada propensão para diagnósticos psicopatológicos, como por exemplo os problemas de externalização. Os autores supraditos referem também que, crianças com vinculações seguras, quando sujeitas a elevados níveis de *stress* manifestam problemas de comportamento mas assumem um nível de recuperação superior às crianças com vinculações inseguras, o que comprova que a vinculação segura funciona como fator protetor para o desenvolvimento da psicopatologia.

Podemos concluir que os cuidadores podem ser considerados simultaneamente uma fonte de segurança ou de medo para a criança, sendo a sua sensibilidade a ponte para um desenvolvimento de segurança ou insegurança, especificamente as suas demonstrações de amor perante a criança e a sua capacidade de compreender os sinais e a comunicação da mesma.

2.3. Vinculação na Adolescência

Apesar de na adolescência as relações de vinculação serem em muitos aspetos semelhantes às relações de vinculação na infância, existem algumas diferenças significativas nos vínculos formados nestes dois períodos de vida.

Como já referido neste trabalho, a adolescência é uma fase desenvolvimental que se traduz em grandes mudanças a vários níveis, nomeadamente físico, psicológico, emocional, social e envolve, também, um distanciamento das figuras parentais, com transferência dos afetos e identificações para o grupo de pares (Simões, 2007). No que se refere à Teoria da Vinculação, a adolescência segue a mesma lógica.

Do ponto de vista da Teoria da Vinculação, a adolescência é uma fase de transição das vinculações da infância, estabelecidas essencialmente nas relações progenitores-filho, para as vinculações na adolescência, nomeadamente alguns dos componentes da vinculação da infância são transferidos dos pais para os pares (Allen & Land, 1999; Hazan & Zeifman, 1999). Há, então, um distanciamento, por parte do adolescente, relativamente às figuras de vinculação iniciais e, conseqüentemente, uma reestruturação das relações já estabelecidas com estas mesmas figuras, bem como a criação de novos laços de vinculação, desta vez com os seus pares (Atger, 2004). Por outro lado, o adolescente começa a desenvolver capacidades para que ele próprio se torne uma figura de vinculação - um *caregiver* (Allen & Land, 1999; Atger, 2004).

Deste modo, este período do ciclo de vida é caracterizado por um esforço por parte do adolescente em estabelecer uma maior independência relativamente aos cuidados parentais, com o objetivo de alcançar maiores níveis de autonomia e diferenciação,

sendo que a vinculação às figuras de referência continua a assumir grande importância crítica para o indivíduo (Allen & Land, 1999). No entanto, surge nesta fase do ciclo de vida uma mudança significativa nos vínculos formados entre a infância e a adolescência no que concerne à mutualidade das vinculações (Weiss, 1982 cit. in Hazan & Zeifman, 1994). Enquanto as relações na infância são assimétricas e complementares, as crianças procuram segurança nas suas figuras de vinculação sem dar nada em troca, na adolescência as relações são simétricas e recíprocas, havendo espaço para trocas de apoio e segurança emocional, sendo estas relações formadas, primariamente, com os pares/amigos.

O que até então foi pacificamente aceite, o valor da dependência e da vinculação às figuras de referência (normalmente os pais) começa a ser questionado, o que resulta numa perda ou enfraquecimento dos vínculos criados com as figuras de vinculação, bem como da proteção e do controlo por parte das mesmas (Fleming, 2005). É neste momento que começa a impor-se o valor da autonomia de comportamentos e de atitudes, e ainda o surgimento de novos desejos e comportamentos até aí não realizados. Esta alteração da relação de vinculação com as figuras protetoras dá lugar a novos e mais fortes relacionamentos com os pares, uma vez que, à medida que se torna mais independente o adolescente sente-se mais capacitado para se visualizar enquanto parte integrante de uma comunidade mais ampla do que a sua família.

A partir desse momento, são os pares que propiciam sentimentos de confiança e segurança ao adolescente, o que os levam a puderem tornar-se figuras de vinculação (Atger, 2004). É com os pares que se estabelece uma identificação e compreensão das múltiplas mudanças – cognitivas, familiares, pessoais, etc. - da adolescência, o que os conduz a funcionarem como figuras de vinculação uns dos outros. Esta relação com os pares é também propiciadora de uma reconstrução e aperfeiçoamento das aptidões sociais, dos sentimentos de segurança e de concepções de sentimentos acerca de si próprio enquanto ser diferenciado das figuras de vinculação, no âmbito do processo de individuação.

Nesta linha de pensamento, os pares são utilizados como figuras de vinculação de modo a satisfazer as necessidades de vinculação do adolescente e simultaneamente estabelecer uma relação de autonomia com as figuras de vinculação iniciais (Atger, 2004), aspeto crucial para o desenvolvimento das relações de vinculação na idade adulta (Allen & Land, 1999). Estas novas relações servem também como uma oportunidade para reavaliar as relações precoces que foram estabelecidas de modo

inseguro, constituindo-se significativas no processo de mudança dos modelos internos dinâmicos (Soares, 1996).

Note-se que, esta grande tarefa de separação intrapsíquica e relacional entre figuras de vinculação e adolescente, a qual organiza todas as outras mudanças de desenvolvimento, como a remodelação interna da ligação às figuras referidas, a consolidação da autonomia e da identidade, vai desenrolar-se consoante o padrão de vinculação, seguro ou inseguro, predominante naquele adolescente e, mais precisamente, de acordo com o tipo de modelos operantes internos construídos na infância (Atger, 2004; Fleming, 2005). O adolescente precisa sentir-se ligado às figuras de referência por um sistema vincutivo seguro para poder alcançar com sucesso o seu processo de separação-individuação.

Corroborando esta ideia, Allen e Land (1999) consideram que na adolescência uma das funções centrais da vinculação às figuras de vinculação iniciais passa pelo proporcionar uma base emocional segura ao jovem, para que este se sinta capaz e confiante em explorar um vasto leque de estados emocionais com que se vai deparar, enquanto aprende a viver, progressivamente, como um adulto mais autónomo. Assim, para que esta procura de autonomia seja bem-sucedida, não se deve desenvolver isoladamente, mas sim, no contexto de uma relação próxima e persistente com as respetivas figuras de vinculação (Atger, 2004). Esta disponibilidade e apoio, por parte das figuras protetoras, assume uma base sólida para a exploração de interações com os pares, nesta etapa do desenvolvimento.

Fleming (2005) também dá o seu contributo neste sentido, ao referir que o adolescente necessita que, quer a família e a escola, quer os contextos sociais em que está inserido criem condições para que este consiga levar a cabo as suas tarefas de desenvolvimento. Esta autora considera ainda que, o adolescente que se sente ligado às figuras de vinculação por vínculos seguros é aquele em que predomina o amor e a aceitação de procura de autonomia, e conseqüentemente, é aquele que mais progride no alcance de autonomia e, portanto, na construção da sua identidade. Não esquecendo a importância de uma atitude de controlo parental através do estabelecimento de normas e de limites ao seu comportamento. Contrariamente a este adolescente apresenta-se o adolescente ligado a vínculos inseguros e hostis, o que provoca neste, dificuldades em concretizar o seu processo de autonomia.

Assim sendo, o jovem adolescente precisa de se sentir seguro para se poder separar e individualizar das figuras de vinculação, pois ao confrontar-se com o

contrário, o adolescente retrai-se no processo para a tarefa de individualização, dando espaço para o impasse ou paragem no desenvolvimento psicológico.

Neste sentido, existem estudos que revelam que os jovens com vinculação segura apresentam relações de melhor qualidade com os pares e que esta proporciona ao adolescente negociar as tarefas interpessoais próprias da sua fase de desenvolvimento, como manutenção de amizades e/ou as relações amorosas. São jovens que apresentam uma autoestima mais elevada, um bem-estar emocional, menores níveis de depressão e de ansiedade social, oposto ao que é conferido em jovens com vinculações inseguras (Batgos & Leadbeater, 1994). Também o estudo de Duarte (2010), concluiu que a vinculação segura funciona como um fator protetor para os problemas sociais e comportamentais (comportamentos agressivos) e, consequentemente, os jovens com vinculações seguras estabelecem relações de melhor qualidade com os seus pares e têm sentimentos mais positivos para com a escola. Ao invés, jovens com vinculações inseguras tendem a envolver-se em comportamentos agressivos, quer como vítimas quer como agressores.

Soufre et al. (2005) referem ainda que, a existência de um padrão de vinculação inseguro na adolescência está associado à delinquência, confirmando isto através de estudos que mostram diferenças entre jovens com comportamento antissocial precoce e jovens que nunca tiveram este tipo de comportamento. Para Winnicott (1975) o grupo de pares pode desempenhar uma importante função no campo da psicopatologia, ao explicar que um grupo que se identifique facilmente com o membro mais “doente”, como por exemplo com o membro delinquente, resulta numa associação de todo o grupo a este delinquente, levando isto a uma coesão entre os pares, o que os fará sentirem-se reais e, temporariamente, o grupo fica estruturado.

Por outro lado, a adolescência marca uma fase de mudanças não só ao nível das relações de vinculação que se estabelecem, mas também a nível emocional, físico, cognitivo e comportamental, sendo que estas últimas vão repercutir-se no comportamento de vinculação (Allen & Land, 1999; Atger, 2004).

É essencial referir a importância e influência destas mudanças no comportamento de vinculação, uma vez que são as transformações cognitivas, emocionais e comportamentais decorrentes da adolescência que permitem uma maior e mais clara diferenciação de si e do outro - *self-outro* (Bowlby, 1973; Atger, 2004) e uma profunda reavaliação das relações de vinculação construídas até então juntamente com um aumento da exploração do *self*, dos outros e do mundo (Allen & Land, 1999; Atger, 2004). Esta maior capacidade de diferenciação *self-outro* adquirida pelo adolescente

ao longo do seu desenvolvimento permite uma visão mais coerente de si como existente fora das interações com as figuras de vinculação primitivas (Atger, 2004). É uma nova visão do *self* que vai permitir ao adolescente tornar-se mais internamente organizado e menos centrado em torno de uma relação particular (Allen & Land, 1999).

Este desenvolvimento cognitivo possibilita uma capacidade reflexiva fundamental ao adolescente que se traduz na (re)construção de significados do seu próprio *self* e das suas experiências relacionais, sendo com base nestas que o adolescente pode comparar as suas relações com as diferentes figuras de vinculação entre si mas também com ideias hipotéticas (Allen & Land, 1999; Atger, 2004). Com esta competência de refletir abstratamente sobre as suas relações de vinculação, o adolescente pode, deste modo, reconhecer que as figuras de vinculação primárias são imperfeitas e que podem falhar nas suas respostas às necessidades de vinculação e imaginar que outras relações – para além das relações parentais – poderiam satisfazer melhor essas necessidades.

Este processo pode conduzir o adolescente a comportamentos contraditórios, por um lado ficar mais enraivecido ou ainda mais resistente em relação aos pais, e por outro, pode ajudá-lo a atingir uma maior abertura, objetividade e maleabilidade na avaliação das suas relações de vinculação iniciais. Esta abertura, maleabilidade e objetividade são características de uma organização segura da vinculação, na adolescência ou no jovem adulto (Atger, 2004).

Carvalho (2007) desenvolveu um estudo sobre a interação da vinculação, temperamento e processos cognitivos com os problemas emocionais e comportamentais dos adolescentes, concluindo que a maior parte dos pré-adolescentes com perturbações clínicas foi classificado com base numa organização insegura (ansiosa/ambivalente e evitante), contrariamente à maior parte dos pré-adolescente sem perturbações clínicas que apresentou um padrão de vinculação segura.

Em suma, o adolescente depara-se com o desafio de mudanças internas e externas contando não só com o mundo interno povoado ou não de bons objetos intercessores de confiança básica e de segurança, mas também com as relações atuais com os seus pais, amigos e adultos significativos (Fleming, 2005).

Capítulo 3

Delinquência Juvenil

“Cinco indivíduos entre os 16 e os 17 anos de idade roubaram um telemóvel, dois jogos para Playstation e dinheiro de um homem na rua Ana de Castro Osório. Quatro menores, entre os 10 e os 13 anos de idade, assaltaram uma mulher na estação de comboios de Benfica. O roubo por esticção rendeu cerca de 500 euros”

(24Horas, 2004)

A delinquência juvenil é um comportamento de risco que, frequentemente tem início na adolescência. Podendo ser conceptualizada a partir de várias perspetivas científicas, que não se excluem entre si, a Delinquência Juvenil necessita de ser tratada como um *“fenómeno dialético e não absoluto”* (Veríssimo, 1990), que assume contornos de grande complexidade (Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). Regoli, Hewitt e DeLisi (2008) afirmam, inclusive, que *“Juvenile delinquency is a complex phenomenon that is difficult to understand and explain”* (p. 6).

O crescente número de transgressões cometidas por jovens adolescentes, classificadas como Delinquência Juvenil, constituem um problema social grave com tendência para aumentar, drasticamente, de frequência e de intensidade (Benavente, 2002), o que faz com que atualmente a delinquência juvenil seja uma das áreas de preocupação política e social mais emergente (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

No entanto, esta preocupação com os jovens e com o crime não é de agora (Simões, 2007; Sanches & Gouveia-Pereira, 2010). De acordo com o documento de trabalho do nono Congresso das Nações Unidas para a Prevenção do Crime e Tratamento dos Delinquentes, de um modo geral, verificou-se um aumento da delinquência e criminalidade juvenil em todos os países e, ainda uma diminuição da idade média dos jovens delinquentes (Nações Unidas, 1996). Também a União Europeia refere que aparece mais cedo em termos etários e aumenta entre as raparigas este fenómeno (Simões, 2007). A par destas evoluções, verifica-se ainda uma associação entre o consumo e o tráfico de drogas e delinquência, bem como um aumento da violência urbana, racial e xenófoba (Delles, 2001; União Europeia, 2001).

Em conformidade com esta ideia, Moran e Vinovskis (1994) referem que no século XIX se registou um aumento da apreensão em relação à delinquência juvenil que, de acordo com os autores, teve na sua base a explosão da sociedade industrial e o consequente enfraquecimento das fontes de controlo social, familiar e comunitário. Por outro lado, a vivência de grandes dificuldades económicas, do aumento do desemprego, do trabalho precário e, evidentemente, da pobreza, potencializa a exclusão social e a emergência de comportamentos de desvio por parte dos adolescentes.

3.1. O conceito de Delinquência Juvenil

O termo delinquir deriva etimologicamente do verbo latino delinquere, cujo significado é “cometer falta, pecar, errar”.

O conceito de delinquência é talvez aquele que está mais associado a uma maior imprecisão, visto que o mesmo tanto pode ser definido no contexto penal, como pode ser confundido com a definição de comportamento antissocial, assumindo, deste modo, uma maior extensão (Negreiros, 2001).

De acordo com o disposto na Lei Tutelar Educativa n.º 166/99 de 14 de Setembro, o fenómeno da Delinquência juvenil engloba os atos qualificados pela lei como crime praticados por jovens entre os 12 e os 16 anos de idade, os quais necessitam de ser educados para o Direito, bem como serem inseridos de forma digna e responsável na vida em sociedade. Aos jovens infratores é-lhes aplicada uma das Medidas Tutelares Educativas previstas no artigo 4.º da Lei Tutelar Educativa tendo em conta o facto praticado. A aplicação destas medidas pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos de idade.

Por outro lado, diversos autores (Negreiros, 2001; Regoli, Hewitt & DeLise, 2008; Marte, 2008; Siegel & Welsh, 2009) definem a delinquência juvenil como os atos ou comportamentos cometidos contra as normas sociais vigentes e pelas quais a sociedade se rege, bem como pela violação da lei por *indivíduos com idade inferior à idade criminal* (menores de 18 anos de idade). Estes atos abarcam a destruição ou roubo de propriedade, a prática de crimes violentos contra pessoas, posse ou venda de álcool ou drogas, posse ilegal de armas e, ainda, comportamentos que apenas são vistos como desviantes para os indivíduos que não atingiram a maioridade, como é o caso da vadiagem, fuga de casa, posse ou uso de álcool (Estrela & Amado, 2000; Simões, 2007).

Assim, importa esclarecer o conceito de comportamento antissocial, o qual é frequentemente confundido com o comportamento delinquente, como supracitado. Enquanto o comportamento delinquente está associado à violação de leis, o comportamento antissocial engloba os comportamentos que violam as normas e expectativas sociais, não sendo necessariamente ilegais (Negreiros, 2001).

Podemos ainda, definir o conceito de delinquência juvenil no sentido psicológico, o qual vai para além de uma ação contra as normas sociais e legais, refletindo uma condição subjetiva ou um estado psicológico do sujeito que transgredir a lei. Isto é, para a psicologia o delinquente é aquele que sofre de uma perturbação antissocial que o motiva a passar à ação delituosa e à sua reincidência, o que leva a crer que este indivíduo sofre de perturbações que o impossibilitam de se adaptar às normas ambientais (Luzes, 2010). Resumindo, existem sujeitos que praticam ações delituosas por incapacidade de convívio harmónico em sociedade, devido ao seu estado e à sua construção psíquica.

Em suma, a delinquência juvenil abrange toda uma vasta gama de comportamentos que vão contra às normas legais e sociais, sendo que a sua classificação diverge tendo em conta a cultura, os valores, as leis e as normas de uma determinada sociedade (Dias & Andrade, 1997).

3.2. O Adolescente Delinquente

O comportamento delinquente não existe se não existirem indivíduos que o pratiquem (Simões, 2007).

Segundo um estudo realizado por Carroll, Houghton, Hattie e Durkin (1999), os adolescentes delinquentes vêem-se a eles próprios como inconformistas e querem ser percebidos como tal pelos outros, gostam de atividades que envolvam o quebrar de regras, tais como, o tráfico de droga e os roubos. Para estes jovens, a participação neste tipo de atividades envolve alguma notoriedade, que contribui para o estabelecimento de um estatuto no grupo onde estão inseridos.

A heterogeneidade nas crianças e nos adolescentes com comportamento antissocial é notável, nomeadamente em termos do tipo de comportamento apresentado, do desenvolvimento do comportamento antissocial, e das causas que estão por detrás destes comportamentos (Frick & Ellis, 1999).

Com isto, McBurnett, Naguib e Brown (2000) realizaram uma revisão da literatura onde concluíram que as crianças e adolescentes com comportamento antissocial não

são um grupo homogêneo, surgindo, então, pelo menos dois subtipos de indivíduos antissociais: *indivíduos com comportamento antissocial com início na infância* e *indivíduos com comportamento antissocial na adolescência*. O primeiro subtipo enquadra indivíduos pouco socializados, agressivos, psicopatas, versáteis na forma como atuam e não têm sentimentos de ansiedade, culpa ou vergonha em relação ao seu comportamento. No que diz respeito aos indivíduos com comportamento antissocial na adolescência, estes são sociáveis, agressivos, neuróticos e ansiosos. Assim, constata-se que quanto mais precoces são as condutas delinquentes, mais graves e duradouras serão as suas implicações (Le Blanc & Morizot, 2001).

Também Moffitt (1993) refere a existência de dois grupos distintos em função do momento da entrada na via da delinquência, bem como dos fatores de risco apresentados por cada um destes grupos. Os autores apresentam uma teoria que abrange duas trajetórias diferentes no percurso delinquente: *a trajetória persistente ao longo da vida* e *a trajetória limitada à adolescência*. Relativamente à primeira, os indivíduos que iniciam a trajetória antissocial numa fase precoce das suas vidas e a prolongam pela vida adulta, apresentam frequentemente na infância défices cognitivos, temperamento difícil e hiperatividade. *A trajetória limitada à adolescência* engloba jovens que apresentam frequentemente um desenvolvimento normal até à adolescência, que fazem um uso instrumental do comportamento antissocial, nomeadamente para obterem uma certa autonomia (semelhante à dos adultos) e aceitação social por parte dos colegas.

De acordo com o DSM-IV (*American Psychiatric Association*, 2002) os jovens que manifestam perturbação do comportamento com início na infância são agressivos, têm problemas de relacionamento com os colegas, e podem apresentar perturbações de oposição no início da infância. Estes apresentam um pior prognóstico comparativamente aos indivíduos que iniciam a perturbação na adolescência, uma vez que a sua perturbação tende a ser mais persistente e têm maior probabilidade de evoluir para uma perturbação antissocial da personalidade. Os indivíduos cuja perturbação apenas tenha tido início na adolescência são menos agressivos e apresentam relações mais “normais” com os colegas. A agressividade é, então, uma das características frequente dos jovens delinquentes.

Por outro lado, a falta de empatia é outra característica também frequente nestes jovens, devido à dificuldade dos delinquentes em se colocarem no papel do outro (Fréchette & LeBlanc, 1987). Kuperminc, Allen e Arthur (1996) salientam que os adolescentes que referem uma frequência elevada de atos delinquentes são

caracterizados por uma incapacidade de perceber que as relações podem suportar, simultaneamente, a autonomia e as ligações, bem como, por apresentar estratégias que refletem pouco esforço para manter as ligações nas relações sociais.

Frick e Ellis (1999) referem ainda que existem os delinquentes neuróticos, jovens que cometeram crimes mas que, conseqüentemente apresentam altos níveis de ansiedade. Esta ansiedade surge de certa forma como um fator protetor, na medida em que os autores referem que estes jovens tendem a apresentar um melhor ajustamento institucional, relações menos perturbadas com os pares, e menos conflitos na escola e com as autoridades. Também Coimbra de Matos (1986) fala sobre esta temática, distinguindo *delinquência neurótica* e *delinquência borderline*. O *delinquente neurótico* manifesta um comportamento inibido, resultando de uma constante repressão do desejo pessoal. Os desejos genuínos são impedidos de se expressar, pela ação automática de um superego rígido, severo e inibitório. Assim, na impossibilidade de se expressar livremente e vítima de repetidas frustrações, o indivíduo envolto numa sensação de tensão, mal-estar e irritação, sente-se obrigado a sair periodicamente através de descargas agressivas. O recurso ao delito acontece, assim, por saturação de uma vida controlada e inibida. Há aqui uma razão maior do que o comportamento autopunitivo alegado pela tradição freudiana, associado a um estado neurótico grave, de depressão profunda.

Por outro lado, o *delinquente borderline* apresenta uma falha básica (Balint, 1968; Coimbra de Matos, 1986). Aqui, o Eu (*Self*) encontra-se clivado numa imagem grandiosa e noutra diminuta, recalcada, projetando-se inversamente no objeto, ele mesmo clivado em imagem denegrida e idealizada. E à estrutura binária da personalidade – impulso/contra impulso – corresponde uma relação dual alternante (amor-ódio). Para Kerneberg (1970/1975), sujeitos com organização *borderline* da personalidade apresentam mudanças de extremas de humor, conflitos mútuos e contraditórios, sendo evidente a dificuldade nas relações interpessoais. Estas crianças são insistentemente percebidas como más, sendo depósitos dos maus sentimentos dos pais que nelas são projetados.

Para além disto, é ainda possível encontrar diferentes tipos de jovens delinquentes em função do sexo. São vários autores (Fonseca, Simões, Rebelo & Ferreira, 1995; Regoli, Hewitt & DeLise, 2008; Marte, 2008; Siegel & Welsh, 2009) que falam de uma predominância do comportamento delinquente no sexo masculino. Os rapazes apresentam maiores níveis de delinquência do que as raparigas relativamente a todos os crimes, com exceção de prostituição e fuga (Regoli et al., 2008). Segundo o DSM-

IV (American Psychiatric Association, 2002), a perturbação do comportamento está mais associada ao sexo masculino, sendo no entanto a diferença entre ambos os sexos menor, quando se considera o grupo de indivíduos que iniciou este tipo de comportamento na adolescência. Os rapazes tendem a estar mais associados a roubos, lutas, vandalismo e problemas de comportamento na escola, enquanto as raparigas a comportamentos de mentira, faltas à escola, fugas, consumo de drogas e prostituição.

No entanto, outros autores (Pakiz, Reinherz & Frost, 1992; Crick & Grotpeter, 1995) referem que ambos os sexos manifestam níveis similares de comportamento antissocial. As raparigas apresentam níveis significativamente mais elevados de agressividade relacional comparativamente aos rapazes. A agressividade relacional traduz-se em comportamentos como o não deixar alguém do seu grupo de amigos ou jogar ou participar numa determinada atividade, dizer aos amigos que deixa de gostar deles a não ser que façam o que ela diz, ignorar ou deixar de falar a um amigo quando se zanga com ele. Consequentemente, estas jovens estão em risco de problemas de ajustamento, na medida em que são mais rejeitadas, experienciam mais solidão, depressão e isolamento, em comparação com os seus pares que não manifestam agressividade relacional.

Note-se que, a idade do infrator é o que distingue o crime de delinquência, sendo que um delinquente juvenil é uma criança com uma história longa e problemática de envolvimento no crime. Conforme, é importante referir que diversos estudos sugerem uma forte relação entre o grupo etário e a ocorrência de comportamentos delinquentes, nomeadamente que essa relação atinge o ponto mais elevado na adolescência média (14-16 anos de idade) (Emler & Reicher, 1995; Moffit, Caspi, Rutter & Silva, 2001; Farrington, 2002). Existe uma tendência para o início da atividade delinvente se situar por volta dos 14 anos de idade e ainda, a propensão para o pico da atividade delituosa por volta dos 17-18 anos de idade (Moffit, 1993).

3.3. Abordagens Explicativas da Delinquência

Para uma melhor compreensão do fenómeno da delinquência deve-se ter em conta as várias perspetivas sobre o mesmo, pois são estas que nos permitem obter uma visão mais ampla sobre a mesma.

No que diz respeito à *perspetiva psicossocial*, esta designa os atos de delinquência como atos sociais, ou seja, atos que põem em ligação os seres humanos, sem que aconteça necessariamente numa relação imediata, no aqui e agora (Born, 2005).

Estes atos sociais são vários, sendo os dois mais importantes para a compreensão da delinquência, os comportamentos associais que podem provocar dano sem que haja intenção de prejudicar (partir um objeto, derrubar alguém por distração, etc.) e os comportamentos antissociais que têm uma intenção negativa, como roubar, agredir, etc. É, então, nestes dois subconjuntos que se encontram os comportamentos que serão considerados como delinquentes de acordo com a avaliação da responsabilidade que em direito penal inclui a noção de intenção culpável ou de «dolo». Note-se que, um comportamento para ser considerado delinquente deve ter sempre em conta a sociedade onde o mesmo está inserido. Deste modo, é através da sociedade, das suas regras, normas e leis que o ato delinquente é definido. O mesmo autor refere a *perspetiva criminal* quando refere que os contextos sociais e legais definem a gravidade dos atos cometidos (Born, 2005).

Outra perspetiva de grande relevo para a compreensão da delinquência juvenil é a *perspetiva desenvolvimental* que enquadra o ato de delinquência num determinado momento da vida, sendo necessário compreendê-lo na sua génese. Deste modo, a compreensão do ato delinquente deverá ter em conta dois pontos de vista, a *macrogénese* que se refere ao conjunto da vida do indivíduo antes da passagem ao ato, ou seja, pretende identificar os mecanismos que levam, a longo prazo, à passagem ao ato. E a *microgénese* que se interessa pela sucessão de fases anteriores e em torno do ato delinquente. São, então, os acontecimentos e mecanismos na periferia imediata da passagem ao ato.

A génese da socialização ocupa, também, um lugar importante na compreensão dos atos delinquentes. O processo de socialização ocorre ao longo de toda a vida, mas é particularmente importante durante a infância e sobretudo a adolescência. Os primeiros agentes de socialização são os pais, mas mais tarde, na escola os sujeitos aprendem a conviver com os seus pares sem esquecer que o adulto continua a ser uma referência central. É somente na adolescência que se opera progressivamente um deslizamento em direção ao grupo de pares, o qual assume um lugar privilegiado na socialização. O grupo de pares constitui um padrão da sociedade adulta, um ligar regido por determinadas regras, no qual o adolescente aprende a gerir situações e relações que irá reencontrar ao longo da sua vida.

Sendo assim, quando se fala das trajetórias de vida dos delinquentes apercebemo-nos frequentemente de que diversos insucessos ou “falhanços” surgiram do processo de socialização. Muitos adolescentes podem ter permanecido num estado particularmente egocêntrico, o que resulta em muitos comportamentos delinquentes,

tendo o jovem dificuldades em ter em consideração a presença e as necessidades dos outros nas suas ações (Born, 2005). É ainda de mencionar que, esta perspectiva enquadra os mecanismos de socialização-associalização, sendo que a associalização provoca processos de marginalização e fenómenos de exclusão, que levam à delinquência.

Relativamente à *perspetiva biológica*, são vários os fundamentos que influenciam o comportamento delinquente e que parecem contribuir para a compreensão do fenómeno. Deste modo, tenhamos em conta os seguintes aspetos: o sistema límbico, uma vez que em alguns casos de lesão os sujeitos apresentam desinibição e violência (Mayer, 1987 cit. in Born, 2005), imaturidade do córtex cerebral frontal, a qual se faz acompanhar de dificuldades de reprogramação das ações empreendidas (Pontius, 2002 cit. in Born, 2005); perturbações das concentrações de neurotransmissores como a dopamina, serotonina e epinefrina (Moffit et al., 2002 cit. in Born, 2005); temperamento dos sujeitos enquanto fenótipo, isto é, enquanto expressão de determinado genótipo (Loeber et al., 1995 cit. in Born, 2005). São também referidos constrangimentos pré e perinatais, bem como genéticos.

Por último, falemos da *perspetiva clínica/psicológica* que pretende compreender a pessoa no seu funcionamento interno, tendo em conta os fatores familiares e os fatores individuais que permitem chegar a uma reflexão sobre comportamentos possíveis de personalidades delinquentes. Assim, o ato de delinquência vai do mais benigno ao mais grave, encontrando a sua origem na história do indivíduo (trajetória de vida) e no ambiente (sociedade e situação).

Podemos também abordar aqui, de modo geral, as causas/fatores associados aos comportamentos delinquentes, nomeadamente fatores genéticos ou biológicos, sociais, familiares e individuais (Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009).

Estes fatores traduzem-se no seguinte: uma fraca relação entre pais - filhos, falta de supervisão e regras impostas pelos pais e comportamento parental pobre na educação; a existência de oportunidades de furto, ou seja, a oportunidade de obter algo que não consegue legalmente; desonestidade e agressividade, expectativas pobres, o uso de drogas, a discriminação, a existência de modelos delinquentes quer por parte dos pais quer por parte dos colegas, uma baixa perceção de risco, capacidade deficiente de tomar decisões, desempenho académico insatisfatório e comportamentos disruptivos na escola, e ainda o facto de crescerem em bairros pobres (Simões, Matos e Batista, 2008; Matos et al., 2009).

Todo este conjunto de fatores constituem diversas causas que levam os adolescentes a delinquir.

Reforçando esta ideia, vejamos o estudo de Sheldon e Eleanor Glueck (1939/1950 cit. in Born, 2005), no âmbito da associação do ambiente/características familiares a uma predisposição para a adoção de comportamento delinquente, ainda considerado uma referência nesta área, onde compararam, numa série de variáveis, jovens delinquentes e não-delinquentes. Estes autores concluíram que: a) as famílias de delinquentes mudam mais vezes de casa; b) as casas dos delinquentes têm menos instalações sanitárias, maior densidade de povoamento e são menos limpas; c) as famílias de delinquentes dependem mais de subsídios, têm menos pessoas a trabalhar e os rendimentos são menores; d) nas famílias de delinquentes existem mais registos de famílias desfeitas e ausência da figura paternal; e) existem mais sinais patológicos na geração dos avós dos delinquentes e delinquência nos irmãos; f) nas famílias dos delinquentes não existe regularidade em termos de tempo, estilo de vida ou gestão do dinheiro, existe menos orgulho familiar, coesão e solidariedade entre os membros; g) as relações entre os pais na família de delinquentes são muitas vezes deficientes, apresentando indiferença ou até mesmo rejeição; h) nas famílias dos delinquentes a supervisão da mãe é menos importante, encontrando-se o adolescente muitas vezes sem vigilância, e a disciplina é fraca, hipersevera ou errática, predominando o castigo físico.

Em suma, o comportamento delinquente encerra em si diversos aspetos, nomeadamente no que respeita à natureza, objetivos, fundamentos, incidência, entre outros.

3.4. A Delinquência Juvenil à luz da Psicanálise

Winnicott (1984), um dos teóricos mais importantes nesta área, refere a existência de uma relação direta entre a tendência antissocial e a privação. Este autor definiu a *tendência antissocial* como sendo um protesto dirigido contra os obstáculos do desenvolvimento, o que obriga o meio a reagir, devendo ser concebida no contexto de desmame afetivo.

Neste sentido, houve uma experiência precoce boa, que foi interrompida abruptamente (Strecht, 1997) privando a criança de uma estrutura familiar coerente e de suporte. Sentindo-se insegura, desamparada, angustiada, a criança fica destinada à procura do objeto perdido, o que vai realizar noutros ambientes. É, então, na sociedade que o delinquente procura o suporte parental que lhe faltou numa fase mais

primitiva, sob uma enorme necessidade de encontrar um pai rigoroso, severo, mas também de afeto, que lhe imponha limites, para que possa conquistar um sentimento de culpa e reparação, que lhe é desconhecido.

O sentimento de segurança não foi incorporado, não tendo sido possível a criação de um bom ambiente interno, por falta de uma família suficientemente boa. Assim, a criança antissocial não tendo tido a oportunidade de criar um bom ambiente interno, necessita absolutamente de um controle externo para conseguir ser feliz, conseguir brincar ou trabalhar. É importante que se perceba que a unidade familiar é mais do que uma questão de conforto e convivência, proporcionando uma segurança indispensável à criança pequena, sendo que a ausência dessa segurança terá efeitos sobre o desenvolvimento emocional e acarretará danos na personalidade e caráter da criança/adolescente. Incapaz de sentir amor, de conhecer a realidade das coisas fica entregue à realidade da violência, da depressão não elaborada, transgredindo para encontrar a mãe que se ausentou e obter os limites de um pai que não reconheceu.

Em suma, a tendência antissocial prende-se com a questão de como recuperar o que se perdeu, ou seja, a criança procura aquilo que sente que tem direito, a restauração do continente protetor.

A delinquência é um indicador de que a esperança subsiste, no sentido que, a criança que tem comportamentos antissociais não se trata necessariamente de uma pessoa doente, por vezes, não é nada mais que um pedido de ajuda, um S.O.S., pedindo controle às pessoas fortes, amorosas e confiantes. Contudo, a maioria dos delinquentes são, em certa medida, doentes, e a palavra doença torna-se apropriada de aplicar pelo facto de que, em muitos casos, o sentimento de segurança não chegou à vida da criança a tempo de ser incorporado nas suas crenças (Winnicott, 1984).

Deste modo, a etiologia da delinquência era percecionada, principalmente, como uma forma de luta que se travava com o mundo interior ou *psique* do indivíduo.

A manifestação da tendência antissocial inclui o roubo ou destrutividade e, de modo geral, uma conduta caótica, desordenada, levando isto a concluir que o fenómeno da delinquência tem subjacente uma inafetividade primordial, ausência de modelos de identificação, organização deficitária do Superego, falta de um espelho afetivo e privação relacional (Winnicott, 1984).

Também outros autores (Kammerer, 1992; Aguilar, Sroufe, Egeland e Carlson, 2000; Coslin, 2003; Strecht, 1997/2003) relacionam a delinquência juvenil com a questão da privação, entre outros fatores. Segundo estes, a delinquência juvenil está relacionada com as carências afetivas das relações precoces, à qualidade de

vinculação com ambas as figuras parentais, à hostilidade parental, depressão materna, maus-tratos sofridos, ansiedade e negação do outro. Consequentemente, o adolescente torna-se incapaz de estabelecer novos laços afetivos, preso a um desespero interior, sob o qual se organiza o funcionamento delinquente. Os indivíduos privados precocemente de afeto não desenvolvem a capacidade de amar, gostar, de sentirem afeto pelo outro, nem possibilitam que os amem, mesmo que estejam esfaimados de amor (Racamier, 1956; Matos, 2005). Mostra-se, impressa nestas personalidades, uma fragilidade narcísica, um sentimento de desvalorização exagerado, que é escondido por um *Ideal do Eu Grandioso*, que tudo pode e tudo consegue, mas que não salva o adolescente do grande risco de depressão e da forte angústia latente, sendo os comportamentos desviantes uma marca de depressão oculta (Kammerer, 1992; Kernberg, 1995).

Corroborando esta ideia, Matos (1991) afirma que a génese da delinquência traduz-se fundamentalmente nas perdas afetivas, no abandono real, na ausência de modelos com os quais o adolescente se possa identificar e na organização lacunar do Superego (Strecht, 1997). São adolescentes “deixados” numa autonomia precoce, sem sustentação psíquica, comprometendo a inevitável dependência e necessidade de separação relativamente à figura materna e paterna. Assim, por detrás dessa aparente autonomia, o adolescente camufla a rejeição e abandono precoce.

Assim, o fenómeno delinquente depara-se com uma forte ligação a uma perturbação do vínculo precoce, onde não existe um objeto interno suficientemente estável, contentor, *rêveur*, capaz de elaborar frustrações impostas pela realidade (Ainsworth, 1969). Sendo a sua representação mental fraca, inconsistente e instável.

Nesta base, devemos introduzir aqui a temática da *função contentora da mãe* (Bion, 1962; Grinberg, 1983/2000) a qual permite que se construa a base do pensamento elaborado, a dimensão simbólica e representativa da vida mental que conduz ao crescimento psíquico, por possibilitar a transformação das emoções primitivas ao elaborar e dar significado às angústias primitivas da criança, isto é, a mãe tem a função de receber os conteúdos não elaborados/primitivos da criança (elementos *beta*), metabolizando-os, através da sua capacidade de pensar (*rêverie*), e devolvendo-os sob a forma de elementos mentalizáveis e portadores de significado (elementos *alfa*). Na ausência desta capacidade, a criança fica aquém da possibilidade de pensar os seus conteúdos psíquicos mais complexos e sempre à beira da ação (Matos, 2000), ocorrendo esta como se de um pensamento se tratasse. Existe, então, uma externalização dos conflitos psíquicos não mentalizáveis. As passagens ao ato

constituem-se como que de um curto-circuito de uma elaboração psíquica que não consegue ser levada a cabo (Fédida, 2000).

Desta instabilidade e insegurança relacional resulta o sinal patognomónico da delinquência, a inconstância objetual interna que provoca a incapacidade do indivíduo suportar a ansiedade e as frustrações impostas pela realidade (Coimbra de Matos, 2002), uma vez que o funcionamento psíquico do adolescente está subjugado pela angústia de abandono, ansiedade de separação e identificação projetiva (Matos, 2005). A identificação projetiva consiste no mecanismo psíquico subjacente ao agir, tratando-se de um mecanismo ab-reativo, que deixa preceder a ação em vez do sentimento, o qual remete para falhas narcísicas precoces, de uma relação objetual funcional, matizada de ruturas, inclusive numa fase de afastamento-reaproximação.

Desta forma, a passagem ao ato, o agir para o adolescente serve para este encontrar fora de si o alvo das suas projeções, confundindo o exterior e o interior, libertando-se do conteúdo psíquico que o ameaça. No ato delinquente é evidente esta apropriação de algo que não é do indivíduo, de uma forma repetida e compulsiva, num desejo de satisfação imediata, impreterível, porque não há compreensão acerca daquilo de que realmente precisa e de que foi privado, do afeto.

Relativamente à inconstância da relação de objeto ou ao objeto do delinquente como lhe podemos chamar, Coimbra de Matos (2002) menciona ainda que este rejeita a individualidade da criança considerando-a um prolongamento de si próprio, constituindo objetos não suficientemente bons que não se interrogam sobre os seus desejos próprios e genuínos, ferindo gravemente a sua individuação e a correlata formação de uma individualidade própria, condicionando assim a formação de um falso EU, materializado pelo desejo da mãe, e não do próprio desejo. Desta relação fica uma carência narcísica, uma vivência emocional de frustração emocional continua, comutada na adolescência, frequentemente, numa atitude de desprezo e violência perante a sociedade.

Por outro lado, Strecht (2003) que também sustenta o papel imprescindível das falhas vividas nos estádios mais primitivos como a explicação para a delinquência, dá ênfase à função paterna. Para este autor, a ausência do pai, o qual representa simbolicamente a autoridade, os limites e aquele que tem uma relação de amor com a mãe, é uma das causas primordiais da trajetória delinquente, em especial nos rapazes. Esta ausência impossibilita o adolescente de usufruir de um padrão masculino de referência, ficando este sujeito a vivências reais e fantasmáticas de excessiva proximidade e dependência materna, numa relação angular. Sujeito a

padrões extremos de vinculação, muito próximo da mãe e francamente afastado do pai, organiza-se sob um sistema defensivo de denegação ou idealização sem acesso ao recalçamento propriamente dito.

Como já referido anteriormente, na ausência do suporte e afeto parental, o jovem delinquente vai procurar noutros ambientes aquilo que por direito não lhe foi concedido. Surge então a transgressão e adesão aos grupos de modo a assegurar um suporte narcísico que não encontrou noutros lugares (Mohammed, 2007). Isto irá facilitar ao indivíduo um sentimento de posse, por oposição a um sentimento de forte desvalorização e ausência de suportes narcísicos (Kammerer, 1992). Sabemos que o grupo de pares parece ser um lugar para a consolidação de comportamentos negativos e agressivos (Loeber & Hay, 1997), uma vez que o jovem delinquente procura pares antissociais que se organizem da mesma forma que ele. Logo, a associação com os pares antissociais pode contribuir ainda mais para a escalada da delinquência (Siegel & Welsh, 2009), e fracasso escolar. A investigação mostra, então, que as relações dos grupos de pares estão intimamente ligadas a comportamentos delinquentes.

Parte II – Estudo Empírico

Capítulo 4

Colocação do problema e Metodologia

4.1. Colocação do problema - Objetivos do estudo

O fenómeno da Delinquência Juvenil é atualmente uma das áreas mais preocupante nas sociedades, uma vez que constitui um problema social grave com tendência para aumentar, drasticamente de frequência e de intensidade (Benavente, 2002; Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009). Sendo que, este fenómeno tem vindo a ser associado à qualidade da vinculação estabelecida entre pais e filhos (Soares, 2009), surge a preocupação e interesse em aprofundar o conhecimento da relação entre esta última e o fenómeno da Delinquência Juvenil.

Neste sentido, o objetivo geral do presente estudo é aprofundar o conhecimento das relações entre a vinculação e os comportamentos delinquentes dos jovens institucionalizados. De modo, a operacionalizar o objetivo geral, definimos três objetivos específicos para o estudo:

- a) Caracterizar os adolescentes considerados delinquentes;
- b) Identificar os padrões de vinculação associados aos jovens delinquentes institucionalizados em Centros Educativos;
- c) Compreender a influência dos processos de vinculação na delinquência juvenil.

No que respeita ao tipo de estudo em questão, optou-se pelo estudo de natureza descritiva, uma vez que se pretende conhecer as características de uma população/fenómeno ou estabelecer relações entre variáveis (Vilelas, 2009), tendo como objetivo aumentar os conhecimentos das características e dimensões de determinado problema/fenómeno.

Assim, e apesar da existência de alguns estudos nesta vasta área, pretendemos oferecer uma melhor e maior compreensão desta problemática, a Delinquência Juvenil, cada vez mais emergente na nossa sociedade.

4.2. Amostra

De acordo com o desenho metodológico deste estudo, e por razões de inferência estatística, isto é, para que as conclusões do estudo pudessem ser generalizadas a toda a população (Maroco, 2003), inicialmente, considerou-se recolher uma amostra de 100 participantes, 50 do sexo feminino e 50 do sexo masculino, com diagnóstico de Delinquência Juvenil, afetos a Centros Educativos e/ou outras instituições. No entanto, por dificuldades inerentes ao funcionamento das instituições, à aceitação destas de estudos desta natureza e, também, à multiplicidade de investigação realizada com esta população e consequentemente uma sobrecarga dos Centros Educativos, tornou-se difícil a recolha da amostra.

Não obstante, a seleção dos participantes desta investigação teve em consideração adolescentes do sexo masculino e do sexo feminino com diagnóstico de Delinquência Juvenil, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos de idade. Contudo, e apesar de um dos instrumentos de recolha de dados, o IVIA, limitar-se a uma população dos 7 aos 17 anos de idade, decidiu-se ter em conta os sujeitos com 18 anos de idade (os quais completaram esta idade durante o período de recolha de dados), devido ao já número reduzido da amostra.

Realizado no ano letivo 2011/2012, este estudo incidiu sobre dois Centros Educativos da Zona de Lisboa, que estão sob a tutela da Direção Geral de Reinserção Social, a saber: o Centro Educativo Padre António Oliveira (CEPAO) que funciona em regime fechado e integra somente adolescentes do sexo masculino, abrangia, no momento da recolha de dados, uma população de 19 rapazes; e o Centro Educativo Navarro de Paiva (CENP) que é um centro educativo misto, funciona em regime aberto, semiaberto e fechado e cuja população, no momento da recolha de dados, era de 30 rapazes e 16 raparigas. Ambos integram jovens adolescentes de todo o país.

A seleção destes dois Centros Educativos deveu-se a, estes terem sido os únicos de Lisboa a aceitaram esta proposta de investigação, tendo existido um Centro Educativo do Porto que também aceitou esta proposta, mas por motivos explicados mais à frente, não foi possível a recolha de dados nesse Centro.

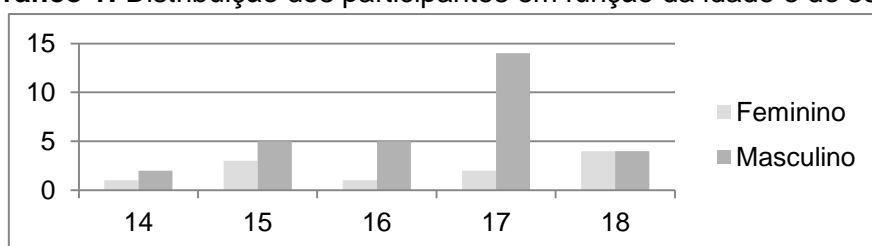
Assim, participaram neste estudo 41 adolescentes internados em Centros Educativos, pertencentes ao Instituto de Reinserção Social, da área de Lisboa, sendo eles, 30 jovens do sexo masculino e 11 do sexo feminino. Destes, participaram 14 jovens do sexo masculino do CEPAO e 27 jovens (16 do sexo masculino e 11 do sexo feminino) do CENP, como podemos ver na tabela 1.

Tabela 1: Distribuição dos participantes por género e por Centro Educativo

Centro Educativo	Feminino		Masculino		Total	
	n	%	N	%	N	%
Centro Educativo Padre António Oliveira	0	0%	14	100%	14	100%
Centro Educativo Navarro de Paiva	11	40,7%	16	59,3%	27	100%
Total	11	26,8%	30	73,2%	41	100%

Os jovens incluídos no estudo tinham idades compreendidas entre os 14 e os 18 anos de idade, sendo a média de idades de 16,44 anos com um desvio padrão de 1,266 (ver gráfico 1).

Gráfico 1: Distribuição dos participantes em função da idade e do sexo



4.3. Instrumentos utilizados

Nesta investigação foram utilizados dois instrumentos de medida, de modo a avaliar as dimensões em estudo e responder aos objetivos realizados. Construiu-se um Questionário de Caracterização da população delinquente e uma Escala dos Comportamentos, com base em vários estudos (Junger-Tas, Terlouw & Klein 1994; Ferreira, 1997; Estrela & Amado, 2000; Martins, 2005; Smith, 2008; Simões, Matos & Batista, 2008; Matos, Negreiros, Simões & Gaspar, 2009), tendo em vista a recolha de informação pessoal, familiar, escolar e comportamental dos jovens. Utilizou-se, também, o Inventário sobre a vinculação na infância e na adolescência de Carvalho, Soares e Baptista (2006), com vista a estudar as relações entre padrões de vinculação e delinquência juvenil.

- Questionário de Caracterização e Escala dos Comportamentos

O Questionário de Caracterização para a população delinquente (anexo I), encontra-se dividido em duas partes, sendo uma parte de caracterização do adolescente (parte I) e a outra parte de caracterização comportamental, nomeadamente a Escala dos Comportamentos (parte II).

A parte I está dividida em 4 áreas importantes para o presente estudo: **Dados pessoais** (sexo e idade); **Agregado Familiar** (com quem e onde viva antes de entrar

na instituição); **Figuras parentais** (informação sobre o pai e a mãe, no que se refere às habilitações literárias e profissão dos mesmos; comportamentos de risco associados a estes, como drogas, álcool, tribunal, crime); e, por último, a **Caracterização do percurso escolar** que pretende obter a frequência e sucesso escolar do adolescente, bem como aferir a percepção que o aluno tem de si mesmo, o gosto pela escola e a percepção de suporte social (as amizades).

Na parte II, pretendeu-se identificar os comportamentos delinquentes praticados pelos jovens institucionalizados, tendo-se construído com base na Lista de comportamentos do inquérito *Internacional Research on Self-Reported Delinquency* (in Junger-Tas, Terlouw & Klein, 1994), uma Escala dos Comportamentos composta por 30 itens, sendo pedido aos participantes que avaliem a frequência com que, habitualmente praticam determinado comportamento. As alternativas de resposta são: 1 – Nunca, 2 – Uma vez, 3 – Mais do que uma vez.

- Inventário sobre a Vinculação na Infância e Adolescência (IVIA)

O IVIA (anexo II) é um questionário de autorrelato para jovens (e também de relatos parentais, não tendo este sido utilizado neste estudo) que avalia os comportamentos de vinculação na infância e adolescência. Os itens que constituem este questionário foram criados de forma a refletir um conjunto abrangente de comportamentos e representações da vinculação em diferentes categorias: procura de proximidade, evitação, dependência, confiança, expectativas dos outros, valor dos relacionamentos, medo da rejeição/abandono, procura de ajuda e autorrevelação. Deste modo, as dimensões dos comportamentos de vinculação pretendiam avaliar se existe uma vinculação: segura, ansiosa/ambivalente ou evitante (Carvalho, 2007).

Este questionário é composto por 24 itens, e é pedido aos respondentes que avaliem a frequência com que, habitualmente experienciam cada pensamento ou comportamento descrito. As alternativas de resposta são 5: “1 – nunca, 2 – algumas vezes, 3 – muitas vezes, 4 – quase sempre, 5 - Sempre” (Carvalho, 2007).

No que diz respeito aos estudos psicométricos realizados com o inventário (Carvalho, 2007) através de uma análise fatorial com rotação varimax, permitiram encontrar três fatores explicativos de 36% e foram caracterizados da seguinte forma:

- Fator 1 – Vinculação Segura (14 itens acerca de confiança nos outros e nas próprias capacidades): posso contar com os meus amigos quando é necessário, sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas, sinto que posso contar com os outros quando necessitar, as outras pessoas aceitam-me como eu sou, as

outras pessoas podem contar comigo quando me pedem ajuda, é bom estar próximo de outras pessoas, gosto de me sentir próximo/a das outras pessoas, respeito os sentimentos das outras pessoas. Este fator explicou cerca de 18% da variância total.

- **Fator 2** – Vinculação Ansiosa/Ambivalente (11 itens que avaliavam a apreensão e as preocupações com os relacionamentos) preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho/a, preocupo-me com a possibilidade de ser abandonado/a, preocupo-me com a possibilidade de não ser aceite pelas outras pessoas, preocupo-me que os meus amigos não queiram estar comigo, quando mostro os meus sentimentos pelos outros, tenham medo que não sintam o mesmo por mim, acredito que as outras pessoas me rejeitam se eu me comportar mal, preocupo-me por poder não impressionar os outros, pergunto-me se os meus amigos gostam realmente de mim. Este fator explicou cerca de 17% da variância total.

- **Fator 3** – Vinculação Evitante (8 itens que avaliavam a dependência e evitação): prefiro não depender das outras pessoas, prefiro que as outras pessoas não dependam de mim, para mim é muito importante sentir-me independente, é difícil confiar totalmente nas outras pessoas, preocupo-me se tiver de depender das outras pessoas. Este fator explicou cerca de 8% da variância total.

Por fim, e não menos importante, temos os valores de consistência interna, α de Cronbach, que foram iguais a .83 no que respeita à subescala vinculação segura, .85 (vinculação ansiosa/ambivalente) e .71 para a vinculação evitante. As correlações inter-itens variam entre .35 e .45 e as correlações item-total variam entre .40 e .70, demonstrando, assim, a fidelidade das dimensões obtidas.

4.4. Procedimentos

4.4.1. Procedimentos de Recolha de Dados

A amostra descrita anteriormente foi recolhida entre Fevereiro de 2012 e Junho de 2012, em dois Centros Educativos pertencentes à Direção Geral de Reinserção social, designadamente o CEPAO e o CENP situados na zona de Lisboa.

Inicialmente estabeleceu-se contacto telefónico com o Instituto de Reinserção Social, seguido de contacto escrito dirigido à pessoa do Sr. Diretor do Instituto de Reinserção Social em Lisboa, ao qual foi fornecida a informação descritiva sobre este estudo, bem como um pedido de autorização (anexo III) para a aplicação dos instrumentos de recolha de dados nos Centros Educativos.

Apesar de ter sido solicitada a participação de diversas instituições, devido à sobrecarga de solicitações para fins de investigação nos centros educativos já anteriormente aprovados, foram só dois os Centros Educativos que aceitaram esta proposta, nomeadamente o CEPAO em Lisboa e o Centro Educativo de Santo António no Porto, ambos apenas com uma população somente do sexo masculino. Este último centro educativo teve de, infelizmente ser excluído devido à falta de recursos e apoios financeiros da investigadora, tendo sido dado seguimento à aprovação do CEPAO e solicitado um prolongamento da autorização a outros centros, em especial centros mistos.

Por conseguinte, passou-se ao contacto telefónico com o CEPAO de modo a calendarizar a recolha de informação. Contudo, é importante ressaltar as dificuldades inerentes à intervenção junto destas instituições, dada a estruturação e rigidez das regras nestes espaços. A aplicação dos questionários decorreu primeiramente numa sala que serve de refeitório, sendo a única disponível para o efeito naquele momento, e num segundo momento, numa sala de aula. Os adolescentes foram recebidos individualmente, tendo-lhes sido explicado o objetivo do estudo e assegurada toda a confidencialidade e anonimato das suas respostas. Ao ser alertada para as dificuldades de leitura e escrita desta população alvo, foi informado aos jovens que poderiam preencher os questionários com apoio da psicóloga. Pelos motivos supracitados, a recolha da amostra foi feita com alguma morosidade, ocupando mais ou menos 8h a 9h desse dia útil e obtendo uma amostra de apenas 14 adolescentes do sexo masculino.

Meses mais tarde, foi comunicado por parte do Diretor dos Serviços do Instituto de Reinserção Social que mais um Centro Educativo, desta vez misto, na área de Lisboa estaria disposto a aceitar o estudo em questão, com a condição de que a aplicação dos instrumentos de recolha se realizasse durante um fim-de-semana. Assim, cumprindo os requisitos impostos pela instituição, seguiu-se a mesma metodologia de recolha de dados supracitados, e os instrumentos de recolha de dados foram preenchidos pelos jovens durante um fim-de-semana, tendo sido recolhido um total de 27 questionários (16 do sexo masculino e 11 do sexo feminino).

4.4.2. Procedimentos de Análise de Dados

As análises estatísticas dos resultados foram realizadas com o programa SPSS – Statistical Package for Social Sciences (versão 21.0.0.0 para Windows). Procurou-se respeitar a natureza mais qualitativa e quantitativa das variáveis em estudo.

Em primeiro lugar, procedeu-se a uma análise descritiva de ambos os instrumentos de recolha de dados. De seguida, determinou-se a adequação dos instrumentos utilizados, através da verificação da consistência interna dos mesmos. A consistência interna foi calculada através das correlações inter-itens (superiores a 0,30) e itens-total (superiores a 0,50) e através do alfa de Cronbach (que varia entre 0 e 1, é aceitável quando superior a 0,70). O alfa de Cronbach é uma prova de homogeneidade que permite verificar se uma escala é consistente, isto é, se os vários itens medem uma entidade comum e se são altamente correlacionados (Hair, Black, Babin, Anderson & Tathan, 2009).

Num terceiro momento, procedeu-se à construção de dimensões para cada instrumento, sendo que, para a Escala dos Comportamentos teve-se como base as dimensões já construídas no estudo de Junger-Tas, Terlouw e Klein (1994) e para o IVIA foi tido em conta a análise fatorial já realizada por Carvalho (2007). Após a construção das dimensões, foram analisadas as diferenças de médias entre grupos, através de testes não paramétricos (visto que a amostra não seguia uma distribuição normal). Para grupos com apenas duas dimensões, como é o caso do sexo, recorreu-se ao *Mann-Whitney Test* (equivalente ao Teste T). Este teste tem como objetivo averiguar se existem diferenças estatisticamente significativas entre médias de dois grupos independentes ao nível de uma variável dependente (Martins, 2011). Para analisar grupos com várias categorias, como é o caso da idade, recorreu-se ao *Teste Kruskal-Wallis* (equivalente a uma ANOVA), o qual pretende verificar se há diferenças entre três ou mais grupos independentes ao nível de uma variável dependente (Martins, 2011).

Por último, procurou-se compreender a relação entre as diferentes dimensões da Escala dos Comportamentos e os diferentes Padrões de Vinculação, tendo-se utilizado as correlações de Spearman, indicadas pelo valor de r_s (Coeficiente de Correlação de Spearman). Esta correlação mede a intensidade e a direção da associação entre duas variáveis ordinais ou uma variável ordinal e outra intervalar, cujo valor varia de -1 (correlação perfeita negativa) até + 1 (correlação perfeita positiva). Se o $r_s = 0$ então não há correlação entre as variáveis (Maroco, 2003; Martins, 2011).

Capítulo 5

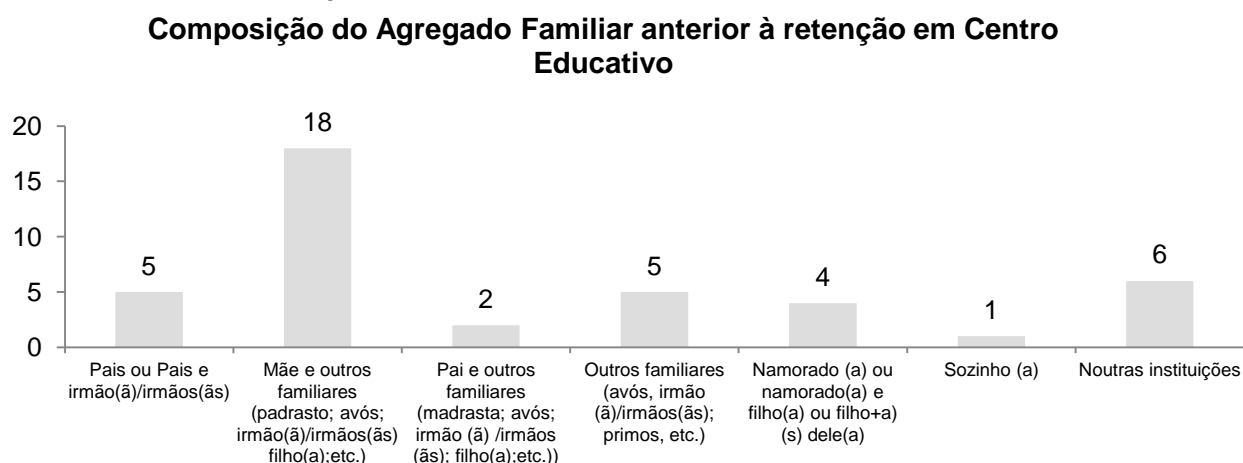
Apresentação e Análise dos Resultados

5.1. Análise dos resultados do Questionário de Caracterização e Escala dos Comportamentos

Com o objetivo de obter uma caracterização dos jovens respondentes, recolheram-se dados relativos à composição do agregado familiar, à caracterização das figuras parentais e à caracterização do percurso escolar.

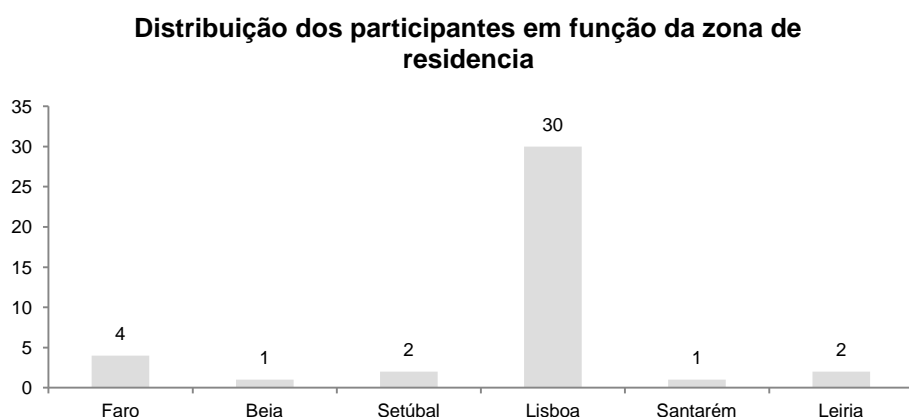
No que respeita à composição do agregado familiar, de acordo com Gráfico 2, dos 41 jovens em estudo, 18 (43,9%) referiram viver com a mãe e outros familiares (padrasto; avós; irmão(ã)/irmãos(ãs);filho(a);etc.) antes de entrar para o Centro Educativo; 5 (12,2%) referiram viver com os pais ou pais e irmão(ã)/irmãos(ãs); 2 (4,9%) viviam com o pai e outros familiares (madrasta; avós; irmão(ã)/irmãos(ãs); filho(a);etc.); 5 (12,2%) referiam viver com avós/irmão (ã)/irmãos(ãs) / primos; 4 jovens (9,8%) referiram viver com o namorado(a) e/ou o filho(a) de ambos/filhos(as) do(a) namorado (a); 6 jovens (14,6%) afirmaram viver noutras instituições antes de entrarem para o Centro Educativo, e ainda, 1 jovem (2,4%) referiu viver sozinho (ver gráfico 2).

Gráfico 2: Distribuição dos participantes em função da variável “Com quem vivias antes de entrar na instituição”



Relativamente à localidade onde residiam os participantes, de acordo com o Gráfico 3, 30 jovens adolescentes (73,2%) incluídos neste estudo residiam na Zona de Lisboa, 4 jovens (9,8%) residiam em Faro, 1 (2,4%) residia em Beja, 2 (4,9%) residiam em Setúbal, 1 (2,4%) residia em Santarém e, ainda, 2 (4,9%) residiam em Leiria.

Gráfico 3: Distribuição dos participantes em função da Localidade



Quanto à caracterização às figuras parentais, recolheu-se informação sobre o facto dos jovens em estudo conhecerem ou não os seus pais, sobre habilitações escolares e profissão de ambos os pais, e ainda sobre os comportamentos de risco destes.

De modo, a compreender melhor a ligação dos jovens respondentes inseridos no estudo com as suas figuras parentais, foi-lhes questionado se conheciam a sua mãe e o seu pai, caso não vivessem com os mesmos. Dos 41 participantes, 4 (9,8%) responderam não conhecer a sua, enquanto 36 (87,8%) afirmaram ter conhecido. No que toca à figura paterna, 9 (22,0%) dos 41 participantes afirmaram não ter conhecido o seu pai e 30 (73,2%) declaram ter conhecido (tabela 2).

Tabela 2: Relação com as figuras parentais

	Não	Sim	Total*	Total
Conheces a tua mãe?	4 (9,8%)	36 (87,8%)	40 (97,6%)	41 (100%)
Conheces o teu pai?	9 (22,0%)	30 (73,2%)	39 (95,1%)	41 (100%)

* 3 missing - sujeitos que não responderam

No que respeita às habilitações escolares dos progenitores, tal como é possível constatar pela análise da tabela 3, a maioria dos jovens não sabe ou não conhece as habilitações dos seus pais (10 jovens – 24,4% não conhece as habilitações literárias da sua mãe; 17 jovens – 45,1% não conhece as habilitações literárias do seu pai). 24,4% dos jovens refere que as respetivas mães completaram o 3º ciclo do ensino básico, ou ainda, completaram o ensino secundário (22%). Em relação ao pai, 19,5% dos jovens refere que os pais completaram o ensino secundário, 14,6% referem que os pais completaram o 3º ciclo do ensino básico, ou ainda, o 2º ciclo do ensino básico (12,2%).

Tabela 3: Escolaridade dos pais

	Mãe	Pai
Não sabe ou não conhece	10 (24,4%)	17 (45,1%)
Analfabeto	0 (0%)	0 (0%)
1º Ciclo	5 (12,2%)	5 (12,2%)
2º Ciclo	6 (14,6%)	3 (7,3%)
3º Ciclo	10 (24,4%)	6 (14,6%)
Ensino Secundário	9 (22%)	8 (19,5%)
Ensino superior	0 (0%)	1 (2,4%)
Total*	40 (97,6%)	40 (97,6%)
Total	41 (100%)	41 (100%)

* 2 missings - sujeito que não respondeu

No que se refere às profissões dos progenitores, a tabela 4 permite verificar que, no que respeita à mãe, 29,3% dos jovens menciona que a mãe se encontrava desempregada e/ou era estudante, 26,8% referia que a mãe tinha uma profissão ligada aos serviços pessoais, de proteção, segurança e vendas, ou ainda que tinham profissões não qualificadas (19,5%). Quanto à profissão do pai, 19,5% dos jovens não sabe ou não conheceu a profissão do pai; 17,1% dos jovens refere que os pais tinham profissões ligadas aos serviços pessoais, de proteção, segurança e vendas; ou desempenhavam funções como trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (17,1%); ou ainda eram técnicos de nível intermédio (17,1%) (classificação com base na Classificação Portuguesa das Profissões 2010).

Tabela 4: Profissão dos Pais

	Mãe	Pai
Técnicos e profissões de nível intermédio (TPNI)	2 (4,9%)	7 (17,1%)
Pessoal Administrativo (PA)	1 (2,4%)	1 (2,4%)
Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores (TSPPSV)	11 (26,8%)	7 (17,1%)
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (TQICA)	0 (0%)	7 (17,1%)
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (OIMTM)	0 (0%)	1 (2,4%)
Trabalhadores não qualificados (TNQ)	8 (19,5%)	3 (7,3%)
Não sabe ou não conheceu	6 (14,6%)	8 (19,5%)
Desempregado (a) e/ou Estudante (D/E)	12 (29,3%)	4 (9,8%)
Reformado (a)	0 (0%)	2 (4,9%)
Total*	40 (97,6%)	40 (97,6%)
Total	41 (100%)	41 (100%)

* 2 missings - sujeito que não respondeu

Ainda relativamente à caracterização das figuras parentais, a tabela 5 permite analisar a existência de comportamentos de risco, adotados pelos familiares, associados ao consumo de drogas/álcool e à criminalidade. No que toca à

criminalidade ou envolvimento com polícia e tribunais, 18 jovens (43,9%) referem que os pais ou familiares significativos não tiveram qualquer envolvimento com a polícia e o tribunal, ao invés de 23 jovens (56,1%) que referem que existiu um envolvimento com a polícia e tribunais dos familiares. Já em relação ao consumo de drogas/álcool, a tendência é inversa, sendo que 24 jovens (58,5%) referem não haver um envolvimento em drogas ou álcool e os restantes 17 jovens (41,5%) refere que existiu, de facto, um envolvimento dos seus familiares significativos em consumo de álcool e/ou drogas.

Tabela 5: Adoção de comportamentos de risco (consumo de álcool/drogas ou criminalidade) por parte de pais ou familiares significativos

	Não	Sim	Total
Comportamentos de risco 1 – Polícia e/ou Tribunal	18 (43,9%)	23 (56,1%)	41 (100%)
Comportamentos de risco 2 – Drogas e/ou Álcool	24 (58,5%)	17 (41,5%)	41 (100%)

No que respeita ao percurso escolar dos jovens em estudos, recolheram-se dados relativos à frequência escolar e ao número de retenções sofridas ao longo de todo o percurso escolar vivido antes do Centro Educativo, bem como à frequência escolar dos participantes no momento da recolha de dados. Verificou-se que dos 41 jovens participantes apenas 1 (2,4%) não frequentou o ensino escolar até ao momento em que entrou no Centro Educativo.

Respeitante ao sucesso escolar, podemos verificar na Tabela 6 que, dos 41 adolescentes em estudo, 3 (7,3%) não sofreram nenhuma retenção (sendo que um destes nunca frequentou a escola antes do Centro Educativo), 2 (4,9%) sofreram uma retenção, 14 (34,1%) reprovaram duas vezes e 22 (53,7%) participantes sofreram três ou mais retenções.

Tabela 6: Número de retenções por participante em função do sexo

Retenções	Feminino	Masculino
0	1 (9,1%)	2 (6,7%)
1	0 (0%)	2 (6,7%)
2	3 (27,3%)	11 (36,7%)
3(ou mais)	7 (63,6%)	15 (50%)
Total	11 (100%)	30 (100%)

Relativamente à frequência escolar, no momento da recolha de dados, 37 jovens (90,2%) incluídos no estudo frequentava um curso de Educação Formação nos respetivos centros educativos, 1 jovem (2,4%) frequentava o ensino regular (no Centro Educativo Navarro Paiva, visto este centro educativo funcionar também em regime

semiaberto e aberto o que possibilita aos jovens a frequência escolar integrada) e 3 jovens participantes (7,3%) não frequentavam qualquer tipo de escola ou formação (ver tabela 7).

Tabela 7: Distribuição dos Participantes em função da frequência escolar no momento da recolha de dados

	CEPAO	CENP	Total
Não frequenta escola ou formação	1 (7,1%)	2 (7,4%)	3 (7,3%)
Curso Educação Formação no CE	13 (92,9%)	24 (88,9%)	37 (90,2%)
Ensino Regular	0 (0%)	1 (3,7%)	1 (2,4)
Total	14 (100%)	27 (100%)	41 (100%)

No que concerne à percepção que estes jovens têm de si mesmo em relação ao seu desempenho escolar, antes e após a retenção num centro educativo, dos 41 jovens em estudo, 10 jovens (24,4%) consideram-se alunos “Fracos”, outros 10 participantes (24,4%) consideram-se “Bons” alunos, 20 jovens (48,8%) consideram-se alunos “Razoáveis” e apenas 1 (2,4%) se considera um aluno “Muito Bom”. Note-se que, nenhum adolescente se considera um aluno “Muito Fraco” (Ver Tabela 8).

Tabela 8: Percepção dos participantes face ao seu desempenho escolar

Percepção do Desempenho Escolar	Feminino	Masculino	Total
Muito Fraco	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)
Fraco	2 (18,2%)	8 (26,7%)	10 (24,4%)
Razoável	5 (45,5%)	15 (50%)	20 (48,8%)
Bom	4 (36,4%)	6 (20%)	10 (24,4%)
Muito Bom	0 (0%)	1 (3,3%)	1 (2,4%)
Total	11 (100%)	30 (100%)	41 (100%)

No que se refere ao sentimento que os participantes nutrem pela escola, os resultados são apresentados na tabela 9, e mostram que, a maior parte dos jovens adolescentes em estudo, afirmam que *Gostam Pouco* da escola. Especificamente, 6 jovens (42,9%) referem “gostar pouco” da escola, 4 jovens (28,6%) referem mesmo “não gostar nada”, 2 jovens (14,3%) referem “gostar” e, por fim, outros 2 (14,3%) referem “gostar muito” da escola.

Tabela 9: Sentimentos dos participantes pela escola em função do Centro Educativo

	CEPAO	CENP
Não gosto nada	4 (28,6%)	1 (3,7%)
Gosto pouco	6 (42,9%)	12 (44,4%)
Gosto	2 (14,3%)	12 (44,4%)
Gosto muito	2 (14,3%)	2 (7,4%)
Total	14 (100%)	27 (100%)

Por último, analisou-se o número de amigos que os participantes consideram ter na Escola (tabela 10), e concluiu-se que 18 jovens (43,9%) consideravam ter “Muitos amigos” na escola, enquanto apenas 3 jovens (7,3%) consideravam ter “Nenhuns amigos”. 4 jovens (9,8%) referem ter “Poucos amigos” e ainda 16 jovens (39%) referem ter “Alguns amigos” na escola.

Tabela 10: Perceção de amigos referidos pelos participantes na Escola

	N	%
Nenhuns amigos	3	7,3%
Poucos amigos	4	9,8%
Alguns amigos	16	39%
Muitos amigos	18	43,9%
Total	41	100%

5.1.1. Análise descritiva da Escala dos Comportamentos

Procedeu-se a uma análise descritiva simples, através das frequências das respostas dadas à Escala dos Comportamentos. Analisemos os resultados apresentados na tabela 11.

Desta análise, concluímos que os comportamentos mais comumente adotados são: faltar às aulas (97,6%); perturbar uma aula (75,6%); não pagar bilhete nos transportes públicos (80,5%); participar em brigas e desordem pública (75,6%); consumir álcool (78,0%) e ainda, consumir drogas leves (68,3%). Contrariamente, os comportamentos menos adotados pelos jovens são: roubar numa cabine telefónica ou numa máquina de distribuição (85,4%); roubar em casa dos pais ou no local onde habita (73,2%); incendiar algo voluntariamente (90,2%); consumir drogas pesadas (92,7%) e ainda, vender drogas pesadas (73,2%).

Tabela 11: Frequências das respostas aos 30 itens da Escala dos Comportamentos

	Nunca	Uma Vez	Mais do que uma vez	Total
1. Faltar às aulas.	1 (2,4%)	0 (0%)	40 (97,6%)	41 (100%)
2. Perturbar uma aula.	5 (12,2%)	5 (12,2%)	31 (75,6%)	41 (100%)
3. Não pagar bilhete nos transportes públicos.	8 (19,5%)	0 (0%)	33 (80,5%)	41 (100%)
4. Conduzir veículo s/ carta de condução ou seguro.	2 (63,4%)	5 (12,2%)	10 (24,4%)	41 (100%)
5. Roubar carteiras.	21 (51,2%)	6 (14,6%)	14 (34,1%)	41 (100%)
6. Roubar objetos por esticção.	24 (58,5%)	3 (7,3%)	14 (34,1%)	41 (100%)
7. Roubar numa cabine telefónica ou máquina de distribuição.	35 (85,4%)	3 (7,3%)	3 (7,3%)	41 (100%)
8. Roubar expositores.	21 (51,2%)	5 (12,2%)	15 (36,6%)	41 (100%)
9. Roubar na escola.	17 (41,5%)	3 (7,3%)	21 (51,2%)	41 (100%)
10. Roubar casa dos pais ou no local onde habita.	30 (73,2%)	2 (4,9%)	9 (22,0%)	41 (100%)
11. Roubar outras casas.	18 (43,9%)	5 (12,2%)	18 (43,9%)	41 (100%)
12. Roubar uma bicicleta ou moto.	20 (48,8%)	8 (19,5 %)	13 (31,7%)	41 (100%)
13. Roubar um automóvel.	20 (48,8%)	9 (22,0%)	12 (29,3%)	41 (100%)
14. Roubar objetos de dentro de uma viatura.	23 (56,1%)	5 (12,2%)	13 (31,7%)	41 (100%)
15. Roubar e agredir a vítima.	19 (46,3%)	8 (19,5 %)	14 (34,1%)	41 (100%)
16. Outros roubos.	11 (26,8%)	3 (7,3%)	26 (63,4%)	40(97,6 %)
17. Comprar objetos supostamente roubados.	18 (43,9%)	5 (12,2%)	18 (43,9%)	41 (100%)
18. Vender objetos supostamente roubados.	15 (36,6%)	1 (2,4%)	25 (61,0%)	41 (100%)
19. Usar armas.	16 (39,0%)	10 (24,4%)	15 (36,6%)	41 (100%)
20. Participar em brigas e desordem pública.	7 (17,1%)	3 (7,3%)	31 (75,6%)	41 (100%)
21. Vandalizar as ruas e/ou património alheio.	23 (56,1%)	4 (9,8%)	14 (34,1%)	41 (100%)
22. Incendiar algo voluntariamente.	37 (90,2%)	3 (7,3%)	1 (2,4%)	41 (100%)
23. Agredir estranhos.	16 (39,0%)	8 (19,5 %)	17 (41,5%)	41 (100%)
24. Agredir familiares ou pessoas conhecidas.	28 (68,3%)	3 (7,3%)	10 (24,4%)	41 (100%)
25. Provocar lesões corporais com arma a terceiros.	29 (70,7%)	2 (4,9%)	10 (24,4%)	41 (100%)
26. Consumir álcool.	7 (17,1%)	2 (4,9%)	32 (78,0%)	41 (100%)
27. Consumir drogas leves (Tabaco, Haxixe, etc.).	11 (26,8%)	2 (4,9%)	28 (68,3%)	41 (100%)
28. Consumir drogas pesadas (Cocaína, Heroína)	38 (92,7%)	2 (4,9%)	1 (2,4%)	41 (100%)
29. Vender drogas leves.	20 (48,8%)	3 (7,3%)	18 (43,9%)	41 (100%)
30. Vender drogas pesadas.	30 (73,2%)	2 (4,9%)	8 (19,5%)	40 (97,6%)

Neste seguimento, analisemos a tabela 12. Relativamente ao modo como os jovens incluídos no estudo praticavam os comportamentos anteriormente analisados, dos 41 respondentes, 7 jovens (17,1%) referiram que os praticavam sozinhos; 14 jovens (34,1%) afirmaram que os praticavam em grupo e, por último, 20 jovens respondentes (48,8%) praticavam os comportamentos delinquentes de ambas as formas, quer sozinhos quer em grupo.

Tabela 12: Distribuição dos participantes em função da variável “Em relação aos comportamentos que referiste praticava-los.”

	N	%
Sozinho	7	17,1%
Em grupo	14	34,1%
Ambos (sozinho e em grupo)	20	48,8%
Total	41	100%

5.1.2. Análise da Fidelidade da Escala dos Comportamentos

De seguida, pretendeu-se determinar a fidelidade da escala. Uma das formas de calcular a fidelidade de uma escala é através do alfa de Cronbach, que é uma prova de homogeneidade que permite verificar se uma escala é consistente, isto é, se os vários itens medem uma entidade comum.

O α de Cronbach foi calculado para a totalidade da escala e obteve-se um resultado de 0,924, apresentando boas correlações com a escala total. Este valor, sendo elevado, representa uma boa consistência interna da escala de comportamentos.

Todos os itens da escala apresentam correlações item-total que superam o valor 0,35, o que confirma mais uma vez a fidelidade da escala.

5.1.3. Análise das dimensões da Escala dos Comportamentos

Com o objetivo de comparar os dados da escala dos comportamentos com outras variáveis, tornou-se essencial reduzir a escala a pequenas dimensões. Para o efeito, construíram-se dimensões da respetiva escala com base no estudo de Junger-Tas, Terlouw e Klein (1994).

Deste modo, surgiram quatro dimensões associadas aos comportamentos delinquentes, nomeadamente dimensão Outros Delitos Juvenis (ODJ), dimensão Delitos Contra a Propriedade (DCP), dimensão Delitos Violentos (contra pessoas ou objetos) (DV) e dimensão Delitos Relacionados com Drogas (DRD). Na tabela seguinte podemos verificar a distribuição dos itens pelas respetivas dimensões (consultar tabela 13).

Tabela 13: Dimensões da Escala dos Comportamentos (DEC)

Outros Delitos Juvenis
2.1. Faltar às aulas.
2.2. Perturbar uma aula.
2.3. Não pagar bilhete nos transportes públicos.
2.4. Conduzir um veículo sem carta de condução ou sem seguro.
Delitos Contra a Propriedade
2.5. Roubar carteiras.
2.6. Roubar objetos por esticção.
2.7. Roubar numa cabine telefónica ou numa máquina de distribuição.
2.8. Roubar expositores.
2.9. Roubar na escola.
2.10. Roubar em casa dos pais ou no local onde habita.
2.11. Roubar outras casas.
2.12. Roubar uma bicicleta ou moto.
2.13. Roubar um automóvel.
2.14. Roubar objetos de dentro de uma viatura.
2.15. Roubar e agredir a vítima.
2.16. Outros roubos.
2.17. Comprar objetos supostamente roubados.
2.18. Vender objetos supostamente roubados.
Delitos Violentos (contra pessoas e objetos)
2.19. Usar armas.
2.20. Participar em brigas e desordem pública.
2.21. Vandalizar as ruas e/ou património alheio.
2.22. Incendiar algo voluntariamente.
2.23. Agredir estranhos.
2.24. Agredir familiares e pessoas conhecidas.
2.25. Provocar lesões corporais com uma arma a terceiros.
Delitos Relacionados com Drogas
2.26. Consumir álcool.
2.27. Consumir drogas leves (Tabaco, haxixe, etc.)
2.28. Consumir drogas pesadas (Cocaína, heroína, etc.)
2.29. Vender drogas leves.
2.30. Vender drogas pesadas.

De modo a verificar a existência de diferenças significativas entre as dimensões em questão e as variáveis independentes, procedeu-se à comparação de médias.

No entanto, através da realização de um teste de normalidade (verificar se a amostra seguia ou não uma distribuição normal), concluiu-se que a amostra não segue uma distribuição normal e, por isso, optou-se pela realização de testes não-paramétricos¹. Por outro lado, devemos ter em atenção que estamos na presença de um conjunto de variáveis ordinais, o que também nos obriga à utilização dos testes referidos.

¹ De acordo com Martins (2011), é possível a utilização da média e desvio-padrão para descrever os grupos em termos de variáveis ordinais, mesmo em contexto de testes não-paramétricos.

Relativamente às dimensões da escala dos comportamentos, verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre as dimensões no que diz respeito ao sexo (tabela 15), bem como em relação à idade (Tabela 16).

Tabela 15: Análise das diferenças nas DEC, em função do sexo (Mann-Whitney Test)

	Sexo	Média	Desvio-Padrão	U	p.value
Outros Delitos juvenis	Feminino	57,58	20,22	130,50	,291
	Masculino	65,56	25,86		
Delitos contra a propriedade	Feminino	39,02	25,22	136,50	,485
	Masculino	44,97	30,23		
Delitos Violentos (contra pessoas e objetos)	Feminino	40,91	26,47	142,50	,506
	Masculino	48,61	28,45		
Delitos relacionados com Drogas	Feminino	52,53	35,16	147,00	,702
	Masculino	49,04	27,93		

p > 0,0,5

Tabela 16: Análise das diferenças nas DEC, em função da idade (Kruskal Wallis Test)

	Idade	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Outros Delitos Juvenis	14	61,11	34,69	3,436	,488
	15	60,42	23,46		
	16	50,00	34,96		
	17	71,88	22,54		
	18	60,42	15,26		
Delitos contra a Propriedade	14	45,83	41,03	,112	,998
	15	42,19	35,80		
	16	43,33	21,57		
	17	42,45	30,01		
	18	45,31	25,24		
Delitos Violentos	14	61,11	24,05	1,769	,778
	15	52,08	31,41		
	16	45,83	22,20		
	17	43,75	29,89		
	18	41,67	28,75		
Delitos relacionados com Drogas	14	51,85	46,25	2,689	,611
	15	50,79	33,24		
	16	53,70	25,74		
	17	55,56	28,10		
	18	34,72	28,75		

p > 0,05

No que diz respeito às dimensões da escala de comportamentos em função do agregado familiar (especificamente, variável “com quem vivias antes de entrares na instituição?”) os resultados mostram que, não existem diferenças estatisticamente significativas (ver tabela 17).

Tabela 17: Análise das diferenças nas DEC, em função do agregado familiar (Kruskal Wallis Test)

	Agregado familiar	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Outros Delitos Juvenis	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	73,33	14,90	4,058	,669
	Mãe e outros familiares	59,26	27,54		
	Pai e outros familiares	83,33	23,57		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	63,33	34,15		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a) ou filho(a)(s) dele(a)	58,33	31,91		
	Sozinho(a)	50,00	.		
	Noutras instituições	66,67	,000		
Delitos contra a Propriedade	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	47,50	32,35	3,944	,684
	Mãe e outros familiares	43,14	28,56		
	Pai e outros familiares	62,50	5,893		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	54,17	23,19		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a) ou filho(a)(s) dele(a)	40,63	44,92		
	Sozinho(a)	8,33	.		
	Noutras instituições	32,64	26,14		
Delitos Violentos (contra pessoas e objetos)	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	45,00	29,81	5,377	,496
	Mãe e outros familiares	45,37	25,44		
	Pai e outros familiares	54,17	17,67		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	68,33	23,12		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a) ou filho(a)(s) dele(a)	43,75	44,81		
	Sozinho(a)	8,33	.		
	Noutras instituições	38,89	26,70		
Delitos relacionados com Drogas	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	42,22	29,81	5,517	,479
	Mãe e outros familiares	48,37	32,14		
	Pai e outros familiares	27,78	39,28		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	73,33	18,59		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a) ou filho(a)(s) dele(a)	38,89	37,95		
	Sozinho(a)	66,67	.		
	Noutras instituições	53,70	20,38		

p > 0,05

Também para a variável do subgrupo figuras parentais – “Caso não vivesses com os teus pais ou um deles: Conheces a tua mãe? Conheces o teu pai?” – não existe diferenças estatisticamente significativas em função das dimensões dos comportamentos delinquentes (ver tabela 18).

Tabela 18: Análise das diferenças nas DEC, em função das figuras parentais (Mann-Whitney Test)

		Conheces a tua mãe?				Conheces o teu pai?			
		Média	Desvio-Padrão	U	p.value	Média	Desvio-Padrão	U	p.value
ODJ	Não	70,83	20,97	60,50	,589	59,26	20,60	107,50	,337
	Sim	62,96	25,23			67,22	23,35		
DCP	Não	54,17	22,04	55,50	,501	34,72	2,66	99,50	,268
	Sim	43,10	29,25			46,98	30,14		
DV	Não	50,00	28,05	67,00	,821	44,44	23,57	125,50	,750
	Sim	47,22	27,81			48,89	29,17		
DRD	Não	55,56	38,49	59,00	,606	48,15	29,39	126,50	,890
	Sim	48,89	29,42			49,43	30,94		

p>0,05

Em relação as dimensões da escala de comportamentos em função das habilitações literárias das figuras parentais (mãe e pai), constatou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas, tal como podemos verificar na tabela 19.

Tabela 19: Análise das diferenças nas DEC, em função das habilitações literárias das figuras parentais (Kruskal Wallis Test)

		Habilitações literárias da mãe				Habilitações literárias do pai			
		Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
ODJ	Não sabe/não conhece	66,67	28,32	4,224	,377	60,78	28,22	1,505	,913
	1º Ciclo	70,00	24,72			73,33	27,88		
	2º Ciclo	61,11	25,09			66,67	,000		
	3º Ciclo	53,33	26,98			63,89	22,15		
	Ensino Secundário	70,37	18,21			64,58	25,87		
	Ensino Superior					50,00	.		
DCP	Não sabe/não conhece	60,00	17,14	3,890	,421	45,83	26,06	,584	,989
	1º Ciclo	40,00	35,55			38,33	34,66		
	2º Ciclo	34,17	32,46			37,50	53,03		
	3º Ciclo	39,17	29,54			43,06	33,61		
	Ensino Secundário	40,28	31,11			46,88	30,43		
	Ensino Superior					45,83	.		
DV	Não sabe/não conhece	52,50	22,24	1,765	,779	48,04	21,15	2,676	,750
	1º Ciclo	40,00	31,95			40,00	29,69		
	2º Ciclo	38,89	30,58			44,44	33,67		
	3º Ciclo	44,17	27,79			37,50	36,79		
	Ensino Secundário	55,56	30,90			58,33	33,33		
	Ensino Superior					58,33	.		
DRD	Não sabe/não conhece	55,56	27,71	,698	,952	59,48	27,48	6,565	,255
	1º Ciclo	42,22	31,81			31,11	37,18		
	2º Ciclo	48,15	36,28			37,04	33,94		
	3º Ciclo	48,89	31,51			37,04	30,36		
	Ensino Secundário	48,61	31,39			58,73	23,75		
	Ensino Superior					22,22	.		

p>0,05

Para as dimensões da escala dos comportamentos delinquentes, podemos constatar na tabela 20 que não existem diferenças estatisticamente significativas no que diz respeito às profissões das figuras parentais.

Tabela 20: Análise das diferenças nas DEC, em função das profissões das figuras parentais (Kruskal Walli Test) (*ver definição das siglas na tabela 4)

		Profissão da mãe				Profissão do pai			
		Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
ODJ	TPNI*	83,33	23,57	3,680	,596	64,29	31,07	5,192	,737
	PA*	100,00	.			66,67	.		
	TSPPSV*	60,61	31,86			71,43	23,00		
	TQICA*					64,29	20,25		
	OIMTM*					100,0	.		
	TNQ*	62,50	23,14			55,56	19,24		
	Não sabe/conhece	63,89	6,804			50,00	23,57		
	D/E*	61,11	24,95			70,83	25,00		
DCP	Reformado(a)			2,139	,830	66,67	47,14	13,062	,110
	TPNI*	50,00	47,14			37,50	31,36		
	PA	70,83	.			8,33	.		
	TSPPSV	43,56	23,22			59,52	23,28		
	TQICA					44,44	33,71		
	OIMTM					79,17	.		
	TNQ	47,02	35,41			12,50	15,02		
	Não sabe/conhece	34,72	26,57			35,42	21,36		
DV	D/E	44,79	31,53	1,077	,956	62,50	22,30	12,904	,115
	Reformado(a)					60,42	32,40		
	TPNI	45,83	53,03			30,95	25,32		
	PA	41,67	.			41,67	.		
	TSPPSV	44,70	23,35			67,86	23,28		
	TQICA					36,90	34,97		
	OIMTM					75,00	.		
	TNQ	55,21	25,94			25,00	22,04		
DRD	Não sabe/conhece	40,28	24,95	4,234	,516	46,88	18,33	5,956	,652
	D/E	49,31	33,60			64,58	20,83		
	Reformado(a)					62,50	29,46		
	TPNI	55,56	47,14			49,21	33,24		
	PA	100,00	.			44,44	.		
	TSPPSV	47,47	21,13			47,62	33,77		
	TQICA					44,44	28,68		
	OIMTM					66,67	.		
	TNQ	54,17	38,23			29,63	33,94		
	Não sabe/conhece	38,89	31,23			51,39	29,65		
	D/E	48,48	29,51			51,85	33,94		
	Reformado(a)					88,89	,000		

p >0,05

No que diz respeito às dimensões da escala dos comportamentos, verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas em função dos comportamentos de risco associados a drogas e/ou álcool (tabela 21) e os Delitos Violentos (contra pessoas e objetos) ($U = 117,50$; $p = ,022$), com as respostas “sim” a apresentarem médias superiores às respostas “não” (58,33 e 38,19, respetivamente). Para as outras dimensões, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função dos comportamentos de risco associados a drogas e/ou álcool, ainda que as respetivas médias também apresentassem valores superiores nas respostas “sim” em relação às respostas “não”, sendo que estes não são estatisticamente significativos.

Por outro lado, os comportamentos delinquentes em função dos comportamentos de risco associados à polícia e/ou tribunal, não apresentam diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 21: Análise das diferenças nas DEC, em função dos comportamentos de risco por parte dos pais ou familiares significativos (Mann-Whitney Test)

Comportamentos de risco 1 – Polícia e/ou Tribunal						Comportamentos de risco 2 – Drogas/Álcool			
		Média	Desvio-Padrão	U	p.value	Média	Desvio-Padrão	U	p.value
ODJ	Não	60,19	24,34	190,50	,652	60,42	24,97	174,50	,416
	Sim	65,94	24,86			67,65	23,91		
DCP	Não	40,20	27,94	177,00	,612	36,59	26,94	132,50	,084
	Sim	45,65	29,74			52,45	29,39		
DV	Não	37,50	27,30	140,00	,077	38,19	23,17	117,50	,022*
	Sim	53,62	26,68			58,33	30,19		
DRD	Não	50,00	25,35	193,50	,901	45,37	27,78	141,00	,154
	Sim	50,00	33,37			56,94	31,91		

*p < 0,05

As diferenças entre as dimensões da escala dos comportamentos em função do número de retenção são estatisticamente significativas na dimensão Delitos Violentos (contra pessoas e objeto) ($X^2 = 9,801$; $p = ,020$), revelando que em média, os jovens que praticam este tipo de delitos, reprovaram duas vezes (59,44). Enquanto para as outras dimensões, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função do número de retenções, ainda que apresentem médias superiores também na categoria “duas vezes”, com exceção da dimensão delitos relacionado com drogas, que apresenta médias iguais para as categorias “duas vezes” e “três ou mais vezes”, sendo estes valores não significativos estatisticamente (consultar tabela 22).

Tabela 22: Análise das diferenças nas DEC, em função das retenções escolares (Kruskal Wallis Test)

	Retenções	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Outros Delitos Juvenis	Nenhuma vez	45,83	15,95	6,015	,111
	Uma vez	61,90	26,49		
	Duas vezes	75,56	22,59		
	Três ou mais vezes	56,67	22,36		
Delitos contra a Propriedade	Nenhuma vez	17,71	10,95	4,909	,179
	Uma vez	38,39	28,03		
	Duas vezes	55,36	30,94		
	Três ou mais vezes	42,50	31,51		
Delitos Violentos	Nenhuma vez	18,75	26,68	9,801	,020*
	Uma vez	34,52	21,64		
	Duas vezes	59,44	29,52		
	Três ou mais vezes	56,67	19,00		
Delitos relacionados com Drogas	Nenhuma vez	38,89	21,27	3,492	,322
	Uma vez	38,89	28,49		
	Duas vezes	55,56	29,87		
	Três ou mais vezes	55,56	34,24		

*p <0,05

Como ilustrado na tabela 23, não existem diferenças significativas na percepção do desempenho escolar entre as dimensões da escala dos comportamentos.

Tabela 23: Análise das diferenças nas DEC, em função da percepção do desempenho escolar (Kruskal Wallis Test)

	Desempenho Escolar	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Outros Delitos Juvenis	Fraco	58,33	21,15	1,057	,788
	Razoável	66,67	28,61		
	Bom	61,67	20,86		
	Muito Bom	66,67	.		
Delitos contra a Propriedade	Fraco	26,67	22,75	5,943	,114
	Razoável	52,63	29,10		
	Bom	44,58	28,67		
	Muito Bom	20,83	.		
Delitos Violentos	Fraco	32,50	25,89	2,968	,397
	Razoável	51,67	29,56		
	Bom	50,00	25,15		
	Muito Bom	50,00	.		
Delitos relacionados com Drogas	Fraco	33,33	25,66	5,877	,118
	Razoável	60,23	28,52		
	Bom	47,78	31,44		
	Muito Bom	44,44	.		

p >0,05

Quanto às dimensões da escala dos comportamentos em função do sentimento pela escola, não se verificam diferenças estatisticamente significativas (tabela 24).

Tabela 24: Análise das diferenças nas DEC, em função do sentimento pela escola (Kruskal Wallis Test)

	Sentimento pela escola	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Outros Delitos Juvenis	Não gosto nada	60,00	36,51	1,324	,724
	Gosto pouco	68,52	24,17		
	Gosto	59,52	19,29		
	Gosto Muito	58,33	31,91		
Delitos contra a Propriedade	Não gosto nada	38,33	30,24	,355	,949
	Gosto pouco	42,65	26,66		
	Gosto	47,32	32,54		
	Gosto Muito	38,54	31,61		
Delitos Violentos	Não gosto nada	33,33	21,24	2,894	,408
	Gosto pouco	43,06	27,60		
	Gosto	54,76	30,78		
	Gosto Muito	50,00	24,53		
Delitos relacionados com Drogas	Não gosto nada	33,33	27,21	2,834	,418
	Gosto pouco	51,85	30,00		
	Gosto	48,72	30,94		
	Gosto Muito	66,67	25,66		

p > 0,05

Por último, no que respeita às dimensões da escala dos comportamentos em função do número de amigos na escola, os resultados mostram que não existem diferenças estatisticamente significativas.

Tabela 25: Análise das diferenças nas DEC, em função da perceção de amigos na Escola (Kruskal Wallis Test)

	Amigos na escola	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Outros Delitos Juvenis	Nenhuns amigos	66,67	33,33	1,058	,787
	Poucos amigos	75,00	31,91		
	Alguns amigos	60,42	18,13		
	Muitos amigos	62,96	27,74		
Delitos contra a Propriedade	Nenhuns amigos	30,56	31,27	,529	,913
	Poucos amigos	37,50	33,67		
	Alguns amigos	44,72	30,27		
	Muitos amigos	45,60	27,98		
Delitos Violentos	Nenhuns amigos	33,33	33,33	1,528	,676
	Poucos amigos	37,50	33,67		
	Alguns amigos	51,56	27,59		
	Muitos amigos	46,30	27,30		
Delitos relacionados com Drogas	Nenhuns amigos	33,33	19,24	1,727	,631
	Poucos amigos	41,67	34,39		
	Alguns amigos	53,33	30,91		
	Muitos amigos	51,85	30,00		

p > 0,05

5.2. Análise dos resultados do Inventário sobre a Vinculação na Infância e na Adolescência – IVIA

5.2.1. Análise descritiva da Escala (IVIA)

Procedeu-se a uma análise descritiva simples, através da média e desvio padrão das respostas dadas a cada um dos itens das três escalas do inventário. De forma geral, em todos os itens se verificaram valores médios. A média global da escala é de 3,19, sendo que as médias dos itens variam entre 2,15 (item 3) e 4,51 (item 21).

Tabela 26: Frequências, médias e desvio padrão das respostas aos 24 itens do IVIA

	Nunca	Algumas Vezes	Muitas Vezes	Quase Sempre	Sempre	Total	Média	Desvio Padrão
1. Preocupo-me se tiver de depender das outras pessoas	6 (14,6%)	10 (24,4%)	8 (19,5%)	3 (7,3%)	14 (34,1%)	41 (100%)	3,22	1,509
2. É difícil confiar totalmente nas outras pessoas	1 (2,4%)	13 (31,7%)	8 (19,5%)	6 (14,6%)	13 (31,7%)	41 (100%)	3,41	1,303
3. Para mim é mais importante conseguir coisas que manter relações com os outros	18 (43,9%)	13 (31,7%)	1 (2,4%)	4 (9,8%)	5 (12,2%)	41 (100%)	2,15	1,406
4. Preocupo-me com a possibilidade de ser abandonado /a	14 (34,1%)	9 (22,0%)	1 (2,4%)	3 (7,3%)	14 (34,1%)	41 (100%)	2,85	1,754
5. Gosto de me sentir próximo /a das outras pessoas	2 (4,9%)	7 (17,1%)	4 (9,8%)	7 (17,1%)	21 (51,2%)	41 (100%)	3,13	1,330
6. Preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho / a	9 (22,0%)	10 (24,4%)	3 (7,3%)	3 (7,3%)	16 (39,0%)	41 (100%)	3,17	1,672
7. É bom estar próximo / a de outras pessoas	2 (4,9%)	5 (12,2%)	3 (7,3%)	10 (24,4%)	21 (51,2%)	41 (100%)	4,05	1,244
8. Preocupo-me com a possibilidade de não ser aceite pelas outras pessoas	9 (22,0%)	13 (31,7%)	6 (14,6%)	7 (17,1%)	6 (14,6%)	41 (100%)	2,71	1,383
9. Prefiro não mostrar os meus sentimentos	4 (9,8%)	15 (36,6%)	3 (7,3%)	8 (19,5%)	11 (26,8%)	41 (100%)	3,17	1,430
10. As outras pessoas podem contar comigo quando me pedem ajuda	1 (2,4%)	8 (19,5%)	2 (4,9%)	8 (19,5%)	21 (51,2%)	40 (97,6%)	4,00	1,281
11. Sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas	3 (7,3%)	11 (26,8%)	5 (12,2%)	9 (22,0%)	13 (31,7%)	41 (100%)	3,44	1,379
12. Sinto que posso contar com os outros quando necessitar	2 (4,9%)	11 (26,8%)	6 (14,6%)	8 (19,5%)	14 (34,1%)	41 (100%)	3,51	1,344
13. Preocupo-me que os meus amigos não queiram estar comigo	15 (36,6%)	10 (24,4%)	4 (9,8%)	4 (9,8%)	8 (19,5%)	41 (100%)	2,51	1,551
14. Para mim é muito importante sentir-me independente	4 (9,8%)	9 (22,0%)	3 (7,3%)	13 (31,7%)	12 (29,3%)	41 (100%)	3,49	1,381
15. Prefiro não depender das outras pessoas	5 (12,2%)	9 (22,0%)	1 (2,4%)	6 (14,6%)	20 (48,8%)	41 (100%)	3,66	1,559
16. Quando mostro os meus sentimentos pelos outros, tenho medo que não sintam o mesmo por mim	9 (22,0%)	13 (31,7%)	5 (12,2%)	8 (19,5%)	6 (14,6%)	41 (100%)	2,73	1,397
17. Prefiro que as outras pessoas não dependam de mim	6 (14,6%)	15 (36,6%)	6 (14,6%)	2 (4,9%)	10 (24,4%)	39 (95,1%)	2,87	1,454
18. Não gosto de contar às outras pessoas o que penso e o que sinto	12 (29,3%)	15 (36,6%)	4 (9,8%)	4 (9,8%)	6 (14,6%)	41 (100%)	2,44	1,397
19. Preocupo-me por poder não impressionar os outros	16 (39,0%)	12 (29,3%)	4 (9,8%)	7 (17,1%)	2 (4,9%)	41 (100%)	2,20	1,269
20. Acredito que as outras pessoas me rejeitam se eu me comportar mal	15 (36,6%)	9 (22,0%)	4 (9,8%)	3 (7,3%)	9 (22,0%)	40 (97,6%)	2,55	1,600
21. Respeito os sentimentos das outras pessoas	1 (2,4%)	1 (2,4%)	3 (7,3%)	7 (17,1%)	29 (70,7%)	41 (100%)	4,51	0,925
22. Posso contar com os meus amigos quando é necessário	4 (9,8%)	8 (19,5%)	2 (4,9%)	7 (17,1%)	20 (48,8%)	41 (100%)	3,76	1,480
23. As outras pessoas aceitam-me como eu sou	2 (4,9%)	7 (17,1%)	3 (7,3%)	8 (19,5%)	21 (51,2%)	41 (100%)	3,95	1,322
24. Pergunto-me se os meus amigos gostam realmente de mim	10 (24,4%)	7 (17,1%)	5 (12,2%)	7 (17,1%)	12 (29,3%)	41 (100%)	3,10	1,594

5.2.2. Análise da Fidelidade do IVIA

Num segundo momento procurou-se determinar a fidelidade da escala. Como já supracitado, uma das formas de calcular a fidelidade de uma escala é através do alfa de Cronbach, que é uma prova de homogeneidade que permite verificar se uma escala é consistente, isto é, se os vários itens medem uma entidade comum.

O α de Cronbach foi calculado para a totalidade da escala e obteve-se um resultado de 0,850, o qual representa boas correlações com a escala total. Este valor, sendo elevado, representa uma boa consistência interna do questionário. Todos os itens da escala apresentam correlações item-total que superam o valor 0,35, o que confirma mais uma vez a fidelidade da escala.

5.2.3. Análise das dimensões da escala IVIA

De forma a poder comparar as dimensões do IVIA com outras variáveis, mostrou-se fundamental criar subescalas (à semelhança do que se fez para a Escala de Comportamentos). Para tal, e tendo em conta o número reduzido da amostra, optou-se por adotar a estrutura fatorial encontrada por Carvalho (2007).

Assim, o IVIA organizou-se em 3 subescalas, nomeadamente vinculação segura, vinculação ansiosa/ambivalente e vinculação evitante.

Tabela 27: Médias e desvios-padrão das três dimensões da escala IVIA

	Vinculação Segura	Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Vinculação Evitante
Respondentes	40	40	39
Mínimo	0	0	0
Máximo	100	100	100
Média	71,05	44,44	37,03
Desvio-Padrão	24,266	27,043	23,730

* 3 missings - sujeitos que não responderam

Tal como podemos aferir na tabela 27, a média dos resultados é superior na dimensão Vinculação Segura (71,05) e mais baixa na dimensão Vinculação Evitante (37,03).

Relativamente aos padrões de vinculação, verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas entre os sexos (tabela 28), nomeadamente na Vinculação Ansiosa-Ambivalente ($U = 79,00$; $p = ,015$), com as raparigas a

apresentarem médias superiores aos rapazes (62,17 e 37,71, respetivamente). Para Vinculação Segura e Evitante não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função do sexo, ainda que as respetivas médias também apresentassem valores superiores nas raparigas em relação aos rapazes, as quais não são estatisticamente significativos.

Tabela 28: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função do sexo (Mann-Whitney Test)

	Sexo	Média	Desvio-Padrão	U	p.value
Vinculação Segura	Feminino	81,82	18,43	104,00	,091
	Masculino	66,96	25,35		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Feminino	62,17	23,97	79,00	,015*
	Masculino	37,71	25,35		
Vinculação Evitante	Feminino	38,55	29,35	150,00	,900
	Masculino	36,43	21,72		

*p <0,05

No que diz respeito à variável idade (tabela 29), verificou-se que apenas existem diferenças estatisticamente significativas na dimensão Vinculação Ansiosa-Ambivalente ($\chi^2 = 14,160$; $p = ,007$), com médias superiores nos 15 e 16 anos de idade (75,12 e 54,84, respetivamente). Para a Vinculação Segura e Vinculação Evitante não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função da idade.

Tabela 29: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função da idade (Kruskal Wallis Test)

	Idade	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	14	50,54	44,03	2,947	,567
	15	79,44	22,01		
	16	70,43	13,28		
	17	69,15	25,09		
	18	75,12	23,68		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	14	30,11	32,47	14,160	,007*
	15	75,12	17,04		
	16	54,84	21,49		
	17	31,05	16,86		
	18	41,94	32,35		
Vinculação Evitante	14	18,67	2,309	5,476	,242
	15	40,00	24,11		
	16	41,60	11,86		
	17	41,50	23,81		
	18	29,50	31,34		

*p <0,05

Para a Vinculação Ansiosa-Ambivalente, encontraram-se diferenças estatisticamente significativas em função do agregado familiar (mais especificamente, na variável “*com quem vivias antes de entrares na instituição?*”) ($X^2 = 13,898$; $p = ,031$), com médias superiores nas categorias “outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)” e “noutras instituições” (61,29 e 68,28, respetivamente). Relativamente às outras dimensões, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função do agregado familiar (consultar tabela 30).

Tabela 30: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função do agregado familiar (Kruskal Wallis Test)

	Agregado familiar	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	81,94	18,33	8,098	,231
	Mãe e outros familiares (padrasto; avós; irmão(ã/s) etc.)	67,74	25,56		
	Pai e outros familiares (madrasta; avós; filhos, etc.)	37,10	29,65		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	78,06	20,32		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a)/filho(a)(s) dele(a)	59,14	32,95		
	Sozinho(a)	54,84	.		
	Noutras instituições	86,02	9,275		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	26,45	9,237	13,898	,031*
	Mãe e outros familiares	43,83	24,88		
	Pai e outros familiares	,00	,000		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	61,29	30,34		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a)/filho(a)(s) dele(a)	38,71	27,24		
	Sozinho(a)	29,03	.		
	Noutras instituições	68,28	17,83		
Vinculação Evitante	Pais ou Pais e irmão(ã)/irmãos(ãs)	27,20	16,58	2,455	,873
	Mãe e outros familiares	40,94	23,64		
	Pai e outros familiares	36,00	45,25		
	Outros familiares (avós, irmãos, primos etc.)	31,00	32,06		
	Namorado(a) ou namorado(a) e filho(a)/filho(a)(s) dele(a)	37,00	20,49		
	Sozinho(a)	48,00	.		
	Noutras instituições	36,67	28,10		

*p <0,05

Como podemos ver na tabela 31, não existem diferenças estatisticamente significativas entre os padrões de vinculação em função da variável do subgrupo figuras parentais.

Tabela 31: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função das figuras parentais (Mann-Whitney Test)

		Conheces a tua mãe?				Conheces o teu pai?			
		Média	Desvio-Padrão	U	p.value	Média	Desvio-Padrão	U	p.value
Vinculação Segura	Não	67,74	19,53	58,50	,593	70,16	22,98	105,00	,589
	Sim	71,89	25,14			71,61	25,56		
Vinc. Ansiosa-Ambivalente	Não	52,42	36,90	56,50	,531	49,46	25,14	114,50	,582
	Sim	43,96	26,53			43,72	28,60		
Vinculação Evitante	Não	22,67	18,03	34,50	,329	37,78	26,23	126,00	1,000
	Sim	37,94	24,24			36,29	24,14		

p > 0,05

Em relação à análise das dimensões do IVIA em função das habilitações literárias e em função das profissões das figuras parentais (mãe e pai), verificou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas (consultar tabela 32 e 33).

Tabela 32: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função das habilitações literárias das figuras parentais (Kruskal Wallis Test)

		Habilitações literárias da mãe				Habilitações literárias do pai			
		Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	Não sabe/conhece	58,39	24,06	4,890	,299	68,75	23,01	8,224	,144
	1º Ciclo	75,48	17,31			48,39	31,44		
	2º Ciclo	80,00	16,03			80,65	16,76		
	3º Ciclo	71,29	28,99			70,97	27,67		
	Ensino Secundário	79,21	24,99			85,89	13,89		
	Ensino Superior					90,32			
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Não sabe/conhece	37,99	30,33	1,316	,859	38,71	24,14	2,193	,822
	1º Ciclo	49,68	20,35			41,29	38,87		
	2º Ciclo	38,17	24,08			44,09	4,928		
	3º Ciclo	48,71	29,70			52,23	36,42		
	Ensino Secundário	49,10	30,20			50,81	26,86		
	Ensino Superior					64,52			
Vinculação Evitante	Não sabe/conhece	32,44	19,53	4,775	,311	39,76	22,69	6,019	,304
	1º Ciclo	28,00	23,49			21,00	13,21		
	2º Ciclo	52,00	20,70			33,33	25,71		
	3º Ciclo	38,22	20,89			53,33	30,74		
	Ensino Secundário	34,22	32,31			25,14	21,13		
	Ensino Superior					40,00			

p > 0,05

Tabela 33: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função das profissões das figuras parentais (Kruskal Wallis Test)

		Profissão da mãe				Profissão do pai			
		Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	TPNI*	43,55	2,281	6,463	,264	70,97	15,40	4,021	,855
	PA*	87,10	.			100,00	.		
	TSPPSV*	75,66	18,49			70,05	29,66		
	TQICA*					77,42	22,19		
	OIMTM*					80,65	.		
	TNQ*	70,97	22,28			59,14	51,24		
	Não sabe/conhece	85,48	15,50			70,97	23,13		
	D/E*	63,64	32,77			70,16	25,31		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Reformado(a)			2,695	,747	61,29	22,81	15,117	,057
	TPNI	53,23	43,33			22,58	11,77		
	PA	16,13	.			90,32	.		
	TSPPSV	46,33	23,89			36,41	33,14		
	TQICA					52,07	28,45		
	OIMTM					25,81	.		
	TNQ	51,61	22,61			27,96	29,09		
	Não sabe/conhece	47,31	31,97			55,24	19,46		
Vinculação Evitante	D/E	38,12	31,79	1,301	,935	67,74	5,587	4,223	,837
	Reformado(a)					62,90	29,65		
	TPNI	56,00	.			36,67	22,25		
	PA	40,00	.			36,00	.		
	TSPPSV	33,60	22,16			38,86	38,69		
	TQICA					42,86	18,43		
	OIMTM					20,00	.		
	TNQ	39,50	30,19			18,67	6,110		
	Não sabe/conhece	32,00	16,39			42,00	26,18		
	D/E	38,00	27,68			33,00	17,39		
	Reformado(a)					24,00	.		

p > 0,05

* Consultar definição das siglas na tabela 4

Não existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere aos padrões de vinculação em função dos comportamentos de risco dos pais ou familiares significativos.

Tabela 34: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função dos comportamentos de risco dos pais ou familiares significativos (Mann-Whitney Test)

Comportamentos de risco 1 – Policia e/ou Tribunal						Comportamentos de risco 2 –Drogas/Álcool			
		Média	Desvio-Padrão	U	p.value	Média	Desvio-Padrão	U	p.value
Vinculação Segura	Não	70,59	23,09	183,50	,742	71,25	27,26	180,50	,680
	Sim	71,39	25,61			70,78	20,32		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Não	37,46	25,08	144,00	,141	37,77	24,90	126,50	,070
	Sim	50,15	27,79			54,44	27,79		
Vinculação Evitante	Não	36,75	19,72	174,00	,775	37,39	22,09	175,00	,797
	Sim	37,22	26,60			36,50	26,64		

p > 0,05

Como ilustrado na tabela 35, não se verificaram diferenças estatisticamente significativas nas dimensões do IVIA em função do número de retenções.

Tabela 35: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função das retenções escolares (Kruskal Wallis Test)

	Retenções	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	Nenhuma vez	61,29	23,26	1,634	,652
	Uma vez	74,42	22,40		
	Duas vezes	72,47	25,51		
	Três ou mais vezes	60,00	35,45		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Nenhuma vez	38,71	42,30	,653	,884
	Uma vez	46,90	27,95		
	Duas vezes	41,72	23,53		
	Três ou mais vezes	45,16	35,99		
Vinculação Evitante	Nenhuma vez	52,00	19,86	2,197	,532
	Uma vez	39,08	25,04		
	Duas vezes	32,57	22,45		
	Três ou mais vezes	41,60	31,69		

p > 0,05

Para as dimensões do IVIA em função da percepção do desempenho escolar, comprovou-se que não existem diferenças estatisticamente significativas (consultar tabela 36).

Tabela 36: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função da percepção do desempenho escolar (Kruskal Wallis Test)

	Desempenho Escolar	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	Fraco	73,48	24,23	1,118	,773
	Razoável	66,77	27,05		
	Bom	76,13	19,78		
	Muito Bom	83,87	.		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Fraco	38,71	20,34	6,484	,090
	Razoável	37,58	26,73		
	Bom	64,52	27,70		
	Muito Bom	58,06	.		
Vinculação Evitante	Fraco	36,00	18,11	3,416	,332
	Razoável	31,58	21,03		
	Bom	43,20	28,39		
	Muito Bom	88,00	.		

p > 0,05

Relativamente ao sentimento pela escola, verificámos que existem diferenças estatisticamente significativas na dimensão Vinculação Ansiosa-Ambivalente ($X^2 = 10,758$; $p = ,013$), sendo que em média “gostar” da escola (61,29) foi a resposta mais

escolhida. Nas outras dimensões, Vinculação Segura e Evitante não se verificaram diferenças estatisticamente significativas em função do sentimento pela escola (ver tabela 37).

Tabela 37: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função do sentimento pela escola (Kruskal Wallis Test)

	Sentimento pela escola	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	Não gosto nada	56,13	33,25	2,836	,418
	Gosto pouco	72,11	18,56		
	Gosto	75,12	28,75		
	Gosto Muito	70,97	17,47		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Não gosto nada	21,94	16,03	10,758	,013*
	Gosto pouco	36,20	22,06		
	Gosto	61,29	28,79		
	Gosto Muito	54,84	21,55		
Vinculação Evitante	Não gosto nada	47,20	20,27	5,654	,130
	Gosto pouco	28,00	18,49		
	Gosto	39,43	25,67		
	Gosto Muito	60,00	32,74		

*p <0,05

Por fim, analisámos a percepção do número de amigos na escola (tabela 38). Verificou-se que existem diferenças estatisticamente significativas na dimensão Vinculação Segura ($\chi^2 = 12,642$; $p = ,005$), sendo que em média os adolescentes delinquentes percecionavam ter “muitos amigos” na escola (83,15).

Tabela 38: Análise das diferenças nas dimensões do IVIA, em função da percepção de amigos na Escola (Kruskal Wallis Test)

	Amigos na escola	Média	Desvio-Padrão	χ^2	p.value
Vinculação Segura	Nenhuns amigos	25,81	13,68	12,642	,005*
	Poucos amigos	54,03	16,10		
	Alguns amigos	67,34	25,34		
	Muitos amigos	83,15	15,82		
Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Nenhuns amigos	8,60	12,21	6,899	,075
	Poucos amigos	50,00	29,15		
	Alguns amigos	40,93	22,71		
	Muitos amigos	52,75	28,05		
Vinculação Evitante	Nenhuns amigos	52,00	21,16	3,193	,363
	Poucos amigos	46,00	14,14		
	Alguns amigos	31,00	23,52		
	Muitos amigos	38,89	24,87		

*p <0,05

5.3. Análise da Relação entre Delinquência Juvenil e Padrões de Vinculação

5.3.1. Correlações

No que diz respeito às análises correlacionais das escalas em estudo, Escala dos Comportamentos e IVIA, tentou-se compreender de forma mais abrangente a relação entre os padrões de vinculação e os comportamentos delinquentes. Para tal, utilizou-se as correlações de Spearman. Este teste indica a força e a direção do relacionamento entre duas variáveis (Martins, 2011).

5.3.1.1. Comportamentos delinquentes

Relativamente às correlações entre as dimensões da Escala dos Comportamentos, foram encontradas algumas como podemos ver na tabela 39.

A dimensão Outros Delitos Juvenis está significativamente correlacionada com a dimensão Delitos contra a propriedade ($r_s = 0,538$, $p = ,000$), o que significa que os jovens que praticam Outros Delitos Juvenis tendem também a praticar Delitos contra a Propriedade. Neste sentido, podemos concluir que os jovens que praticam Outros Delitos Juvenis também tendem a envolver-se em Delitos Violentos e Delitos relacionados com Drogas ($r_s = 0,391$, $p = ,011$ e $r_s = 0,336$, $p = ,034$, respetivamente).

Ainda com base na tabela 39, verificámos que os jovens que se envolvem nos Delitos contra a Propriedade, apresentam correlações significativamente elevadas com as dimensões Delitos Violentos e Delitos relacionados com Drogas ($r_s = 0,809$, $p = ,000$ e $r_s = 0,712$, $p = ,000$, respetivamente). O mesmo se verifica para as dimensões Delitos Violentos e Delitos relacionados com Drogas ($r_s = 0,623$, $p = ,000$).

5.3.1.2. Relação entre os comportamentos delinquentes e os padrões de vinculação

No que diz respeito, às correlações entre padrões de vinculação e comportamentos delinquentes, estas são bastante fracas, existindo, somente, uma correlação negativa e estatisticamente significativa entre os Delitos contra a Propriedade e a Vinculação Evitante ($r_s = -0,412$, $p = ,010$). Este resultado aponta para que os jovens que estabelecem vinculações evitantes estão, tendencialmente menos envolvidos em crimes contra a propriedade.

Tabela 39: Correlações (Spearman) entre as dimensões da Escala dos Comportamentos e os Padrões de Vinculação

	Outros Delitos Juvenis	Delitos contra Propriedade	Delitos Violentos	Delitos relacionados Drogas	Vinculação Segura	Vinculação Ansiosa-Ambivalente	Vinculação Evitante
Outros Delitos Juvenis	-	,538**	,391*	,336*	-,173	-,172	-,172
Delitos contra Propriedade		-	,809**	,712**	-,248	-,097	-,412*
Delitos Violentos			-	,623**	-,148	,144	-,283
Delitos relacionados Drogas				-	-,106	,093	-,236
Vinculação Segura					-	,448**	-,006
Vinculação Ansiosa-Ambivalente						-	,244
Vinculação Evitante							-

** . A correlação é significativa ao nível 0.01

* . A correlação é significativa ao nível 0.05

Capítulo 6

Discussão dos Resultados e Conclusões Gerais

6.1. Resultados Globais

O presente estudo evidência que existem, maioritariamente, mais rapazes do que raparigas institucionalizados em Centro Educativo com diagnóstico de Delinquência, aspeto que é corroborado por estudos anteriores sobre delinquência juvenil, que referem existir, normalmente, esta tendência (Gersão & Lisboa, 1994; Gomes, Bertrand, Paetsch & Hornick, 2003; Alberola & Gutiérrez, 2010; Sarracino, Presaghi, Degni & Innamorati 2011).

Os jovens incluídos neste estudo apresentavam idades mais frequentes entre os 15 e os 17 anos de idade, sendo a idade mais frequente os 17 anos de idade. Tal como está patente na literatura, é entre estas idades que existe uma maior ocorrência de comportamentos delinquentes, sendo entre os 16-17 anos de idade que se verifica uma maior propensão para o envolvimento em comportamentos delinquentes (Gersão & Lisboa, 1994; Alberola & Gutiérrez, 2010).

6.2. Comportamentos Delinquentes

Os comportamentos delinquentes, frequentemente que mostram uma frequência mais elevada, são os seguintes: faltar às aulas; perturbar uma aula; não pagar bilhete nos transportes públicos; participar em brigas e desordem pública; consumir álcool e ainda, consumir drogas leves. Pelo contrário, roubar numa cabine telefónica ou numa máquina de distribuição; roubar em casa dos pais ou no local onde habita; incendiar algo voluntariamente; consumir drogas pesadas e ainda, vender drogas pesadas são os comportamentos, frequentemente, menos praticados.

Estes resultados são significativamente corroborados pelo estudo de Gersão e Lisboa (1994) realizado em Portugal e também com base na Lista de comportamentos do inquérito *Internacional Research on Self-Reported Delinquency* (in Junger-Tas, Terlouw & Klein, 1994). Com exceção do comportamento “roubar em casa dos pais ou local onde habita” em que no estudo de Gersão e Lisboa (1994) atingiu um nível significativo. Outro estudo semelhante ao anterior (Gersão & Lisboa, 1994), também revelou resultados idênticos ao estudo em questão. O consumo de álcool e drogas leves revelou-se dos comportamentos mais frequentes em jovens espanhóis, ao

contrário da venda de drogas que aparece como um dos comportamentos menos praticados (Alberola & Gutiérrez, 2010).

Verificou-se uma relação entre os comportamentos delinquentes e os comportamentos de risco associados a drogas e/ou álcool por parte dos pais ou familiares significativos. Esta relação foi encontrada noutros estudos, que referem o uso de drogas e/ou álcool por parte dos pais ou outro familiar pode levar ao comportamento delinquente na adolescência (Herrera & McCloskey, 2001; Douglas-Siegel & Ryan, 2013).

Relativamente ao percurso escolar, verificou-se neste estudo, que o número de retenções sofridas pelos jovens está associado à delinquência, isto é, tal como também já foi referido por Browning, Thornberry e Porter (1999) nos seus estudos, o baixo aproveitamento escolar encontra-se associado ao aumento das atividades delinquentes.

As correlações efetivadas entre as diversas dimensões dos comportamentos delinquentes mostram que, os jovens que praticam Outros Delitos Juvenis tendem também a envolver-se em Delitos contra a Propriedade. Este resultado foi, também, encontrado no estudo de Gersão e Lisboa (1994). Outras correlações encontradas revelam que, os jovens que se envolvem em Outros Delitos Juvenis também tendem a envolver-se em Delitos Violentos e Delitos relacionados com Drogas. O mesmo acontece com os jovens que se envolvem nos Delitos contra a Propriedade, que também, apresentam correlações significativamente elevadas com as dimensões Delitos Violentos e Delitos relacionados com Drogas. E ainda, os jovens que se envolvem em Delitos Violentos, tendem também a praticar Delitos relacionados com Drogas. Estes resultados são corroborados pelos estudos de Gersão e Lisboa (1994), Alberola e Gutiérrez (2010), e Gomes, Bertrand, Paetsch e Hornick (2003).

6.3. Padrões de Vinculação

Relativamente aos padrões de vinculação verificados nos jovens em estudo, verificou-se que a média dos resultados é superior na dimensão Vinculação Segura e mais baixa na dimensão Vinculação Evitante, ao contrário do que referem outros autores (Elgar, Knight, Worrall & Sherman, 2003; Sarracino, Presaghi, Degni & Innamorati, 2011). Estes últimos referem em seus estudos que, a vinculação segura não está associada a comportamentos delinquentes, ao contrário da vinculação insegura que se encontra associada a este tipo de comportamento.

Verificou-se uma relação entre a vinculação e sexo, sendo que as raparigas apresentaram resultados mais elevados nas três dimensões. Existem controvérsias na literatura relativamente a este dado, uma vez que existem autores a negar esta relação e outros a confirmá-la. Para Soares, Martins e Tereno (2007) e Bakermans-Kranenburg e Van Ijzendoorn (2009) não existem diferenças entre a vinculação e o sexo. Ao passo que, para Sarracino, Presaghi, Degni e Innamorati (2011) existe uma relação entre vinculação e sexo, na medida em que as raparigas revelam uma maior disponibilidade em perceber uma maior vinculação segura e disponibilidade por parte das suas mães do que dos seus pais, ao contrário dos rapazes que se sentiram mais vinculados à figura paternal.

Os resultados obtidos parecem indicar que as raparigas se encontram mais disponíveis para estabelecer relações significativas com as suas figuras de vinculação, independente do estilo de vinculação estabelecido. Contudo, é de sublinhar que o número de raparigas em estudo é bastante reduzido, o que fornece pouca solidez a esta conclusão.

Também se verificou uma relação entre a vinculação e a idade, sendo que o tipo de vinculação varia entre as várias faixas etárias. Este resultado está de acordo com o estudo de Assche, Luyten, Bruffaerts, Persoons, Ven e Vandenbulcke (2013) que referem existir uma relação significativa entre a vinculação e a idade, na medida em que o número e o tipo de figuras de vinculação vão-se transformando ao longo do tempo. Como por exemplo, os adultos mais velhos em comparação com os adultos mais jovens têm menos relações de vinculação. E, ainda como já referido, na adolescência os componentes de vinculação são transferidos dos pais para os pares, existindo, então, uma transição das vinculações da infância (Allen & Land, 1999; Hazan & Zeifman, 1999). Friedlmeier e Granqvist (2006) também concordam com esta ideia, ao referirem que numa idade mais avançada, os adolescentes demonstravam uma maior transferência dos componentes vinculatórios aos pares.

No presente estudo, a composição ou estrutura do agregado familiar está relacionada com a vinculação, sendo que os jovens em estudo que viviam com outros familiares (avós, primos, etc.) ou noutras instituições antes de entrarem para o Centro Educativo apresentavam, tendencialmente mais, vinculações ansiosas/ambivalentes, enquanto os jovens que apresentavam vinculações seguras confirmaram viver com os seus pais (e irmãos) ou noutras instituições antes de entrarem para o Centro Educativo. Estudos neste âmbito mostram que, apesar da estrutura familiar ter um efeito direto sobre a vinculação familiar (Sokol-Katz, Dunham & Zimmerman, 1997), o

tipo de família em que o adolescente está inserido tem pouco impacto sobre a vinculação aos pais (Rankin & Kern, 1994; Schroeder, Osgood & Oghia, 2010). Estes últimos referem ainda que, uma vinculação forte entre pais e filho ajuda a amenizar os resultados negativos associados com a transição da família, como por exemplo famílias intactas que passam a famílias monoparentais.

Podemos concluir que, a família parece indicar ser uma variável fundamental na compreensão da vinculação e da delinquência, mas que, dado os resultados do presente estudo não serem conclusivos, talvez seja uma variável a perspetivar num estudo futuro.

No que respeita ao sentimento pela escola, verificamos que os adolescentes delinquentes com vinculações ansiosa/ambivalente, consideraram “Gostar” da escola. Também os jovens que apresentam vinculação segura referiram “Gostar” da escola e os que apresentam vinculação evitante consideraram “Gostar Muito” da escola. Estudos anteriores mostram que as crianças com vinculações seguras são definidas como mais positivas, mais autoconfiantes, mais entusiastas, persistentes e mais capazes de tolerar o *stress* (Sroufe et al, 2005; Frey, Ruchkin, Martin & Schwab-Stone, 2009), e podem evidenciar um maior envolvimento e vinculação à Escola, bem como um maior prazer na aprendizagem e nos relacionamentos interpessoais em contexto escolar. Pelo contrário, as crianças com vinculações inseguras evitantes, manifestam uma espécie de desligamento do sistema emocional, isto é, há um maior distanciamento e isolamento emocional destas crianças, tal como um grande investimento nos comportamentos exploratórios (Ainsworth et al, 1978; Frey et al., 2009), estas podem direcionar o seu investimento para os conteúdos e aprendizagens escolares, sentindo-se mais felizes com a Escola. No que se refere à vinculação ansiosa/ambivalente não foram encontradas quaisquer relações com o sentimento pela escola.

Por fim, constatou-se uma relação entre a vinculação e a perceção que os jovens em estudo têm do número de amigos na escola, tendo-se verificado que os adolescentes delinquentes com vinculações seguras consideraram ter “Muitos Amigos”. Esta análise vai de encontro com diversos estudos (Thompson, 1999; Belkin & Cassidy, 1999; McElhaney, Immele, Smith & Allen, 2006), que apontam para o facto das vinculações seguras aumentarem a probabilidade da criança desenvolver durante a infância relações de melhor qualidade com a figura parental, com irmãos, melhores amigos e pares em geral. Já no que respeita aos jovens que estabelecem vinculações inseguras, revelam ter amizades mais distantes e caracterizadas por uma

desconfiança fundamental em que os amigos não vão estar lá quando necessário (McElhaney et al., 2006; Millings, Buck, Montgomery, Spears & Stallard, 2012).

6.4. Relação entre Comportamentos Delinquentes e Padrões de vinculação

O presente estudo pretendeu aprofundar o conhecimento das relações entre a vinculação e os comportamentos delinquentes dos jovens institucionalizados, tendo-se verificado através da análise de correlações, poucas conclusões neste sentido, neste estudo.

Deste modo, verificou-se que os adolescentes, em estudo, que estabeleceram vinculações evitantes estão, tendencialmente, menos envolvidos em crimes contra a propriedade. Este resultado foi, provavelmente, influenciado pelo tamanho da amostra, uma vez que o mesmo não vai de encontro à literatura existente, que aponta para que os jovens que apresentam vinculações inseguras estejam, tendencialmente, mais envolvidos em comportamentos delinquentes (Rankin & Kern, 1994; Wright & Cullen, 2001; Allen, Marsh, McFarland, McElhaney, Land, Jodl & Peck, 2002; Follan & Minnis, 2010; Sarracino, Presaghi, Degni & Innamorati 2011; Gault-Sherman, 2012).

É de salientar que, não foram encontradas, no estudo em questão, evidências significativas de que a vinculação segura possa funcionar como um fator protetor da delinquência, ou seja, que os jovens que apresentam vinculação segura estejam menos envolvidos em comportamentos delinquentes, tal como mostra a literatura já existente.

6.5. Conclusões

O presente trabalho teve como objetivo aprofundar o estudo da relação entre delinquência juvenil e vinculação, de modo a identificarmos os padrões de vinculação subjacentes aos jovens em estudo e a compreendermos a influência destes na delinquência juvenil. Esta investigação é de natureza descritiva, como já supracitado, mas, por outro lado, também constitui características de um estudo exploratório, na medida em que, neste estudo foram utilizados testes estatísticos e o número reduzido da amostra revela-se insuficiente para empreender um trabalho mais profundo.

Desta forma, verificou-se resultados superiores na vinculação segura como padrão de vinculação mais frequente dos jovens institucionalizados em Centro Educativo, contrariamente ao que evidencia a literatura. Também se verificou uma correlação negativa entre a vinculação e a delinquência juvenil, no sentido em que, os jovens que

apresentam vinculação evitante estão, tendencialmente, menos propensos, a envolver-se em comportamentos delinquentes – delitos contra a propriedade, o que também segue o lado oposto ao verificado por estudos anteriores.

Ao analisarmos o presente estudo percebemos que o mesmo apresenta várias limitações e levanta algumas questões que podem ser tidas em conta para estudos futuros. A reduzida dimensão da amostra revela-se a limitação mais preponderante deste estudo, uma vez que dificultou a generalização dos resultados, e ainda comprometeu o poder estatístico das análises efetuadas. Por outro lado, a falta de homogeneidade do número da amostra entre os diferentes sexos, pode também comprometer os resultados obtidos, ainda que siga a tendência já evidenciada pela literatura (maior número de rapazes do que de raparigas). Outra limitação que poderá ser apontada, prende-se com o contexto da aplicação, de onde poderão ocorrer variáveis não controladas, como as expectativas dos adolescentes face às respostas dadas, bem como o facto de esta população ser marcada por características manipulativas.

Não foram encontradas evidências significativas, no presente estudo, de que a vinculação segura possa funcionar como um fator protetor da delinquência, tal como mostra a literatura já existente. Será que este nosso resultado pode indiciar que, os resultados superiores na vinculação segura estão associados com a perceção que os jovens têm do número de amigos na escola? Esta análise não se mostra conclusiva, pelo contrário, deve ser objeto de estudo em futuros trabalhos, de modo a perceber o grau de influência dos pares nos comportamentos delinquentes.

Também a dimensão familiar não foi aprofundada neste trabalho, nomeadamente o percurso familiar dos pais, e mesmo o dos jovens, o envolvimento em comportamentos de risco, a compreensão dos padrões de risco da infância, os quais poderão servir de modelo negativo, e consequentemente, explicar de forma mais abrangente o porque dos adolescentes se envolverem em comportamentos delinquentes. Sendo importante referir que o questionário utilizado para a caracterização da dimensão familiar não foi o mais adequado. Talvez fosse mais adequado um instrumento qualitativo, como uma entrevista estruturada, de modo a obter uma melhor compreensão da dimensão familiar e afetiva ou mesmo da perceção das figuras parentais para aprofundar essa questão. A utilização de uma outra fonte de recolha de informação, como a instituição ou os pais dos jovens, seria também uma forma de obter resultados mais fiáveis.

A escala de medida da Escala dos Comportamentos também se mostra limitada, no sentido em que esta não se mostra paralela à escala de medida do IVIA.

Referências Bibliográficas

- Aguilar, B., Sroufe, A., Egeland, B., & Carlson, E. (2000). Distinguishing the earlyonset/persistent and adolescence-onset antisocial behavior types: from birth to 16 years. *Development and Psycho-pathology*, 12, 109-132.
- Ainsworth, M. (1967). *Infancy in Uganda: Infant care and the growth of love*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Ainsworth, M. (1967). Attachment across the life span. *Bulletin of the New York Academy of Medicine*, 61, 792-812.
- Ainsworth, M. D. S. (1969). Object relations, dependency, and attachment: A theoretical review of the infant mother relationship. *Child Development*, 40, 969-1025.
- Ainsworth, M., Blehar, M., Waters, E. & Wall, S. (1978). *Patterns of attachment: a psychological study of the strange situation*. Hillsdale: Erlbaum.
- Ainsworth, M.D.S. (1989). Attachments beyond infancy. *American Psychologist*, 44, 709-716.
- Allen, J. & Land, D. (1999). Attachment in adolescence. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, Research and Clinical Applications* (pp. 319-335). New York: Guildford Press.
- Allen, J. P., Marsh, P., McFarland, C., McElhaney, K. B., Land, D. J., Jodl, K. M. & Peck, S. (2002). Attachment and autonomy as predictors of the development of social skills and delinquency during midadolescence. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 70 (1), 56-66.
- Alberola, C. R., & Gutiérrez, R. B. (2010). Chapter 15. Spain. In J. Junger-Tas et al. (eds.), *Juvenile Delinquency in Europe and Beyond*. Results of the Second International Self-Report Delinquency Study. London/New York: Springer Dordrecht Heidelberg.
- Assche, L., Luyten, P., Bruffaerts, R., Persoons, P., Ven, L., & Vandenbulcke, M. (2012). Attachment in old age: Theoretical assumptions, empirical findings and implications for clinical practice. *Clinical Psychology Review*, 33, 67-81.
- Association, A. P. (2002). *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*. Lisboa: Climepsi Editores.

Atger, F. (2004). Vinculação e Adolescência. In N. Guedeney & A. Guedeney (Ed.), *Vinculação: Conceitos e Aplicações* (pp. 147-155). Lisboa: Climepsi Editores.

Balint, M. (1968). *The basic fault / therapeutic aspects of regression*. London: Tavistock.

Batgos, J. & Leadbeater, B. J. (1994). Parental Attachment, Peer Relations and Dysphoria in Adolescence. In M. B. Sperling & W. H. Berman (Eds.) *Attachment in adults. Clinical and developmental perspectives* (pp. 155-178). New York: Guildford Press.

Bakermans-Kranenburg, M. J., & Van Ijzendoorn, M. H. (2009). No reliable gender differences in attachment across the lifespan. *Behavioral and Brain Sciences*, 32, 22-23.

Belkin, L. J. & Cassidy, J. (1999). Relations among relationships – contribution from attachment theory and practice. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of Attachment: Theory, Research and Clinical Applications* (pp. 688-712). New York: Guildford Press.

Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4 (XX): 637-645.

Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. London: Heinemann.

Blos, P. (1979). *The adolescent passage*. New York: International Universities Press.

Blos, P. (1985). *Adolescência. Uma Interpretação Psicanalítica*. São Paulo: Martins Fontes.

Born, M. (2005). *Psicologia da Delinquência*. Lisboa: Climepsi Editores.

Bowlby, J. (1958). The nature of the child's tie to his mother. *International Journal of Psycho-Analysis*, 39, 1-23.

Bowlby, J. (1969). *Attachment and Loss: Attachment*. London: Basic Books (edição revista, 1982).

Bowlby, J. (1973). *Attachment and Loss: Separation*. London: Basic Books.

- Bowlby, J. (1979). *The making and breaking of affectional bonds*. London: Routledge.
- Braconnier, A. & Marcelli, D. (2000). *As mil faces da adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Browning, K., Thornberry, T. e Porter, P. (1999). Highlights of Findings from the Rochester Youth Development Study. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, 103.
- Carroll, A., Houghton, S., Hattie, J. & Durkin, K. (1999). Adolescent reputation enhancement: Differentiating delinquent, nondelinquent, and at-risk youth. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 40 (4), 593-606.
- Carvalho, M. (2007). *Vinculação, Temperamento e Processamento da Informação: Implicações nas Perturbações Emocionais e Comportamentais no início da Adolescência*. Tese de Doutoramento não publicada. Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho, Portugal.
- Cassidy, J. (1999). The nature of the child's tie. In J. Cassidy & P. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 3-20). New York: Guilford.
- Coimbra de Matos, A. (1977). Delinquência juvenil e psiquiatria da adolescência. In *Jornal do Médico*, 4, 71-75.
- Coimbra de Matos, A. (2002). *Adolescência*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Coimbra de Matos (1986). Notas sobre a adolescência. *Jornal do Médico*, CXXI 2196 e 2198, 719-724; 801-802.
- Coslin, P. G. (2003). *Psychologie de L'Adolescent*. Paris: Armand Colin.
- Crick, N. R. & Gotpeter, J. K. (1995). Relation aggression, gender, and social-psychological adjustment. *Child Development*, 66, 710-722.
- Delles, J. (2001). *Prevenção de delinquência em França: História e Perspetiva*. Comunicação apresentada no "1.º Encontro Pensar e Agir. Prevenção da desviância juvenil: Reflexões do interior do problema", Lisboa.
- Dias e Andrade. (1997). *Criminologia. O Homem Delinquente e a Sociedade Criminógena*. Coimbra, Coimbra Editora.

Douglas-Siegel, J. A., & Ryan, J. P. (2013). The effect of recovery coaches for substance-involved mothers in child welfare: Impact on juvenile delinquency. *Journal of Substance Abuse Treatment*, 45 (4), 381-387.

Duarte, M. (2010). Comportamentos Agressivos entre Pares e Padrões de Vinculação: Um Estudo Com Jovens Adolescentes. (Tese de Mestrado não Publicada). Universidade de Évora, Portugal.

Elgar, F., Knight, J., Worral, G., & Sherman, G. (2003). Attachment Characteristics and Behavioural Problems in Rural and Urban Juvenile Delinquents. *Child Psychiatry and Human Development*, 34 (1), 35-48.

Emler, N. & Reicher, S. (1995). *Adolescence and delinquency*. London: Blackwell Publishers.

Erickson, E.H. (1956). The problems of ego identity. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 4, 56-121.

Erikson, E.H. (1963). *Childhood and Society*. (2nd ed.). New York: Norton.

Estrela, M. T. & Amado, J. (2000). Indisciplina, violência e delinquência na escola: uma perspetiva pedagógica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV, 1, 2 e 3, pp. 249-271.

Farrington, D. P. (2002). Developmental criminology and risk-focused prevention. In M. Maguire, R. Morgan & R. Reiner (Eds.). *The Oxford handbook of criminology* (3th ed.). New York: Oxford University Press.

Fédida, P. (2000). Psychanalyse d'adulte, psychanalyse d'enfant. In C. Geissmann & D. Houzel (Eds.), *L'enfant, ses parents et le psychanaliste* (pp. 193-218). Paris: Bayard Compact.

Ferreira, P. (1997). «Delinquência juvenil», família e escola. *Análise Social*, Vol. XXXII (143), (4.º-5.º), 913-924.

Fleming, M. (2005). *Entre o Medo e o Desejo de Crescer*. Psicologia da Adolescência. Porto: Edições Afrontamento.

Fonagy, P., Steele, H., & Steele, M. (1991). Maternal representations of attachment during pregnancy predict the organization of infant-mother attachment at one year of age. *Child Development*, 62, 891-905.

Fonagy, P., & Target, M. (1996). Playing with reality: I. Theory of mind and the normal development of psychic reality. *International Journal of Psycho-Analysis* 77, 217-234.

Follan, M., & Minnis, H. (2010). Forty-four juvenile thieves revisited: from bowlby to reactive attachment disorder. *Child: care, health and development*, 36 (5), 639–645.

Fonseca, A. C., Simões, A., Rebelo, J. A. & Ferreira, J. A. (1995). Comportamentos antissociais no ensino básico: As dimensões do problema. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXIX (3), 85-105.

Fréchette, M. & LeBlanc, M. (1987). *Delinquances et Délinquants*. Montreal, Gaetan Morin éditeur.

Freud, S. (1962). *Trois Essais sur la Théorie de la Sexualité* (Trad. B. Reverchon-Jouve). Paris: Gallimand.

Frey, A., Ruchkin, V., Martin, A., & Schwab-Stone, M. (2009). Adolescents in Transition: School and Family Characteristics in the Development of Violent Behaviors Entering High School. *Child Psychiatry Hum Dev*, 40, 1-13.

Friedlmeier, W. & Granqvist, P. (2006). Attachment transfer among Swedish and German adolescents: A prospective longitudinal study. *Personal Relationships*, 13, 261-279.

Frick, P. J. & Ellis, M. (1999). Callous-unemotional traits and subtypes of conduct disorder. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 2 (3), 149-168.

Gault-Sherman, M. (2012). It's a Two-Way Street: The Bidirectional Relationship Between Parenting and Delinquency. *J Youth Adolescence*, 41, 121-145.

Gersão, E. & Lisboa, M. (1994). The Self-Report Delinquency Study In Portugal. In J. Junger-Tas, G. J. Terlouw & M. Klein (Eds). *Delinquent Behavior Among Young People In The Western World. First Results Of The International Self-Report Delinquency Study*. Amsterdam/New York: Studies on Crime and Justice a Series from The Dutch Research an Documentation Centre.

Gomes, J. T., Bertrand, L. D., Paetsch, J. J. & Hornick, J. P. (2003). Self-Reported Delinquency Among Alberta's Youth: Findings From a Survey Of 2,001 Junior And Senior High School Students. *Adolescence*, 38 (149), 75-91.

Grinberg, L. (1983/2000). *Culpa e Depressão*. Lisboa: Climepsi Editores.

Hazan, C., & Zeifman, D. (1999). Pair bonds as attachments: Evaluating the evidence. In Jude Cassidy & Phillip R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research, and clinical applications* (pp. 336-354). NY: The Guilford Press.

Herrera, V. e McCloskey, L. (2001). Gender differences in the risk for delinquency among youth exposed to family violence. *Child Abuse and Neglect: The International Journal*, 25, 1037-1051.

Hurlock, E. B. (1979). *Desenvolvimento do Adolescente*. São Paulo: Editora McGraw-Hill do Brasil.

Junger-Tas, J., Terlouw, G. J. & Klein, M. (1994). *Delinquent Behavior Among Young People In The Western World. First Results Of The International Self-Report Delinquency Study*. Amsterdam/New York: Studies on Crime and Justice a Series from The Dutch Research and Documentation Centre.

Kammerer, P. (1992). *Delinquance et narcissisme à l'adolescence*. Paris: Collection Paidos/Adolescence.

Kelly, B. T., Loeber, R., Keenan, K. & DeLamatre, M. (1997). Developmental pathways in boys' disruptive and delinquent behavior. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*, 1-20. Disponível em: www.ncjrs.gov/pdffiles/165692.pdf.

Kernberg, O. (1970), Factors in the Psychoanalytic treatment of narcissistic personalities. *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 18, 51-85.

Kernberg, O. (1975). *Borderline Conditions and Pathological Narcissism*. New York: Jason Aronson.

Kernberg, O. (1995). *Transtornos graves da personalidade – Estratégias Psicoterapêuticas*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Kuperminc, G. P., Allen, J. P. & Arthur, M. W. (1996). Autonomy, relatedness, and male adolescent delinquency: Toward a multidimensional view of social competence. *Journal of Adolescent Research*, 11 (4), 397-420.

LeBlanc, M., & Morizot, J. (2001). La personnalité des délinquants de la latence à l'âge adulte: Stabilité ou maturation? *Revue Internationale de Criminologie et de Police Technique et Scientifique*, 54, 35-68.

Lerner, R. M. & Galambos, N. L. (1998). Adolescent development: Challenges and opportunities for research, programs and policies. *Annual Review of Psychology*, 49, 413-446.

Loeber, R. & Hay, D. (1997). Key issues in the development of aggression and violence from childhood to early adulthood. *Annual Review of Psychology*, 48, 371-410.

Luzes, C. (2010). Um olhar Psicológico sobre a Delinquência. Disponível em: www.psicologia.com.pt.

Machado, C. (2002). "Olhares sobre a adolescência". In A. Silva, *Vida, Escola e Religião no imaginário juvenil*. Braga: Ed. A.O.

Main, M., Kaplan, N., & Cassidy, J. (1985). Security in infancy, childhood and adulthood: A move to the level of representation. In: I. Bretherton and E. Waters (Eds.), *Growing points of attachment theory and research. Monographs of the Society for Research in Child Development*, 209, 66-104.

Main, M., & Solomon, J. (1986). Discovery of an insecure disorganized / disoriented attachment pattern: procedures, findings and implications for classification of behaviour. In M.W. Yogman & T.B. Brazelton (Eds.), *Affective development in infancy*. (pp. 95-124). Norwood, NJ: Ablex.

Main, M., & Solomon, J. (1990). Procedures for identifying infants as disorganized/disoriented during the Ainsworth Strange Situation. In M. T. Greenberg, D. Cicchetti & E. M. Cummings (Eds.), *Attachment during the preschool years: Theory, research and intervention*. (pp 121-160). Chicago: University of Chicago Press.

Malpique, C., & Queirós, J. (1984). Fim da adolescência: avaliação do nível de identidade, um indicador de saúde mental. *Revista de Psiquiatria*, 6 (4), 37-51.

Marcelli, D. & Braconnier, A. (2005). *Adolescência e Psicopatologia*. Lisboa: Climepsi Editores.

Marques, M. (2001). O processo adolescente (2ª ed.). In *A psicologia clínica e o rorschach*. Lisboa: Climepsi Editores.

Maroco, J. (2003). *Análise Estatística – com utilização do SPSS*. Lisboa: Edições Sílabo.

Marte, R. M. (2008). *Adolescent Problem Behaviors. Delinquency, Agression, and Drug Use*. New York: LFB Scholarly Publishing LLC.

Martins, C. (2011). *Manual de Análise de Dados Quantitativos com Recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios Edições.

Martins, M. J. (2005). O problema da violência escolar: uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, 18, 1, pp. 93-115.

Matos, M. (1991). *Fatores de risco em jovens condutores de motorizada e sua influência relativa na ocorrência dos acidentes*. Dissertação de Doutoramento. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa.

Matos, M. (2000). No limite da adolescência – ou aquém e além da adolescência. Comunicação apresentada no XIII Simpósio da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. Tema: Espaço e fronteiras – patologia borderline. Coimbra: 10 e 11 de Novembro de 2000.

Matos, M. (2005). *Adolescência, representação e psicanálise*. Lisboa: Climepsi Editores.

Matos, M., Negreiros, J., Simões, C. & Gaspar, T. (2009). *Violência, Bullying e Delinquência*. Lisboa: Coisas de Ler Edições.

McBurnett, K., Naguib, S. & Brown, K. (2000). Substratos biológicos dos distúrbios do comportamento (DC) e do comportamento antissocial em crianças e adolescentes. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV (1, 2, 3), 37-64.

Mcelhaney, K. B., Immele, A., Smith, F. D., & Allen, J. P. (2006). Attachment organization as a moderator of the link between friendship quality and adolescent delinquency. *Attachment & Human Development*, 8 (1), 33 – 46.

Millings, A., Buck, R., Montgomery, A., Spears, M. & Stallard, P. (2012). School connectedness, peer attachment, and self-esteem as predictors of adolescent depression. *Journal of Adolescence*, 35, 1061–1067.

Moffit, T. E. (1993). Adolescent-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100 (4), 674-701.

Moffitt, T. E. & Caspi, A. (2000). Comportamento antissocial persistente ao longo da vida e comportamento antissocial limitado à adolescência: Seus preditores e suas etiologias. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXXIV (1, 2, 3), 65-106.

Moffitt, T. E., Caspi, A., Rutter, M. & Silva, P. A. (2001). Sex Differences in antisocial behavior: conduct disorder, delinquency and violence in the Dunedin Longitudinal Study. New York: Cambridge University Press.

Mohammed, (2007). *Les Bandes de Jeunes: Familles de substitutuion?* Thèse Sociologie de l'Université de Versailles- Saint- Quentin - en- Yvelines.

Moita, V. (1991). Identidade, identificação e delinquência: Contributos para a compreensão psicológica e clínica da agressão e do comportamento delinquente. *Infância e Juventude, edição especial*, 201-228.

Moran, G. F., & Vinovskis, M. A. (1994). Troubled youth: Children at risk in early modern England, colonial America, and 19th-century America. In R. D. Ketterlinus & M. E. Lamb (Eds.), *Adolescent problem behaviors: Issues and research* (pp. 1-16). New Jersey: Laurance Erlbaum Associates.

Nações Unidas (1996). Estratégias de prevenção do crime, designadamente no que diz respeito à criminalidade nas zonas urbanas, à delinquência juvenil e aos crimes violentos, incluindo a questão das vítimas: Avaliação e novas perspectivas. *Infância e Juventude*, 4, 9-76.

Negreiros, J. (2001). *Delinquências Juvenis: Trajetórias, intervenções e prevenção*. Lisboa: Editorial Notícias.

- Pakiz, B., Reinherz, H. Z. & Frost, A. K. (1992). Antisocial behavior in adolescence: A community study. *Journal of Early Adolescence*, 12 (3), 300-313.
- Pingeon, D. (1982). *La delinquance juvénile stigmatisée*. Genève: Université de Genève.
- Racamier, P.C. (1956). Psychothérapie psychanalytique des psychoses. In S. Nacht, J. Ajuriaguerra, J.G. Badarocco, M. Bouvet e col., *La psychanalyse d'aujourd'hui* (pp.375-387). Paris: Payot.
- Rankin, J. & Kern, R. (1994). Parental Attachments and Delinquency. *Criminology*, 32 (4), 495-515.
- Regoli, R. M., Hewitt, J. D. & Delisi, M. (2008). *Delinquency in Society. Youth Crime in the 21 st Century*. New York: The McGraw-Hill Companies.
- Sanches, C. & Gouveia – Pereira, M. (2010). Julgamentos de justiça em contexto escolar e comportamentos desviantes na adolescência. *Análise Psicológica*, XXVIII (1), 71-84.
- Sarracino, D., Presaghi, F., Degni, S., & Innamorati, M. (2011). Sex-specific relationships among attachment security, social values, and sensation seeking in early adolescence: Implications for adolescents' externalizing problema behavior. *Journal of Adolescence*, 34, 541-554.
- Schroeder, R., Osgood, A., & Oghia, M. (2010). Family Transitions and Juvenile Delinquency. *Sociological Inquiry*, 80 (4), 579–604.
- Siegel, L. J. & Welsh, B. C. (2009). *Juvenile Delinquency. Theory, Practice, and Law*. Tenth Edition.
- Simões, M. (2007). *Comportamentos de Risco na Adolescência*. Coimbra: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Simões, C., Matos, M. & Batista-Foguet, J. (2008). Juvenile Delinquency: Analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, Volume XII, No 4 (December), 389-408.
- Smith, C. (2008). Juvenile Delinquency: An Introduction. *The Prevention Researcher*, Volume I5 (I).

Soares, I. (1996). *Representação da Vinculação na Idade Adulta e na Adolescência Estudo Integral: mãe-filho(a)*. Serviço de Publicações, Instituto de Educação e Psicologia. Universidade do Minho: Braga.

Soares, I. (2000). Psicopatologia do desenvolvimento e contexto familiar: Teoria e investigação das relações de vinculação. In I. Soares (Coord.), *Psicopatologia do desenvolvimento: Trajetórias (in) adaptativas ao longo da vida*. (pp. 381-434). Coimbra: Quarteto Editora.

Soares, I. (2009). Desenvolvimento da teoria e da investigação da vinculação. In I. Soares (coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação* (pp. 15-45). Braga: Psiquilibrios Edições.

Soares, I., Martins, E. & Tereno, S. (2009). Vinculação na Infância. In I. Soares (coord.) *Relações de vinculação ao longo do desenvolvimento: Teoria e avaliação*. Braga: Psiquilibrios Edições.

Solomon, J., & George, C. (1999). The measurement of attachment security in infancy and childhood. In J. Cassidy & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment: Theory, research and clinical applications* (pp. 287-316). New York: Guilford.

Sokol-Katz, J., Dunham, R., & Zimmerman, R. (1997). Family structure versus parental attachment in controlling adolescent deviant behavior: a social control model. *Psychology and mental health*. Disponível em: <http://www.thefreelibrary.com/Family+structure+parental+attachment+in+controlling+adolescent...-a019417327>.

Sroufe, L. A. (1990). An organizational perspective on the self. In S. Cicchetti & M. Beeghly (Eds.), *The self in transition: Infancy to childhood* (pp. 281-307). Chicago: University of Chicago Press.

Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E. A. & Collins, W. A. (2005). *Development of the person: The Minnesota study of risk and adaptation from birth to adulthood*. New York: Guilford Press.

Strecht, P. (1997). *Crescer Vazio*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Strecht, P. (2003). *À margem do amor: Notas sobre a delinquência juvenil*. Lisboa: Assírio e Alvim.

Thompson, R. A. (1999). Early attachment and later development. In J. Cassidy, & P. R. Shaver (Eds.), *Handbook of attachment. Theory, research, and clinical applications* (pp. 265-286). London: The Guilford Press.

União Europeia (2001). A justiça de menores na Europa: Conclusões do seminário da presidência francesa da União Europeia (Outubro de 2000), Conclusões de Paris. *Infância e Juventude*, 1, 9-20.

Veríssimo, M. (1990). A Psicologia Comunitária e o sistema judicial: uma nova forma de olhar e intervir sobre a delinquência. *Análise Psicológica*, 8 (2), 203-209.

Vilelas, J. (2009) Investigação o processo de construção do conhecimento. Lisboa: Edições Silabo.

Weiner, I. (1995). *Perturbações Psicológicas na Adolescência*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Winnicott, D.W. (1975). *Jeu et Réalité. L'espace potential*. Paris: Gallimard.

Winnicott, D. W. (1984). *Deprivation and delinquency*. London: Routledge.

Wright, J. & Cullen, F. (2001). Parental Efficacy and Delinquent Behavior: Do Control and Support Matter? *Criminology*, 39 (3), 677-705.

Anexos

No âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde pela Universidade de Évora, pretendo estudar a “Delinquência Juvenil”. Para isso, peço a tua colaboração para a realização deste estudo, através de respostas a este questionário. Peço, também, que respondas com sinceridade, ficando garantida a confidencialidade das tuas respostas.

Agradeço, desde já, a tua colaboração.

Dados Pessoais

I.2 Sexo Masculino ☐ Feminino ☐

I.3 Com quem vivias antes de entrares na instituição?

I.4 Indica a localidade onde vivias antes de entrares na instituição.

I.5 Caso não vivesses com os teus pais ou um deles:

	Sim	Não
I.5.1. Conheces a tua Mãe?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.5.2. Conheces o teu Pai?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

I.6 Habilitações escolares da tua mãe.

☐ Não Sei ☐ Analfabeto ☐ 1º Ciclo ☐ 2º Ciclo ☐ 3º Ciclo ☐ Secundário ☐ Superior

I.7 Indica a sua profissão

I.6 Habilitações escolares do teu pai.

☐ Não Sei ☐ Analfabeto ☐ 1º Ciclo ☐ 2º Ciclo ☐ 3º Ciclo ☐ Secundário ☐ Superior

I.7 Indica a sua profissão

I.8 O teu pai, a tua mãe ou o (s) outro (s) familiar (es) significativo (s) na tua vida tiveram ou têm problemas com:

	Sim	Não
I.8.1. Drogas e/ou álcool.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.8.2. Policia e/ou o tribunal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Caracterização do percurso escolar

	Sim	Não
I.9. Frequentaste a escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
I.10. Reprovaste algum ano?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

I.10.1 Quantas vezes reprovaste?

I.11 Se estás a frequentar alguma escola ou formação atualmente, indica-a.

I.12 Como é que avalias o teu desempenho enquanto aluno?

☐ Muito fraco ☐ Fraco ☐ Razoável ☐ Bom ☐ Muito bom

I.13 O que é que sentes em relação à escola?

☐ Não gosto nada ☐ Gosto pouco ☐ Gosto ☐ Gosto muito

I.14 Em relação ao número de amigos na escola, consideras ter:

☐ nenhuns amigos ☐ Poucos amigos ☐ Alguns amigos ☐ Muitos amigos

Parte II - Escala dos Comportamentos

Assinala com (X) a opção que melhor caracteriza o número de vezes que já realizaste cada um dos comportamentos assinalados.

	Nunca	Uma vez	Mais do que uma vez
2.1. Faltar às aulas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

2.2. Perturbar uma aula.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.3. Não pagar bilhete nos transportes públicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.4. Conduzir um veículo sem carta de condução ou sem seguro.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.5. Roubar carteiras.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.6. Roubar objetos por esticção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.7. Roubar numa cabine telefónica ou numa máquina de distribuição.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.8. Roubar expositores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.9. Roubar na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.10. Roubar em casa dos pais ou no local onde habita.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.11. Roubar outras casas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.12. Roubar uma bicicleta ou moto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.13. Roubar um automóvel.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.14. Roubar objetos de dentro de uma viatura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.15. Roubar e agredir a vítima.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.16. Outros roubos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.17. Comprar objetos supostamente roubados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.18. Vender objetos supostamente roubados.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.19. Usar armas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.20. Participar em brigas e desordem pública.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.21. Vandalizar as ruas e/ou património alheio.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.22. Incendiar algo voluntariamente.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.23. Agredir estranhos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.24. Agredir familiares ou pessoas conhecidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.25. Provocar lesões corporais com uma arma a terceiros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.26. Consumir álcool.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.27. Consumir drogas leves (Tabaco, Haxixe, Marijuana, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.28. Consumir drogas pesadas (Cocaína, Heroína, etc.)	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.29. Vender drogas leves.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2.30. Vender drogas pesadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

II.1 Em relação aos comportamentos que referiste praticava-los:

☐ Sozinho ☐ Em Grupo

Obrigada pela colaboração!

Anexo II
Inventário sobre a Vinculação para a Infância e Adolescência
(Carvalho, Soares & Baptista, 2006)

	Nunca	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase Sempre	Sempre
1. Preocupo-me se tiver de depender das outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. É difícil confiar totalmente nas outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Para mim é mais importante conseguir coisas que manter relações com os outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Preocupo-me com a possibilidade de ser abandonado/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Gosto de me sentir próximo/a das outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Preocupo-me com a possibilidade de ficar sozinho/a	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. É bom estar próximo/ a de outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Preocupo-me com a possibilidade de não ser aceite pelas outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Prefiro não mostrar os meus sentimentos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. As outras pessoas podem contar comigo quando me pedem ajuda	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Sei que as outras pessoas estarão presentes quando eu necessitar delas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Sinto que posso contar com os outros quando necessitar	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Preocupo-me que os meus amigos não queiram estar comigo	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Para mim é muito importante sentir-me independente	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Prefiro não depender das outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Quando mostro os meus sentimentos pelos outros, tenho medo que não sintam o mesmo por mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Prefiro que as outras pessoas não dependam de mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não gosto de contar às outras pessoas o que penso e o que sinto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Preocupo-me por poder não impressionar os outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Acredito que as outras pessoas me rejeitam se eu me comportar mal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. Respeito os sentimentos das outras pessoas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22. Posso contar com os meus amigos quando é necessário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23. As outras pessoas aceitam-me como eu sou	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24. Pergunto-me se os meus amigos gostam realmente de mim	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo III

Pedido de autorização



Exma. Sr. Director Geral dos Serviços de
Reinserção Social, João Agante,

No âmbito da dissertação de Mestrado em Psicologia da Universidade de Évora, área de Especialização em Psicologia Clínica e da Saúde, intitulada “*A Delinquência Juvenil*”, e sob a orientação da Prof.^a Doutora Constança Biscaia. Com este estudo pretende-se obter informação necessária para a caracterização da população adolescente com comportamentos delinquentes e, por outro lado, analisar e compreender qual a influência/ importância do papel da família nesta problemática.

A concretização desta investigação implica que uma amostra de jovens com comportamentos delinquentes responda a um conjunto de três instrumentos, expressando a sua opinião face a um conjunto de afirmações.

Para a recolha da amostra (100 adolescentes, do sexo feminino e masculino, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos) torna-se imprescindível a colaboração dos Centros Educativos afetos à Direção Geral de Reinserção Social, solicitando-se, assim, autorização para que os instrumentos de investigação possam ser administrados aos jovens afetos às instituições referida.

É de referir que a investigação em causa não representa nenhum tipo de encargo financeiro para a instituição e que serão assegurados todos os procedimentos éticos na condução do estudo. Note-se que a finalidade desta investigação é exclusivamente académica, sendo salvaguardada a confidencialidade dos dados recolhidos.

Esperando uma resposta positiva à autorização solicitada, agradeço desde já a atenção dispensada.

Cordiais Cumprimentos,

Évora, 19 de Setembro de 2011

(Constança Biscaia)

(Vanessa Isabel Ramos Baptista)